

Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

APRESENTAÇÃO

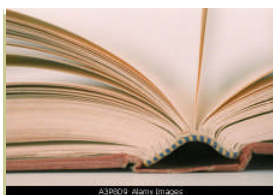
Prezado leitor

Estamos lançando o *SBS Caderno de Resenhas* com o objetivo de publicar apresentações originais de livros ou coletâneas, nacionais ou estrangeiros, na área de Ciências Sociais, elaboradas por especialistas. Pretendemos, com esta iniciativa, contribuir para a informação e desenvolvimento do debate acadêmico em circuito amplo, por meio de edição eletrônica. Nesta perspectiva, a difusão da produção na área de Ciências Sociais viabilizará uma democratização de acesso extensivo a um público mais diversificado, valorizando a bibliografia atualizada, de acordo com iniciativas existentes em outros países.

A proposta da SBS representa também o esforço da atual diretoria em concretizar o desejo, anunciado ao longo do tempo, de solidificar e difundir o pensamento sociológico em diversas instâncias do domínio público. A produção do *SBS Caderno de Resenhas* significa, portanto, a continuidade dos esforços de publicação e edição de obras sobre o pensar sociológico que vem caracterizando a prática acadêmica da entidade desde o tempo de sua criação.

O *SBS Caderno de Resenhas* terá periodicidade semestral com inscrição no ISSN e divulgação no *site* da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Os interessados em encaminhar artigos para publicação devem seguir as Normas para Publicação, e enviar os trabalhos para a Secretaria Geral da Comissão de Publicação, no endereço: sbsresenhas@yahoo.com.br



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

EXPEDIENTE

Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia

Nº 1 Ano 1 Outubro de 2006

ISSN:

Diretoria (gestão 2005 a 2007)

Presidente: **Prof. Tom Dwyer**, UNICAMP

1º Vice Presidente

Irllys Alencar Firmo Barreira, UFCE

2º Vice Presidente

Ana Maria Fernandes, UnB

Secretário Geral

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, UFPE

Tesoureiro

Maíra Baumgarten Corrêa, UFRGS

1º Secretário

Magda Maria Bello de Almeida Neves, PUCMG

2º Secretário

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, USP

Diretores

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, UFRJ

Pedro Célio Alves Borges, UFGO

Maria Celi Ramos da Cruz Scalon, IUPERJ

Wilson José Barp, UFPA

Tamara Benakouche, UFSC

Coordenação Editorial

Irllys Alencar Firmo Barreira

José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial

Jacob Carlos Lima

Maíra Baumgarten Corrêa

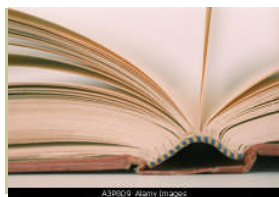
Maria Estela Grossi

Salete Cavalcanti

Tom Dwyer

Secretaria

Dione Marques



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

SUMÁRIO

1) METÁFORAS DO BRASIL

Alicia Ferreira Gonçalves e Guilherme Raul Ruben

2) UMA SOCIOLOGIA DO REFUGO HUMANO: CRÍTICA E CLÍNICA

Antonio Crístian Saraiva Paiva

3) A GUERRA AMAZÔNICA, A NOSSA GUERRA

Benedito José de Carvalho Filho

4) SAÚDE E DOENÇA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: PERSPECTIVAS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS

Carlos Henrique Assunção Paiva e Lina Faria

5) MORTE E VIDA SEVERINA...?

Daniel Soczek

6) A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

Diogo Valença de Azevedo Costa

7) PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Fabício Mendes Fialho

8) AS RAZÕES DA SOLIDÃO QUE A SOCIOLOGIA NÃO DESCONHECE

Irllys Alencar Firmo Barreira

9) EXPERIÊNCIA E CULTURA DE CLASSE NO SUL DO BRASIL

José Ricardo Ramalho

10) QUEM MORRE PELO FUTEBOL? FUTEBOL, POLÍTICA E CULTURA NO TRABALHO DE GILBERTO AGOSTINO

Josiane Maria de Castro Ribeiro

11) O MISTÉRIO DO MINISTÉRIO: PIERRE BOURDIEU E A POLÍTICA DEMOCRÁTICA

Kaciano Gadelha

12) OUTROS DESTINOS ENSAIOS DE ANTROPOLOGIA E CIDADANIA

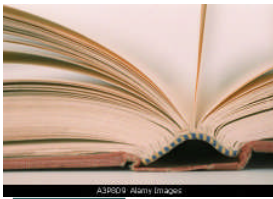
Lea Carvalho Rodrigues

13) UM BEATO LÍDER NARRATIVAS MEMORÁVEIS DO CALDEIRÃO

Marco Antonio Teixeira Gonçalves

14) SIGNIFICADOS DA POLÍTICA

Marcos Otavio Bezerra



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

RESENHAS

METÁFORAS DO BRASIL

Resenha do livro de RODRIGUES, Lea Carvalho. *Metáforas do Brasil. Demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004, 390 páginas.

Alicia Ferreira Gonçalves¹ e Guilherme Raul Ruben²

Por que pensar a sociedade brasileira a partir de metáforas? Como refletir sobre o dilema brasileiro a partir das metáforas de vida e de morte? Das metáforas que remetem às relações familiares? Das metáforas que remetem aos amores equivocados e às paixões humanas como o amor, a inveja e o ódio?

Metáforas do Brasil é assim: um estudo etnográfico sobre um processo de mudanças: o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, implementado pelo Banco do Brasil em 1995. Um estudo particular que, entretanto, permite-nos realizar uma reflexão sobre as transformações em curso na sociedade brasileira no período em questão, além de abordar grandes temáticas como o poder, a corrupção e o aprofundamento das desigualdades sociais no plano regional. Isso porque a autora toma a empresa como metáfora do próprio País e procede a um estudo aprofundado das mudanças ocorridas no período, relacionando os acontecimentos em torno da empresa àqueles ocorridos na esfera política e econômica do País, ao longo do tempo. Concentra a análise sobre o PDV do Banco do Brasil, mas os temas que derivam deste evento e os indicativos sobre as relações entre essas medidas e o modelo político econômico adotado para o país, na década de 1990, fazem com que a obra adquira um escopo mais abrangente. Além do mais, trata-se não apenas de um acontecimento efêmero, mas de eventos que, de acordo com a formulação conceitual desenvolvida por Marshall Sahlins, são acontecimentos que adquirem relevância porque se dão na articulação com um dado sistema simbólico. O PDV do Banco do Brasil – sobretudo pelo lugar que a empresa ocupa na estrutura governamental e por sua representatividade no plano simbólico – causou um forte impacto sobre a empresa, alcançou grande repercussão na mídia escrita e televisiva e se converteu num dos momentos mais dramáticos e marcantes da história do Banco do Brasil.

¹ Pesquisadora DCR – CNPq /FUNCAP.

² Professor Livre-docente do Departamento de Antropologia da Unicamp.

Para analisar o processo de mudanças no Banco do Brasil, a autora se inspirou no conceito de *drama social* formulado por Victor Turner. Adota, neste sentido, um referencial teórico e metodológico antropológico clássico que remete às formulações desenvolvidas em torno do estudo dos rituais por antropólogos filiados à Escola de Manchester. Estes, inspirados nos conceitos formulados por Émile Durkheim como coesão social, solidariedade e integração social, e pelos princípios do funcional-estruturalismo desenvolvidos por Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard, representaram uma mudança de perspectiva para os estudos antropológicos ao atribuírem um papel político aos rituais, pela dramatização do conflito e reposição do equilíbrio social, sobretudo nas sociedades africanas estudadas por esses antropólogos, durante a dominação da administração colonial inglesa. A questão central subjacente aos estudos desses autores era saber como operava a dinâmica da mudança social e do equilíbrio, da ruptura e da continuidade nas chamadas sociedades sem Estado.

De forma similar, a autora etnografou o PDV a partir do conceito de *drama social* formulado por Victor Turner, percebendo o evento como um processo marcado por fases sequenciais bem delimitadas: ruptura, crise, desenvolvimento de mecanismos de resolução dos conflitos e, por fim, o desfecho que, no caso, significou uma ruptura radical e irreversível entre trabalhadores e empresa.

Se, para Turner, a questão era perceber como os mecanismos de ajuste operavam para solucionar esta tensão, fosse por meio do ritual ou de instâncias legais, sendo a ruptura, na maioria das vezes, funcional ao reafirmar a identidade, os valores e as tradições tribais, no caso do Banco do Brasil, a ruptura com um dos valores tradicionais como era a estabilidade pretendeu a reposição da unidade e da identidade em outros termos. O Banco do Brasil apresentou-se à sociedade brasileira não mais como um banco social, como fora outrora definido pela empresa e assimilado pelos funcionários, a ponto de tornar-se um dos valores basilares das relações de trabalho, mas afirmando-se “modernamente” como um banco que opera no mercado, conectado por meio das novas tecnologias ao sistema financeiro transnacional. Neste cenário, a ruptura com valores tradicionais, desempenhou um papel central nas representações e nas ressignificações elaboradas pelos funcionários sobre o processo de mudanças vivenciado intersubjetivamente. Estes expressaram seus sentimentos em relação ao PDV e ao Banco, por meio de um conjunto de metáforas. Metáforas familiares e amorosas para representar as relações construídas ao longo do tempo entre funcionários e empresa; metáforas da nação para expressar a representatividade do banco no plano nacional e no imaginário social; metáforas de vida e de morte para representar as rupturas e perdas provocadas pelos acontecimentos. Esse conjunto de metáforas, que se apresentam no texto de forma articulada, mostrou que, ao contrário do esperado pela empresa, o PDV do Banco do Brasil gerou um período extenso de crise interna e de perdas no plano simbólico.

A abordagem metodológica permitiu à autora articular o PDV a processos mais amplos como a reestruturação do sistema financeiro nacional ante as novas dinâmicas do capital financeiro internacional, a reestruturação organizacional nos bancos articulada à introdução maciça de novas tecnologias de base telemática e também a cultura política que permeia as relações de poder na sociedade brasileira. Isso porque a autora considerou que uma análise do processo de mudanças no Banco do Brasil, ao privilegiar o momento do PDV, deveria levar em conta o quadro contextual e todo o emaranhado de interesses que emergiram naquele momento. Dessa forma, além de esclarecer os acontecimentos de forma contextualizada e articulada, o estudo forneceu um conjunto consistente de elementos analíticos para um melhor entendimento da dinâmica da estrutura de interesses e da articulação de forças no cenário nacional.

Segundo a autora, por meio dessa metodologia foi possível realizar uma melhor sistematização dos acontecimentos, detectando os principais atores envolvidos, os interesses emergentes e as articulações entre eles. Por outro lado, ressalta a autora que a utilização do conceito de *drama social* não se restringiu à aplicação de um modelo, mas realizou um avanço sobre as propostas de Turner, expandindo o campo de ação do drama, considerando as diferenças de poder entre as partes envolvidas e, dessa forma, ultrapassando os limites presentes na abordagem realizada pelo autor. Articulando a formulação conceitual de

drama social à de *análise situacional*, na perspectiva de Van Velsen (1987), procurou atingir uma compreensão mais abrangente do processo. Para este fim, tomou como princípio a contextualização do evento, a articulação entre sincronia e diacronia, a especificação dos atores e a percepção da extensão do campo de relações, disputas e interesses relativamente a cada variável analisada.

Nesse sentido, a utilização da metodologia e dos referenciais antropológicos pretendeu construir uma etnografia que possibilitasse apreender os acontecimentos em sua plenitude, atentando para a forma como os mesmos repercutiram sobre uma variada gama de situações individuais e coletivas e como os diferentes agentes se colocaram no decorrer do processo, que estratégias desenvolveram; quais idéias, imagens, princípios e valores se tornaram manifestos e o que esse processo gerou para as diversas partes em confronto naquele momento e para o conjunto da empresa.

Além de contribuição aos estudos sobre empresas, organizações e processos de mudanças vividos na atualidade, a autora privilegiou em toda a análise do processo de mudanças ocorrido no Banco do Brasil as variáveis culturais, a dimensão simbólica dos acontecimentos e sua manipulação por grupos específicos. Tais recursos permitiram uma maior abertura para a articulação entre o específico e o geral, na medida em que os acontecimentos no Banco do Brasil, naquele momento, só se tornavam compreensíveis pela consideração das relações entre o Banco do Brasil, o Governo e grupos de interesse a ele articulados e a compreensão de sua posição dentro desse conjunto de relações.

Afirma a autora, na conclusão do livro, que é pelo entendimento das alterações no estatuto dessas relações e, portanto, da crescente subordinação do Banco do Brasil, ao longo do tempo, ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central, que se pode entender que o Programa de Ajustes do Banco do Brasil tenha sido formulado especialmente na órbita do Governo que, naquele momento, enfrentava as disputas, no campo político, para a quebra da estabilidade na administração pública. Por outro lado, afirma que “é pela percepção da nova configuração dada ao setor financeiro nacional e, dentro desta, o papel conferido ao Banco do Brasil e aos demais bancos públicos e estatais, que é possível entender aqueles acontecimentos específicos como parte de um projeto maior relacionado a interesses de governo”. Referia-se a autora à opção governamental pelo fortalecimento da banca privada nacional, a partir de 1995, com a concentração do setor nas mãos dos grandes grupos, a abertura à presença estrangeira e o enfraquecimento do setor bancário público e estatal.

Por fim, conclui a autora que é somente pelo entendimento da posição do próprio País no cenário internacional e de sua posição de país devedor e de crescente subordinação às agências financeiras internacionais, que se compreendem os acontecimentos então ocorridos no Banco do Brasil como parte dos movimentos ditados pela adoção de um modelo político-econômico para o País que, em suma, sofria fortes pressões das agências externas.

Assim, a opção por uma etnografia construída a partir das metáforas acionadas pelos diferentes atores, naquele momento, permitiu a compreensão da repercussão dos acontecimentos na empresa. Mas, sobretudo, permitiu a percepção da natureza dos vínculos construídos ao longo do tempo entre empresa e funcionários, os valores que sustentavam essas relações, bem como os conflitos e as clivagens existentes. Também sobre como esses vínculos, no campo simbólico, representavam relações de outra natureza, como aquela dada pelos laços entre os funcionários, a empresa e a nação, de forma que a identidade com a empresa era referida à identidade com o próprio País. As metáforas permitiram ainda entender o significado das rupturas como a quebra desse conjunto de relações: para os funcionários a interrupção de um projeto de vida centrado no Banco do Brasil e, para o País, um enfraquecimento da atuação social do banco e um aprofundamento das desigualdades regionais..

E ainda que se trate de um tema árido e de um livro feito a partir de uma pesquisa acadêmica aprofundada, sustentada por um conjunto de dados extenso e variado, o texto é claro e fluente. A profusão de dados, o rigor analítico e a força dos argumentos não escondem, por outro lado, a paixão com que a autora o escreveu e a ousadia com que abordou temas delicados

como aqueles relativos às redes de interesses em jogo e os escândalos e denúncias de corrupção que apontavam canais de conexão direta com o Palácio do Planalto.

O livro está estruturado em três capítulos. Na introdução, a autora recupera alguns momentos da trajetória da empresa na qual foi dada atenção especial ao papel do Banco do Brasil em diferentes momentos históricos, sua atuação, seu funcionamento e dinâmica interna - ao mesmo tempo em que procura articulá-los a momentos importantes da história do País e do processo de sua constituição como nação. A pretensão é indicar os aspectos mais marcantes relacionados ao processo de mudanças sob análise, de forma a elucidar a sua compreensão e nele privilegiar temas que colocam em evidência a importância da dimensão cultural e dos elementos simbólicos que dizem sobre a representatividade da empresa para governo, funcionários e sociedade brasileira em geral.

O primeiro capítulo apresenta uma descrição detalhada dos acontecimentos que envolveram o Banco do Brasil durante os trinta dias de vigência do Programa de Desligamento Voluntário. Em seguida, a partir do relato e dos dados de pesquisa, a autora destaca as principais idéias e noções que nortearam todo o programa - modernização, mudanças, crise e ruptura - discutindo-as no plano teórico.

O segundo capítulo apresenta a etnografia mais acabada do evento. Ali se articulam o recorte empírico, analítico, metodológico e a proposta de discussão teórica. É onde o evento poderá ser percebido de uma forma mais consistente e sistemática, ao mesmo tempo em que a opção de uma abordagem por temas, provenientes das metáforas que emergiram dos acontecimentos, permite percebê-lo em sua dimensão simbólica. Metáforas do universo familiar e das relações amorosas, outras expressas na simbologia sobre a idéia de nação, outras ainda referidas às imagens de vida e morte foram acionadas naqueles dias do PDV para expressar a situação de passagem vivida por todos. Ao mesmo tempo, externavam os sentimentos dos funcionários e a postura da empresa, o papel do Banco do Brasil para diferentes atores sociais e aquele delineado pelo Governo em acordo com o modelo político-econômico adotado para o País.

No terceiro capítulo, a autora realiza um trabalho mais sistemático com os dados, articulando o material qualitativo a uma documentação diversificada, que vai desde os dados colhidos dos almanaques de pessoal editados pela empresa, relatórios e publicações oficiais, aos processos existentes no Ministério Público do Trabalho - MP e ao material de imprensa. Nesta parte ficam claras as estratégias dos diferentes atores que fizeram parte do drama, e é quando a autora consegue responder às questões colocadas no início da obra. Analisando as estratégias da empresa e dos funcionários, bem como a atuação das entidades representativas, da classe política e do Ministério Público, durante o processo, busca, ainda, mostrar a desigualdade na correlação de forças entre os atores envolvidos.

No último item, são feitas algumas considerações sobre o resultado do processo, sua efetividade, o teor das mudanças e seus custos financeiros e humanos. Enfim, o que permaneceu ou foi ressignificado e o que isso representou para o conjunto da empresa, enfatizando os diferenciais de poder entre diferentes atores e revelando as continuidades nas práticas nefastas constitutivas das estruturas de poder em nosso País.

Gostaria de destacar, ainda, que a autora articulou em sua análise, simultaneamente, o debate teórico da sociologia do trabalho, da economia e da ciência política, de forma que o estudo etnográfico atende interesses empíricos e teóricos não apenas dos cientistas sociais em particular, mas de todos aqueles que se interessam pelos processos sociais contemporâneos, em especial as mudanças ocorridas no País, nos últimos anos.

Deste modo, embora a autora eleja como referente empírico o estudo de uma particularidade, essa particularidade não se encerra em si mesma. O enfoque etnográfico adotado lhe permitiu alçar vôos mais amplos quando, por exemplo, articula analiticamente o PDV ao sistema financeiro mundial, demonstrando a inter-relação entre fatores localizados e transnacionais e o impacto dos acontecimentos nas pessoas de "carne e osso". Ao recuperar historicamente a atuação do Banco do Brasil desde

a sua fundação pelo príncipe D. João, em 1808, a etnografia explicitou as ligações seculares do Banco do Brasil com o Estado e a sociedade brasileira, via política financeira, articulando sincronia e diacronia, estrutura e processo, estrutura e ação e estrutura e evento, buscando os sentidos do PDV na história, na ação, nos interesses e estratégias em jogo e também na tradição cultural da instituição. Ora, o que o PDV pressupunha era uma mudança cultural, uma mudança nos valores, uma formulação empírica exemplar de uma lógica de mercado que se vale da ordem cultural. No entanto, como bem sabem os cientistas sociais em geral, e os antropólogos em particular, mudanças culturais não ocorrem por decisões governamentais ou da cúpula de empresas e organizações. Porque, e isto é muito importante de se frisar, valores só existem como variáveis culturais quando são compartilhados, quando são construídos na interação. Ou seja, não cabe de forma alguma a idéia, muitas vezes corrente em algumas linhas teóricas - sobretudo aquelas que se dedicam aos estudos denominados de cultura organizacional - a idéia de que culturas podem ser manipuladas segundo a vontade da empresa, a partir da imposição de novos valores.

Bibliografia:

RODRIGUES, L.C. **Metáforas do Brasil. Crise e rupturas**

RODRIGUES, L.C. **Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro.** Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 2001.

RUBEN, G. & LUCIO, C. F. "Realidade empresarial através de metáforas míticas." Anais do V Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho. Águas de Lindóia, dezembro/1996.

RUBEN, G. R. "A teoria da identidade na antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno". In: RUBEN, G. R. In **Roberto Cardoso de Oliveira.** Homenagem. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992.

RUBEN, G. R. "Empresários e globalização". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 28, ano 10, junho/1995.

RUBEN, G. R. "Teoria da Identidade: Uma Crítica". In: **Anuário Antropológico**, Brasília, Tempo Brasileiro-UNB, 1988.

SAHLINS, M. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

TURNER, V. W. **Schism and continuity in an African Society.** Manchester:Manchester University Press, 1972.

VAN VELSEN, J. "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado". In: FELDEMAN-BIANCO (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos.** São Paulo: Global, 1987.

UMA SOCIOLOGIA DO REFUGO HUMANO: CRÍTICA E CLÍNICA

Resenha do livro de BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas.* (Tradução de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 170páginas.

Antonio Crístian Saraiva Paiva³

A figura do intelectual como *maître à penser* encontra-se hoje em declínio, cedendo lugar à do *especialista*, perito numa área específica do conhecimento, prescindindo de uma leitura do conjunto da realidade. Zygmunt Bauman parece pertencer àquela espécie em extinção, na medida em que a narrativa sociológica que propõe para pensar nossos modos de vida contemporâneos extrapola os limites da *expertise* e interroga nossa imaginação sociológica sobre os vínculos humanos que

³ Psicanalista e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

ainda podemos e queremos engendrar. A sociologia aparece, em seu trabalho, como ferramenta para a “liberação de potencialidades humanas emparedadas” e quer engajar-nos criticamente em novas políticas de vida menos excludentes e injustas. Esta é, de fato, a temática de seu livro “Vidas desperdiçadas”, que pode ser caracterizado como um ensaio de sociologia da divergência, retomada de Goffman, a partir da lógica de nosso mundo líquido-moderno.

Dentre as muitas qualidades do trabalho do sociólogo polonês, convém enfatizar a insistência de Bauman em pensar a sociologia como uma forma de questionamento de nossos modos de vida, suas políticas do cotidiano, de sabor existencial, como uma pesquisa do instante, uma escuta do mundo, que se faz mediante uma extração estética da realidade, de onde a proximidade com a literatura, numa recusa de ser “mau sociólogo”, conforme caracterizara em “Escrever, escrever sociologia”: uma leveza de estilo, uma lucidez que se alça acima do óbvio e do pensamento único.

Assim, a narrativa sociológica de Bauman, permeada pelas referências a Calvino, Borges, Dostoiévski, Baudelaire, Goethe, Pascal, dentre outros, filia-se a uma tradição sociológica ensaística, não-sistemática, *à la* Simmel, num estilo digressivo, aforístico, convidando a pensar, a estimular nossos sentidos de atenção ao mundo, equivocando as evidências e os discursos oficiais sobre os fenômenos sociais. Sua “literatura sociológica” (simultaneamente científica e literária), se assim o podemos dizer, esforça-se por fornecer mapas provisórios para compreendermos as transformações de nosso “mundo em descontrole”, urdido pelos imperativos do impulso de modernização, sua sociologia sendo, portanto, uma narrativa da modernidade líquida.

No Brasil, a obra de Bauman vem assumindo vulto nos últimos anos, o que se traduz no volume de traduções para o português de suas principais obras (*Modernidade e ambivalência*, *Modernidade e holocausto*, *O mal-estar da pós-modernidade*, *Modernidade líquida*, *Em busca da política*, *Globalização*, *Comunidade...*), bem como na crescente utilização da conceitualidade que propõe para pensarmos nosso presente. Noções como *modernidade líquida*, *ambivalência* e *risco*, *liquidez* dos laços amorosos, fragilidade dos vínculos humanos, produção de lixo humano, cada vez mais são incorporadas na reflexão em ciências sociais para dar conta de temáticas como experiência amorosa, intimidade, subjetividade, políticas da amizade, construção do eu, dentre outras, que renovam o campo tradicional de objetos sociológicos. Daí a difusão da obra de Bauman não só entre os sociólogos, mas também entre antropólogos, filósofos, psicólogos, psicanalistas, historiadores, etc. na medida em que Bauman nos oferece uma conceitualidade afinada com as transformações de nosso mundo líquido-moderno e de seu impacto na forma de organizar a experiência dos vínculos humanos em suas várias dimensões (embaralhando por exemplo, binarismos como individual x social; economia psíquica x economia política, público x privado, emoções x história, etc).

Esse *Vidas desperdiçadas* encontra-se dividido em quatro capítulos, precedidos por uma **Introdução** na qual o autor, citando as *Cidades Invisíveis* de Calvino, nos convida a “um outro olhar” sobre o mundo que nós compartilhamos e habitamos, fazendo estranhamento semelhante ao de Marco Pólo, estranhando as cidades e suas idiossincrasias (a figura do viajante como estrangeiro, *homecomer*, *outsider*, *Fremden*, caras a Simmel e Schutz). Trata-se de fato, de compreender um problema que não é apenas um “problema técnico”: como lidar com a produção do lixo humano e da indústria de remoção do refúgio humano, problema engendrado pelo impulso de modernização globalizante. Haveria seres humanos redundantes, supérfluos? O que fazer deles, dada a “nova plenitude do planeta” (traduzida na afirmação em voga hoje: “nosso planeta está cheio”)? Questões como emigração, políticas/ indústria de segurança, criação de novos guetos, enfim, o problema da descartabilidade dos vínculos humanos são os principais focos deste livro.

No primeiro capítulo, “**No começo era o projeto**”, Bauman acena com uma transformação profunda no padrão de convívio humano inaugurado pela modernidade líquida, uma mutação no projeto civilizatório e nos mecanismos de regulamentação das fronteiras: dentro/fora, inclusão/exclusão, ordem/caos, pureza/sujeira, bem/mal, produto/refúgio.

A criação sucessiva de projetos sociais, que caracterizou a modernidade, que tratava de organizar mapas ante a desordem do mundo, estabelecendo linhas de contorno de regulamentação, coerência, integração, simultaneamente estabeleceu fronteiras de exclusão, de anomalia, de desvio. Assim, a questão do emprego/desemprego, ou seja, a inserção no mundo da produção, era elemento crucial na localização dos indivíduos nesta topologia do dentro e do fora. Com a sociedade de consumo (flexível, líquida, globalizada) dá-se um colapso nessa forma de governo das fronteiras do dentro e do fora, daquilo que importa e daquilo que não importa, do produto útil do refugio, da ordem e da desordem, dos mecanismos de segurança e da insegurança. Com a globalização, o espectro da redundância e da descartabilidade da experiência humana substitui a lógica da conflitualidade que caracterizou a “modernidade sólida”.

Assim, Bauman descreve uma geração (geração X) constituída por “mal-estares e aflições especificamente líquido modernas”: insegurança, depressão, condição de sem-teto social, uma geração marcada pela preocupação quanto à redundância, constantemente interpelada pelas condições de crise, de mudança, de ansiedade. Aquele modelo para lidar com as crises (modelo freudiano da conflitualidade enquanto “teoria geral das desordens e descontentamentos psicológicos que a civilização estava inclinada a gerar”) parece não funcionar mais. Há uma indefinição quanto aos fins da ação humana. Diante deste “mapa irracional” (expressão extraída de Borges) do mundo contemporâneo, os indivíduos hoje são confrontados diariamente com a possibilidade de serem declarados redundantes, supérfluos, impuros, destinados à lixeira humana, à invisibilidade social. Bauman evoca, citando Giorgio Agamben, a figura do *homo saucer* como figura do excluído, do refugio humano.

Portanto, veremos à frente, a questão da administração dessas divisas (inclusão/exclusão, produto/lixo) redefine a atuação do Estado como monopólio do direito de excluir e como operador dessa nova topologia da exclusão. Esta é a temática do segundo capítulo, “**Serão eles demasiados?**”. Bauman, aqui, propõe a seguinte questão: como pensar o *dentro* e o *fora* num mundo globalizante? Como pensar a divisa *nós x eles*? Como compreender o pânico provocado pelo excesso *deles* (os imigrantes, os parasitas da previdência, os excluídos do mercado)?

Bauman nos oferece uma rica discussão de sociologia do desvio, ao desenhar as novas formas de exclusão em curso no mundo contemporâneo, mediante a substituição da estratégia de demonização do outro pela de sua criminalização, sua periculização. Confrontados às ficções contemporâneas da “superpopulação”, da “população excedente” (ficções atuariais, denuncia Bauman), os Estados desenvolvidos contemporâneos, esvaziados de suas funções de asseguramento do bem-estar social (Estado social), encontram neste combate ao “outro perigoso” uma estratégia de legitimação do exercício de seu poder político. Assegurar a segurança pessoal dos indivíduos, lutar contra o terrorismo, reforçar as fronteiras contra a invasão *deles*: eis a nova feição do Estado, que habilmente mistura o “novo medo dos terroristas” com o ódio aos parasitas da Previdência, os migrantes, os *sans papiers*, os refugiados, que se tornam, assim, o “outro desviante ideal”, escoadouro privilegiado da ansiedade contemporânea.

Somada à impessoal exclusão econômica, numa criminalização crescente dos indivíduos que se mostram incapazes de participar do mercado, a periculização da alteridade figurada na pessoa do imigrante dão a nota dos atuais processos de produção do refugio humano, deixando aberta a questão da indústria da remoção desse lixo humano, desses corpos supérfluos, cujas vozes são emudecidas e cuja visibilidade passa a ser apagada sistematicamente. Bauman tratará dessa questão no capítulo seguinte, “**A cada refugio seu depósito de lixo**”: que fazer dessa “baixas humanas” apanhadas pela redundância social?

O autor nos convida a enxergar na passagem, nos últimos vinte anos, do modelo de comunidade incluyente do “Estado social” para um “Estado excludente, “penal”, um dos aspectos fundamentais dessa gestão dos processos de exclusão social (fronteiras nós x eles) e da indústria de remoção do lixo humano. As conseqüências disso surgem diante de nossos olhos: desregulamentação de guerras, criminalização dos migrantes, emparedamento dos refugiados, intolerância à alteridade,

estratégias de limpeza étnica, criação de hiperguetos, fechamento de fronteiras, “trancando do lado de fora os forasteiros”, numa nova biologização do social que serve como justificativa para políticas segregacionistas para que a “saúde da sociedade” e o “funcionamento normal” do sistema social não sejam ameaçados. Enfim, insinua-se de forma crescente “a suspeita de descartabilidade humana universal”, encurtando vertiginosamente o caminho rumo à lixeira. Trata-se, assim, de uma deserção radical da promessa feita pelo Estado social democrático. Bauman fala no “enterro do Estado social”, e na produção de um “Estado de emergência”, que põe em risco a própria sociabilidade e o convívio humano, dada a suspeita universal em relação ao outro, ao próximo, ao vizinho, ao parceiro amoroso.

Dá que o livro se encerre com uma discussão sobre a natureza ambivalente dos vínculos humanos e sobre a suspeita em relação a compromissos sólidos. Assim, no último capítulo, “**A cultura do lixo**”, o autor faz um exercício de sociologia de nossa cultura líquido-moderna, interrogando as políticas de vida engendradas por essa cultura do descartável, que atinge nossa “caixa de ferramentas da sociabilidade” (herança do ideário moderno-iluminista-democrático), nosso juízo estético, bem como as modalidades de moralidade vigentes e nossa ética amoroso-sexual.

Definindo a modernidade líquida como “uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugio e de sua remoção”, Bauman caracteriza o instante presente como uma espécie de recitação da transitoriedade, da redundância, da descartabilidade, do imediatismo. Esta forma de organizar a experiência – “patinando em gelo fino”, segundo expressão do gosto de nosso autor – tem impacto na construção de nossas biografias, pontuadas pelas condições de ansiedade, insegurança e imposição de tolerância ao estresse e à mudança contínuas, numa medicalização veloz de nossas emoções, como o medo, as inibições, as paixões, o trauma, o remorso, etc.

Liquidez que organiza nossos relacionamentos (relações de curto prazo, relações de bolso, relações virtuais, relações revogáveis) e nossa ética amoroso-sexual. Imediatismo que se traduz na “síndrome da impaciência contemporânea”, típica das vorazes sociedades de consumo: encurtar o tempo entre desejo e sua satisfação, produzindo “o endividado sem culpa” como figura *princeps* do consumidor, vítima de uma amoralidade quase inocente.

Descartabilidade que, por sua vez, acrescenta mais um capítulo à história da arte e da beleza, desfazendo a associação do belo com a perfeição, com o sublime, com o irretocável, portanto, com o perene, encurtando a distância entre o museu e o depósito de lixo. A obra de arte passa a ser efêmera, tomando como paradigma a instalação, rapidamente removível, num envelhecimento vertiginoso do novo.

O padrão de consumo instantâneo, segundo já conhecido de outras obras de Bauman, também atinge os relacionamentos: dá falarmos numa indústria de consumo de relacionamentos, perpassados pela esquivia emocional e pela destruição do sentimento de intimidade partilhada.

Vasculhando os conteúdos de nossa lata do lixo, a sociologia de Bauman como pesquisa do instante, como crítica e clínica dos modos de vida engendrados por nossas sociedades, confronta-nos com o “horrrível espectro do descartável – da redundância, do abandono, da rejeição, da exclusão, do desgaste”. Pessimismo? O autor diz que se trata de um pessimismo que não se confunde com niilismo, mas que é um convite à ação, ou, ao menos, à possibilidade de enunciar e deixar aberta a questão: será que esse “jogo de inclusão/exclusão é a única maneira pela qual se pode conduzir a vida humana em comum e a única forma concebível que nosso mundo compartilhado pode assumir – receber – como resultado”?

A GUERRA AMAZÔNICA, A NOSSA GUERRA

Resenha do livro de PINTO, Lúcio Flávio. *Guerra Amazônica. O jornalismo na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc. & cia.)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2005, 297 páginas.

Em épocas não muito remotas, o conhecimento do que denominamos *realidade brasileira*, com sua imensa diversidade econômica e cultural, era escrita a partir do olhar hegemônico da região sudeste, mais particularmente de São Paulo, onde a modernidade já demonstrava sinais visíveis da necessidade de conhecer este obscuro, enigmático e polêmico país chamado Brasil. Os intelectuais da Universidade de São Paulo, mais visivelmente, constituíam a vanguarda deste movimento, produzindo obras bastante conhecidas que, até hoje, são marcos importantes para quem deseja conhecer esse país. A produção intelectual regional, com exceções, naturalmente, de Gilberto Freyre, era sempre *marginal* e praticamente ignorada pela intelectualidade, que sempre via o Brasil com as lentes do colonizador.

Hoje, viajando pelo Brasil e consultando a produção intelectual de cada região, não poderemos mais afirmar que a produção intelectual e o conhecimento do país concentram-se somente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Atualmente é imensa a quantidade de pesquisas, ensaios, literatura, jornalismo, arte, etc. produzida em diversas regiões do País, formando um enorme caleidoscópio que, na maioria das vezes, relativiza as *grandes narrativas* sobre o Brasil, não só com relação ao seu passado, mas, principalmente, a sua história contemporânea, ainda muito mal conhecida.

O historiador, o sociólogo, o antropólogo e outros *cartógrafos*, para usarmos uma linguagem de Deleuze e Guattari, que se aventurarem a conhecer esse *outro* Brasil não podem mais desconhecer a realidade regional sob pena de fazerem generalizações apressadas, como é freqüente no meio acadêmico brasileiro.

O livro mais recente do jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto é, hoje, leitura obrigatória para quem deseja conhecer de verdade o que acontece na polêmica região amazônica. *Guerra Amazônica*, não foi publicado dentro das cátedras universitárias, mas a partir de sua longa experiência como jornalista e sociólogo em uma região que se tornou centro de discussão nacional e internacional, não só por possuir uma das maiores florestas tropicais do planeta, mas por ser o palco de conflitos envolvendo grandes grileiros, madeireiros, posseiros, mineradoras e o próprio Estado.

Sediado em Belém do Pará, Lúcio publicou o livro em novembro de 2005, o primeiro volume, e promete a edição de um segundo, no qual narra não somente *os rastros da destruição* (título de um de seus livros), mas os dilemas (muitas vezes trágicos) de ser jornalista numa região colonizada, onde a verdade e os fatos são normalmente ocultados pela pequena elite que dita as *ordens* para a bugrada. Lúcio Flávio faz, como ele mesmo diz, um “jornalismo na linha de tiro (de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc.& cia.)” e paga um preço alto por isso, pondo em risco a sua própria vida.

Hoje, aos 56 anos, várias vezes premiado, inclusive no exterior, seu instrumento de luta é o *Jornal Pessoal*, quinzenário de pequeno formato, com 12 páginas, em dois mil exemplares, que circula em Belém, publicando matérias que jamais sairiam na chamada *grande imprensa*, principalmente a local, dirigida por uma só família, e que parece ditar os rumos econômico, cultural e político da região. Por sua intrepidez, Lúcio responde a 13 processos, simplesmente por revelar os bastidores da imensa máquina publicitária movida pela família Maiorana. Já foi violentado com truculência, não só simbolicamente, mas de fato, quando um dos donos do jornal *O Liberal* o agrediu covardemente em um restaurante em Belém do Pará, fato que teve repercussão nacional e internacional.

Apesar dos atropelos e do preço que esse jornalista paga por exercer com dignidade e ética o seu jornalismo na região, o valor do *Guerra Amazônica* não se deve somente ao seu heroísmo e à demonstração evidente da ignorância e truculência das classes dominantes locais, cujos interesses se entrelaçam com grupos nacionais e internacionais. *Guerra Amazônica* tem o mérito de nos apresentar, sem rodeios, a versão não oficial dos fatos que compõem a história contemporânea da Amazônia. O que o Lúcio faz com maestria é trabalhar com os fatos, checando-os, testemunhando-os, fazendo uma espécie de *cartografia*

⁴ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e Editor do Jornal Pessoal de Belém.

dessa *guerra*, seus atores, o desenrolar dos acontecimentos, desmontando *evidências* e fazendo aquilo que o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, chamava de “desconfiança epistemológica”.

No futuro, quando algum pesquisador ou estudioso da Amazônia se debruçar sobre a história dessa região, não poderá desconhecer as informações fornecidas por Lúcio Flávio nos seus 40 anos de jornalismo nessa polêmica região, tão falada, mas incrivelmente pouco conhecida. No *Guerra Amazônica*, assim como em outros que escreveu sobre os Projetos Jari e Carajás, assim como a coleção do *Jornal Pessoal*, temos hoje dados suficientes para repensar a ocupação dessa região.

O sociólogo paulista José de Sousa Martins, ao prefaciá-lo um de seus livros publicado pela Editora Hucitec, dizia com propriedade que Lúcio Flávio fazia um *jornalismo sociológico* que se diferenciava do jornalismo comum da grande imprensa. Não precisamos de muito esforço para perceber a veracidade desta constatação. Lúcio nos oferece dados aos borbotões para compreendermos a complexa trama tecida entre o Estado e os interesses privados na região e os crimes de encomenda e seus mandantes, como o excelente trabalho jornalístico sobre o assassinato do ex-deputado pelo PC do B, Paulo Fontelles em uma rodovia nas proximidades de Belém, matéria que recebeu uma premiação nacional de jornalismo.

No *Guerra Amazônica* faz denúncias sérias, como a dos presos que eram levados para “interrogatórios” de barco, à noite, para a Ilha de Cotijuba. Em outro momento o autor relata com detalhes o assassinato de um “colunável” local que usava sua empresa de câmbio e turismo como *fachada para o seu principal negócio: a cobertura do narcotráfico internacional quando, em 1991, intermediou, a “passagem de 100 milhões de dólares em cocaína para os Estados Unidos”*.

Lúcio desvenda o mundo social da classe dominante local, *um mundo aparentemente limpo que ocultava (e oculta) o submundo delinqüente, com tentáculos subindo aos patamares do poder e da chamada alta sociedade*. Isso foi noticiado em uma época em que pouco se falava de lavagem de dinheiro nesse rendoso e próspero comércio ilegal de cocaína, cuja rota principal, como se sabe, passa hoje pela Amazônia.

O livro também torna evidente, através dos dados que oferece, como se dá, na vida real, a relação entre o “Brasil legal”, que a grande imprensa, na maioria das vezes, esconde e o “Brasil real”, este que se constrói nos bastidores das grandes negociatas, na delinqüência, onde o público e o privado se mesclam no submundo que movimentava bilhões de dólares e alimenta uma parcela da elite dominante local nas suas relações simbióticas com grandes grupos nacionais e internacionais.

O sociólogo ou o historiador que, um dia, desejar escrever sobre a história da riqueza da elite dominante local não pode desconhecer a imensa quantidade de fatos, suficientemente checados e publicados, que este jornalista nos oferece. A delinqüência que alimenta a história dessa riqueza regional, como o próprio autor nos diz, tem muitos “tentáculos” que nunca conheceríamos pela “história oficial”, como, por exemplo, o rombo equivalente a 30 milhões de dólares que um ex-presidente do Banco da Amazônia, Augusto Barreira Pereira, deu na instituição, sob a conivência e o silêncio da grande imprensa local. *Nem uma só linha saiu a respeito nos três jornais diários de Belém. Barreira era procurador de “O Liberal” e tinha apoio político do ex-governador e ex-senador Jader Barbalho, dono do “Diário do Pará”*, comenta o autor, mostrando de que forma é costurada a cumplicidade entre os grupos dominantes locais.

Esses “tentáculos”, essas ramificações, são apoiadas em muitas outras denúncias e compõem um grande painel fartamente documentado com fatos, números e personagens. O mais curioso (e trágico) é o desconhecimento e o silêncio cúmplice de amplos setores da sociedade local, o anestesiamiento da consciência política, mesmo daqueles que têm conhecimento dos fatos narrados pelo autor.

Lúcio Flávio não é o *Asterix* na sociedade local, como o caricaturou um jornalista paraense residindo em São Paulo. Sua perseguição é o ônus que ele paga por ir contra a corrente dessa *cultura da delinqüência* que paradoxalmente adquiriu formas mortíferas, mesmo nesse período de aparente democracia em que vivemos. A gratidão e o reconhecimento de seu trabalho não ocorrem nos salões por onde circulam os *delinqüentes de colarinho branco*, com sua jagunçada pronta para

qualquer “serviço” de seus mandantes. O que o torna uma figura ímpar no jornalismo brasileiro e uma figura singular, merecedora de respeito, simbolizado nos prêmios nacionais e internacionais que tem recebido na sua trajetória como jornalista, é sua capacidade de indignação, aliada ao seu compromisso ético inquebrantável de ser jornalista e sociólogo, mesmo no meio da promiscuidade da classe dominante, o que não é uma tarefa, diga-se de passagem, para qualquer um. *Escrever uma história diferente desse enredo oficial, diz ele em seu livro, que desenvolve a região subdesenvolvendo-a, não é nada fácil.*

Se a sua inspiração é o jornalismo desenvolvido pelo americano I. F. Stone, no semanário *I. F. Stone's Weekly*, que publicava desde 1952, “um jornalzinho feio e pobre”, mas lido até na Casa Branca, que também escrevia uma história diferente do “enredo oficial”, tudo bem, esse é seu ideal do que seja jornalista. Mas só este modelo de Stone não caracteriza Lúcio nessa *Guerra Amazônica*. A América do Norte é radicalmente diferente de nossa América Latina, onde jamais um presidente da república lê um jornalzinho “feio e sujo”. Os “coronéis”, sejam os de barranco, os *novos ricos* metidos em jogadas escandalosas e roubando os cofres públicos, os caciques formadores de opinião, talvez façam o contrário da classe dominante americana: os jornaizinhos “feios sujos e malvados” têm um destino trágico: vão direito para a latrina ou vão caçar quem comete essa *ousadia*, como fazem os Maioranas em Belém do Pará.

Não estão interessados no conhecimento, no debate livre, ideal que a sociedade moderna e burguesa parecia idolatrar. São iconoclastas e predadores não só na Amazônia, onde a *guerra* é cruel, mas em todas as regiões do Brasil, como aqui na região Nordeste, onde a classe dominante local constrói uma universidade particular, funcionando, como ironiza o economista e sociólogo Chico de Oliveira, a gás butano, e paga salários miseráveis para os educadores que vão formar seus próprios filhos. O Iluminismo não chegou por essas plagas. O *tempo da onça* não está longe daqui, como dizia a filósofa paulista Olgária Matos em um de seus artigos.

Quando fui aluno de graduação em Ciências Sociais, na PUC de São Paulo, lá pelos finais dos anos 70, conheci um sociólogo que anda meio sumido. Recordo-me que, de vez em quando durante as férias se embrenhava pelos “fundões” do Brasil, Lúcio conheceu esse professor, era o Luiz Alfredo Galvão, que também ministrou cursos na Faculdade de Sociologia e Política, onde Lúcio estudou. Ele, que conhecia o marxismo e o leninismo ortodoxo, principalmente o da III Internacional, versão PCB que chegou ao Brasil, desconstruía (para irritação dos esquerdistas ortodoxos) certa versão do marxismo tão idolatrado na época. Seus argumentos eram bem fundamentados e provocativos e ele gostava sempre de dizer que sociólogo e antropólogo não conhece o Brasil, nem como turista nem como estudioso de sua sociedade. Enquanto tomavam como modelo a revolução russa e os escritos de Lênin desse período, desconheciam por completo o solo onde estavam pisando.

Lúcio revela, no *Guerra Amazônica*, um pouco de seu desejo quando ainda estudava na Faculdade de Sociologia e Política: *estudar os intelectuais de 20 e 30, chamados de direita: Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Lourival Fontes. Todos atentos a Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda (...), incluindo Gilberto Freyre, que conheciam o Brasil melhor dos que os de esquerda. Os pensadores conservadores, como Paulo Prado, conheciam o Brasil melhor que os de esquerda.*

Ele já compreendia o valor da polêmica como oxigenador da democracia. Influenciado por seus mestres menos ortodoxos, sabia também que o sociólogo, sem o contato com mundo social onde está inserido, torna-se um acadêmico burocrático, estéril, para não dizer inútil. Creio que essa insatisfação com a sociologia de gabinete, copiada muitas vezes de modelos teóricos de outros continentes, não daria conta de conhecer a realidade do país e da região onde estava inserida, por mais sofisticadas que essas teorias se apresentassem. Como dizia o Luis Alfredo Galvão na época: não se faz sociologia sem dados empíricos, sem um conhecimento deste Brasil. Temos que conhecer esse país.

Suponho, portanto, que este período em São Paulo em que Lúcio transitou com desenvoltura entre a sociologia e o jornalismo e, posteriormente, o contato com o trabalho de Stone, foram elementos fundamentais para que decidisse mergulhar

na realidade amazônica, tarefa que desenvolve com grande inteligência e desenvoltura excepcional. Sua ousadia, ou para alguns, a sua *loucura*, tem método, como dizia o poeta inglês.

Ele revela isso claramente na página 26 de seu livro quando, de forma cáustica nos diz:

O brasileiro continua a viver como caranguejo, arranhando o litoral, para usar a imagem quinhentista. É sempre o pensamento do litoral voltado para fora do Brasil. O Brasil não conhece o Brasil. A penetração para o Oeste, mais destrói do que conscientiza. A descoberta do Brasil não passa de movimentos espasmódicos e cheios de exotismo. É o fundador, o descobridor querendo que a passagem original se transforme de acordo com sua visão de colonizador. Isso me levou a desistir da grande imprensa, que, segundo ele, é muito pior do que na época do regime militar.

Lúcio Flavio é um obstinado e tem plena consciência do trabalho que faz e da contribuição que presta ao Brasil e à Amazônia particularmente. Atualmente duela com a máquina judiciária em Belém do Pará, envolvendo-se no estudo desse “poder terrível”, onde, mesmo sendo réu e respondendo a dezenas de processos, consegue ter a lucidez de pôr em prática sua capacidade analítica, conforme podemos verificar ao ler seu livro. Acaba fazendo, na prática, uma espécie de “genealogia do poder judiciário”, para usarmos uma expressão foucaultiana, mostrando-nos como funciona esta terrível máquina chamada Justiça, com suas engrenagens, suas armadilhas e sutilezas muito mais terríveis do que aquela vivida pelo personagem de Franz Kafka em *O Processo*.

É admirável e polêmico o livro de Lúcio Flávio Pinto. Conheço poucas regiões onde existam jornalistas dessa estirpe e com tamanha ousadia e inteligência. Se em cada lugar do país existisse jornalista como ele, teríamos parte importante da história não oficial do Brasil contada e perceberíamos com mais clareza como é tecida a dominação de classe, sem generalizações apressadas e teorias *fora do lugar*.

Vivo atualmente no Ceará, apesar de ser paraense. Em Fortaleza, dois grandes jornais controlam as informações sobre o Estado. Imagino a falta que faz um jornalista com o perfil desse sociólogo-jornalista. A história dessas duas regiões ainda está para ser contada. O paraense tem sorte, pois tem uma quantidade de dados em suas mãos e trata de escrevê-la, pois assunto não falta. Um *outsider* na imprensa cearense faz falta e, por isso, dormitamos no silêncio cúmplice de governos que se dizem democráticos, no meio de uma imensa miséria rural e urbana. O Nordeste e Norte são irmãos, pois possuem histórias em comum. Somos caboclos descendentes de índios; somos, como Lúcio, filhos de migrantes fugidos da seca em busca de eldorado que começou a ser devastado e que já vem experimentando, também, a seca. A *Guerra Amazônica* é a guerra de todos nós, a luta de classe demonstrada sem rodeios e escancarada para os cidadãos que vivem nessa frágil democracia, sem sociedade civil consciente e organizada. O tempo dirá que destino teremos: o eterno subdesenvolvimento?

Guerra Amazônica nos traz muito material para discussão e pesquisa. É um livro imprescindível para qualquer pessoa que creê na possibilidade de mudar este país.

SAÚDE E DOENÇA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE:

PERSPECTIVAS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS

Resenha do livro de HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (orgs.) *Cuidar, controlar, curar: Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, 567 páginas.

Carlos Henrique Assunção Paiva⁵ e Lina Faria⁶

⁵ Historiador pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador Visitante Doutor, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

A historiografia sobre saúde e sociedade, em língua portuguesa, há tempos não recebe uma contribuição de peso como esta obra, organizada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Hochman e pelo historiador argentino Diego Armus. São catorze ensaios, densos, bem escritos, articulados por um olhar que se poderia intitular histórico-sociológico. A coletânea reúne ensaios sobre a saúde pública, a medicina e as doenças na América Latina e no Caribe, entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. As análises enfocam não só a experiência brasileira com as questões da saúde coletiva, mas também outras realidades como a argentina, a boliviana, a colombiana, a costarriquenha, a haitiana, a mexicana, a peruana e a portorriquenha. Traçando aspectos importantes das experiências de cada um desses países, os autores – latino-americanos e latino-americanistas – discutem o papel da saúde pública, das enfermidades e da medicina na construção institucional da ciência biomédica, na formação das nacionalidades, no delineamento de identidades étnicas, raciais e de gênero, na institucionalização de espaços de cuidado e de cura, bem como de aparatos disciplinares e, finalmente, na montagem de sistemas administrativos governamentais com capacidade para coordenar, executar e fiscalizar as ações de saúde em todo o território nacional.

Vários capítulos da coletânea questionam uma posição corrente na literatura, segunda a qual a comunidade científica dos países periféricos “simplesmente copiou” o mais proximamente possível os princípios e modelos da medicina científica e da higiene moderna dos países centrais, em especial dos Estados Unidos. Essa coletânea revela, ao contrário, a formação de uma “excelência científica na periferia”,⁷ com razoáveis e, em alguns casos, elevados graus de autonomia nacional de decisões. Apesar da condição subordinada e periférica da América Latina e do Caribe nos processos de industrialização e urbanização, houve respostas locais e nacionais para os problemas de saúde. Mais do que isto, desenvolveram-se capacidades para solucionar os problemas cotidianos da prática científica, conformando um modelo de ciência e de ação profissional. Para grande parte da comunidade científica latino-americana, o modelo de medicina e saúde pública norte-americano serviu como *inspiração*, não como *imposição*. As formações históricas distintas e, particularmente, a marca “nacional” das diferentes tradições médicas, determinaram adaptações que diferenciaram as trajetórias da saúde nos países da América Latina e do Caribe.

A Introdução, pelos organizadores, oferece as principais pistas para os leitores: são ensaios com diferentes ênfases, metodologias, objetos de trabalho e estilos narrativos que se integram num projeto comum, de entender como indivíduos, grupos sociais, governos e instituições não-governamentais, nacionais e estrangeiras, se posicionaram em relação à saúde e à doença. Nesse projeto bem-sucedido de autores e organizadores, discute-se a interação entre tradições médicas nacionais e estrangeiras, a montagem dos serviços de saúde, a constituição de movimentos reformistas e ideologias nacionalistas, os diferentes níveis de centralização ou descentralização do poder político, a dinâmica das relações raciais, os processos de burocratização, profissionalização e “resistência à mudança”, os padrões de políticas públicas, o papel do pensamento científico e a dimensão estratégica que a saúde assume para os atores políticos nestas décadas decisivas. Como afirmam os organizadores, são experiências, contextos, atores e instituições “tão distantes e diversos e ao mesmo tempo tão próximos e similares” (p. 17).

Passemos à discussão circunstanciada, iniciando com as contribuições que permitem um contraponto mais forte com os temas brasileiros. A literatura tem destacado o papel da Fundação Rockefeller, no Brasil e em vários outros países da América Latina, como importante aliada das propostas de reorganização do campo sanitário e da educação em saúde (Cueto,

⁶ Historiadora pela Universidade Santa Úrsula, Pesquisadora-Fapesp de Pós-Doutorado, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp.

⁷ Na acepção cunhada em Cueto, 1989.

1989, Castro Santos e Faria, 2003). Os capítulos redigidos por Luiz Antonio de Castro Santos e Steven Palmer abordam tal tema, ao discutirem o padrão de intervenção daquela agência estrangeira no desenvolvimento científico e na formação das “profissões de saúde” em dois países latino-americanos. A discussão dos autores sugere, para o caso brasileiro e costarriquenho, um forte componente de *parceria* com médicos e sanitaristas locais na definição dos objetivos e ações de saneamento e educação médica. Tanto no Brasil, quanto na Costa Rica, a Rockefeller procurou adaptar suas pesquisas e atividades a temas e problemas de cada país. As singularidades dos países atendidos, no tocante às tradições médicas, à diversidade cultural e política, aos movimentos populares e reformistas, por parte das elites locais, afetaram significativamente as relações e interesses da fundação norte-americana na institucionalização da ciência naqueles países. Em muitos países latino-americanos a atuação da Fundação Rockefeller, sem que a isto se propusesse, acabou por favorecer os projetos de construção nacional, já que os governos federais tiveram de ampliar seus investimentos em programas de higiene, educação e saneamento. O texto de Castro Santos, menos afeito à história das doenças do que à significação sociológica da relação entre reforma sanitária, construção do Estado e as ideologias nacionalistas no início do período republicano brasileiro, parte de uma análise histórico-comparativa entre algumas regiões e suas áreas urbanas e rurais. O autor focaliza particularmente os anos que se seguiram à criação dos serviços de profilaxia rural em todo o país, em 1918, e à instituição do Departamento Nacional de Saúde Pública, já com foros “ministeriais”, inaugurado e chefiado por Carlos Chagas em 1920. Nessa fase, propõe o autor, assiste-se a um processo de “interiorização” e expansão dos serviços de saúde, que teve por lastro uma efetiva participação do Estado na “formulação de ideologias e políticas de salvação nacional por meio da educação e da saúde pública (p. 251). Está em pauta a união fecunda entre o otimismo educacional e sanitário, lembrando as teses do educador Jorge Nagle (Nagle, 1974). Em segundo lugar, lembra o autor, contou o Estado brasileiro com a aliança estratégica da Fundação Rockefeller. Nesses tempos pré-Vargas – diferentemente do que sustenta boa parte da literatura – já se assistia ao enraizamento da “questão” sanitária e de sua transformação em ideologias e políticas de reforma. No tocante ao exemplo da Costa Rica, Palmer enfatiza o debate científico sobre uma endemia em particular, o *cansancio*, nome que a ancilostomíase recebia popularmente naquele país. Palmer fala de uma “precedência periférica” (p. 221-225), ou seja, da existência de um projeto de Saúde pública, de feitura local, e de como grupos intelectuais e instituições costarriquenhas foram capazes de transformar os esforços da Fundação Rockefeller em um veículo para a consolidação daquele projeto. Para o autor, um dos fatores que determinou o êxito da campanha na Costa Rica foi a maturidade de sua rede pública de educação, “um casamento de conveniência” (p. 221) entre a saúde e o sistema educativo. Novamente, como no Brasil, ressurgiu a eficácia simbólica da parceria “saúde e educação”. Por outro lado, afirma Palmer, a periferia realmente se adiantou à metrópole na pesquisa e no tratamento da ancilostomíase. O país contava com um ativo núcleo de médicos cientistas já no final do século XIX, que haviam identificado a ancilostomíase como uma doença endêmica em várias regiões do país.

O texto de Jaime Benchimol, “Febre amarela e a instituição da microbiologia no Brasil”, aborda mais de perto o caso brasileiro, nos tempos que antecedem e assistem a ação dos pesquisadores e sanitaristas da Rockefeller. É uma contribuição à história conturbada das doenças no país, particularmente da febre amarela. O debate intenso sobre modelos causais, discutido magistralmente por Benchimol, serviu de palco para um confronto entre grupos médicos que, para além das controvérsias científicas da época, se valeriam da capacidade de se articularem politicamente - e de se legitimarem em fóruns internacionais - para construir sua hegemonia nacional. O contexto deste confronto, no interior da elite médica nacional, foi delimitado pelos trabalhos desenvolvidos pela chamada Escola Tropicalista Baiana, em meados do século XIX, e a criação do Instituto Soroterápico de Manguinhos, já na virada do século. O ator principal dessa trama, o médico brasileiro Domingos Freire, nas últimas décadas do século XIX desenvolveu uma vacina contra a febre amarela. Tratado como herói no Brasil, após a repercussão de seu trabalho em Paris, veria sua carreira entrar em xeque, quando um presidente da *American Public Health*

Association anunciou publicamente que os latino-americanos não haviam ainda produzido uma vacina eficaz. Além de Freire, Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz e Vital Brazil foram atores privilegiados na trama e nos debates em torno da etiologia da febre amarela. Na verdade, o ambiente e os ingredientes para a luta anti-amarela já estavam dados naquela época, não apenas nos fóruns estritamente científicos, mas também na imprensa leiga e no debate público. Seguindo as sugestões de Benchimol, basta lembrarmos que, *pari passu* ao trabalho de Finlay em Cuba e à apresentação de seus resultados no 3º Congresso Pan-Americano, ocorrido em Havana, em 1901, inúmeras cidades das Américas praticamente já se lançavam ao combate ao mosquito, como ocorreu no interior de São Paulo, logo no início do século passado. As certezas da transmissão exclusiva pelo *Aedes aegypti* e da teoria dos focos-chave (defendida pela Rockefeller no Nordeste do Brasil) seriam balançadas mais tarde, como revela Benchimol, pelas teses da endemicidade da febre amarela fora dos focos urbanos e da colocação “sob suspeita” da tese da exclusividade do mosquito.

Em “Eugenia no Brasil, 1917-1940”, Nancy Leys Stepan discute os movimentos eugênicos na América Latina e, em particular, no Brasil, que influenciaram o pensamento científico e social e programas de higiene, em diversos compassos e com resultados diferenciados. Segundo a autora, a literatura tende a oscilar entre a negação cabal das idéias eugênicas no Brasil ou uma confusão com as concepções que desaguaram no racismo nazista. Stepan lembra que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um movimento organizado, com a fundação, em 1918, da Sociedade Eugênica de São Paulo. Para Stepan, o caso brasileiro revela traços que o distinguem, científica e ideologicamente, da eugenia nazista e também dos casos anglo-saxônicos, de modo geral. Mais ainda, a origem deste movimento deveria ser entendida a partir do próprio contexto brasileiro. Stepan discute quatro pontos principais, que segundo ela, influenciaram os rumos do movimento eugenista no Brasil. Um primeiro refere-se à entrada do Brasil na Primeira Guerra, que pôs em primeiro plano noções como “competências” e “capacidades raciais”, assim como gerou a crença na necessidade de regeneração nacional (p. 336). Um segundo elemento diz respeito à questão social, resultante da pobreza e da imigração e, em especial, da falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata. Um terceiro fator foi o estágio em que a ciência brasileira se encontrava. O movimento eugênico brasileiro derivou não das concepções mendelianas de genética, mas de idéias neolamarckianas, ou seja, de uma abordagem mais sociológica do que biológica sobre as questões raciais. Os lamarckianos, recorda Stepan, acreditavam que, de alguma forma, “a influência do meio poderia alterar permanentemente o plasma germinativo” (p. 347). A eugenia brasileira da década de 1920 não foi, portanto, um movimento de higienização ao estilo nazista, “disposto a esterilizar ou eliminar alguma raça” (p.356). A identificação da eugenia com saneamento foi uma das conseqüências da importância dada à saúde, neste período. Finalmente, um fator adicional, discutido neste capítulo, refere-se à situação racial do País e ao interesse na modernização. Raça e relações raciais eram temas centrais dos debates sobre a capacidade brasileira e o destino nacional. À medida que a tese do “branqueamento” (p. 369) ganhava terreno, nas décadas de 1920 e 1930, muitos brasileiros começaram a desviar sua atenção do pessimismo racial para a educação, a reforma social e o saneamento, como soluções para o problema nacional. Um certo “otimismo realista” em relação à viabilidade do País passou a fazer parte dos discursos dos médicos brasileiros. A linguagem da eugenia passou a simbolizar, em última análise, um ideal sanitário.

Beatriz Teixeira Weber assina “Fragmentos de um mundo oculto: práticas de cura no sul do Brasil”, uma história que se situa em uma espécie de segundo plano, paralela ao processo de institucionalização das ideologias de progresso racial e dos saberes científicos no Brasil. Trata-se de práticas de cura marginalizadas nos discursos oficiais, vivas nos terreiros de batuques e nas práticas de outros rituais afro-brasileiros, como nos das benzedadeiras, curandeiros e parteiras. Esses relatos entrecruzam-se, no presente volume, com descrições sobre práticas tradicionais em países como o Haiti e Porto Rico. No Brasil, essas práticas populares floresceram sob um contexto regional favorável, como ocorreu, particularmente no Rio Grande do Sul, durante o século XIX - e mesmo após as novidades advindas da bacteriologia e da microbiologia -, quando os saberes

populares ainda constituíam alternativas terapêuticas nada secundárias. Segundo a autora, as práticas desses serviços de cura populares não se restringiam ao combate à doença, concebida biologicamente, mas configuravam um universo de troca de favores e de constituição de laços de solidariedade que marcaram tanto a diversidade cultural da população gaúcha quanto os mecanismos de ajuda mútua entre imigrantes ou entre os setores sociais abastados. Beatriz Weber focaliza, em seu texto, o papel social integrador das práticas religiosas e das práticas de cura no extremo sul do Brasil. O catolicismo, como um arranjo cultural mais amplo, favorecia o conagração de indivíduos de diferentes origens, fossem italianos, poloneses ou alemães. Dessa forma, a configuração de um catolicismo e de uma medicina populares representou a construção de um arranjo sociocultural híbrido, com a marca da tolerância.

Os temas da raça, do sexo e da intolerância afloram no capítulo de Sérgio Carrara, que acompanha a evolução sócio-histórica do Brasil de entre-guerras, tomando a sífilis como a grande metáfora da (falta de) identidade nacional. Segundo o autor, a sífilis foi sempre vista como uma espécie de “símbolo natural” para explicar comportamentos desviantes, imorais e pecaminosos, constituindo um fator explicativo para a suposta “inferioridade” biológica e moral do povo brasileiro. A relação entre miscigenação, sífilis e degeneração estava presente no diálogo de cientistas, médicos, intelectuais e, de modo geral, nas elites brasileiras. O discurso racial da identidade do país remete às questões discutidas por Castro Santos e Stepan, além de constituírem um *leitmotiv* no texto de Nísia Trindade Lima e Hochman, mencionado adiante. A sífilis era a mais difundida das doenças, “o signo visível da lubricidade e permissividade que caracterizaria os habitantes do país” (p. 432). Por ser uma doença estigmatizante, havia entre as nações a preocupação de não serem apontadas como seu reservatório. Lançando mão de conceitos antropológicos e sociológicos, Carrara analisa o processo que fez da sífilis – tradicionalmente a doença do “outro” – uma doença “brasileira”. Se até o início dos anos de 1920, eram geralmente fatores climáticos e raciais (inclusive a miscigenação) que explicavam a inferioridade racial e moral dos brasileiros, o debate entre as elites intelectuais do País tende a reagir contra esse cenário pessimista e negativo do Brasil, e instaura-se, paralelamente, o “otimismo realista” de que fala Nancy Stepan. Explicações climáticas e racialistas, que enfatizavam a degeneração racial nos trópicos, mesmo entre os brancos, passaram a ser sistematicamente criticadas por correntes do pensamento social brasileiro. Para muitos, o dilema brasileiro era social, passível de solução por meio de uma intervenção educativa e sanitária. Quanto à visão que se tinha da sífilis, a doença deslocou o problema racial da miscigenação para o desvio sexual. A sífilis, e não mais a miscigenação, é que teria sido a “influência social” mais perversa sobre a composição da população brasileira (p. 442).

O capítulo “Pouca Saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais”, de Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, passa em revista a história da saúde pública e da ciência social brasileiras, dos anos de 1920 até aproximadamente a década de 1950, e discute a produção acadêmica mais recente sobre os primórdios da reforma sanitária brasileira, durante a Primeira República. Ao seguirem um caminho proposto por Castro Santos em trabalhos anteriores,⁸ sobre o papel primordial que teve a saúde como ferramenta redentora da nacionalidade, Lima e Hochman revelam como temas sanitários se transformam em temas compartilhados entre as mais diferentes tradições profissionais e intelectuais, ganhando força simbólica entre médicos consagrados, advogados, educadores, políticos de diferentes filiações e escritores. Entre estes últimos, Monteiro Lobato foi um crítico profundamente representativo, pois exemplificou os dois momentos descritos por Carrara, com suas duas faces do Jeca Tatu (a primeira, um indolente degenerado; a segunda, um doente opilado, a quem Lobato se desculpa pela injusta imprecisão da indolência). Mário de Andrade, também referido pelos autores, sintetiza ironicamente o destino de Macunaíma, o herói que se aborrece de penar na terra sem saúde e com saúvas... (pp. 508-515). Sob esta ótica, ao mostrarem que a inserção do pensamento social nas questões da saúde tem origens muito anteriores aos debates

⁸ Ver, por exemplo, Castro Santos (1985).

políticos sobre a reforma sanitária nos tempos de Vargas até o período da ditadura militar,⁹ os autores convidam a repensar a saúde pública na América Latina sob uma perspectiva histórica de longo alcance. Nesta mesma medida, recuperam os laços, construídos desde a Primeira República, entre educação, saúde e pensamento social.

A perspectiva histórica mais ampla é discutida em “Profissões da saúde e lutas de poder no México, 1821-1917”, por Ana Maria Carrillo. A autora focaliza o processo de profissionalização e de institucionalização da autoridade da medicina no México, ao longo do século XIX e até o início do século passado. No percurso, a autora nos revela as estratégias e as lutas da incipiente corporação médica colonial, bem como do México independente, ante determinados grupos sociais que, aos olhos dos médicos, representavam concorrência. Eram indivíduos dotados de saber popular ou “não científico”, além de segmentos que, em nome da ciência, disputavam processo similar aos dos médicos, de legitimação social e científica, como era o caso das parteiras diplomadas. Tal como no Brasil imperial, faz parte dessa história a edificação de academias científicas e a criação de periódicos que divulgavam as teorias e premissas científicas durante o período. A exemplo da imprensa científica brasileira, muitos periódicos mexicanos foram veículos poderosos de adesão e conagração das elites médicas locais, embora também representassem o palco de conflitos e querelas científicas. Outro aspecto que chama atenção – e ainda comparativamente ao Brasil – é a quantidade de faculdades de medicina instaladas prematuramente no México. Até o século XIX criaram-se nove faculdades, sendo a primeira, em Guadalajara, fundada em 1792. Neste ponto, o trabalho de Carrillo se integra ao debate sobre as instituições de ensino nas Américas portuguesa e espanhola. A este respeito há, de um lado, analistas que consideram que a colonização espanhola na América permitiu conscientemente, e muito cedo, a criação de universidades, tendo em vista a coexistência de grupos indígenas cultural, política e economicamente mais sofisticados - se comparados àqueles encontrados na colônia portuguesa - em um território geograficamente mais diversificado, sob vários aspectos. Este arranjo de características exigiria de Castela a criação de um aparato técnico burocrático mais organizado (Prado, 1994). De outro lado, há estudiosos que consideram que as instituições de ensino criadas por Portugal no Brasil teriam cumprido papel similar àquelas instaladas na colônia espanhola. Esta hipótese repousa sobre o argumento de que os seminários jesuítas eram equivalentes aos cursos de nível superior hispano-americanos (Cunha, 1986). Fosse um ou outro o papel imputado às instituições de ensino, Carrillo considera que a existência de universidades, de cursos formais e de associações médicas permitiu não apenas maior coesão da profissão médica, mas igualmente uma maior legitimidade dos profissionais ante o Estado. Um último ponto, já rapidamente sinalizado, trata das diferentes atitudes dos médicos em face de outros grupos que se profissionalizavam, como os cirurgiões, os dentistas, os homeopatas, em um contexto em que a grande massa da população mexicana recorria, não aos saberes oficiais, mas à medicina popular e indígena. Ainda que a história traçada por Carrillo destaque o avanço do saber médico, na passagem de um século ao outro, rumo à sua institucionalização perante o Estado e a sociedade - com a criação de todo um aparelho técnico-burocrático e jurídico que ampararia as políticas médicas -, o fato é que os saberes fundados nas experiências populares e nas tradições mais remotas, jamais se veriam de todo excluídos das representações e das práticas sociais do curar. Essa é uma lição que também se depreende do texto de Beatriz Teixeira Weber sobre as práticas de cura no sul do Brasil, na época da Primeira República. Embora a absorção e a utilização de diferentes tradições terapêuticas, por parte dos sistemas de saúde oficiais, sejam um fenômeno relativamente recente na América Latina,¹⁰ há contextos em que esta verdadeira integração se manifestou cedo, como demonstra, por exemplo, o artigo de Marcos Cueto nesta coletânea.

⁹ Consulte-se uma obra-chave sobre esse período, de Sarah Escorel (2000).

¹⁰ Nem sempre tão recente, talvez. Em outro trabalho, Beatriz Teixeira Weber esclarece que, mesmo os sistemas médicos e sanitários “oficiais”, no Rio Grande do Sul, não estavam livres de grandes disputas teóricas, no início do século passado. (Ver Weber, 1998).

“Tifo, varíola e indigenismo: Manuel Núñez Butrón e a medicina rural em Puno, Peru” é a contribuição do historiador peruano Marcos Cueto. No Departamento de Puno, região pobre no sul do Peru, o personagem de relevo é o médico católico Núñez Butrón, filho ilegítimo de um padre e de uma mestiça, que estudou medicina em Barcelona, na Espanha, onde era discriminado como “índio”. O estigma levou-o, não a uma crise de identidade, mas, ao contrário, a um reencontro de suas raízes indígenas (p. 304). De volta ao Peru, em 1925, teve papel importante na organização da comunidade indígena para o combate a doenças, sobretudo à varíola e ao tifo epidêmico. A primeira “brigada sanitária” (p. 302), organizada pelo médico, em 1933, constitui exemplo de cooperação e organização comunitária, a partir de um arranjo político favorável, marcado pela presença de religiosos adventistas preocupados com a higiene, pela disponibilidade de alguns recursos, provenientes dos latifúndios da região, e pela disseminação da ideologia do indigenismo entre os intelectuais. Esse conjunto de fatores tornou disponível, em linguagem de nossos dias, recursos financeiros e humanos favoráveis ao ambiente de reforma. O voluntariado foi ingrediente fundamental no arranjo que permitiu a disseminação das idéias sobre higiene, a utilização da educação sanitária como instrumento de diálogo e persuasão, por parte das autoridades sanitárias e membros da comunidade, com a vantagem do respeito a tradicionais métodos de terapia utilizados pelos índios da região. Envolvido com a política indigenista e a organização comunitária local, seu “sanitarismo indigenista”, ou seu “indigenismo médico” (p.316) encontrou duras resistências, particularmente dos poderosos, que passaram a temer “que os índios se tornassem mais hábeis na defesa de seus direitos” (p. 317), e dos comerciantes locais, que se irritavam com as campanhas contra o uso do álcool, um dos pontos de honra das lutas do médico e de seus seguidores. Havia um elemento de autoritarismo ou caciquismo na conduta militante de Núñez Butrón. Isso, em parte, permitiu que o próprio movimento se enfraquecesse sem seu líder, já no final da década de 1940, quando, alvo de pressões políticas, foi transferido de suas funções como médico do Estado. Suas lições e sua história, no entanto, se fazem especialmente pertinentes, tendo em vista a força do atual debate em torno da participação popular em saúde, da integração dos saberes e terapias tradicionais e do papel da educação em saúde na erradicação das doenças.

A luta antialcoólica não era parte da agenda sanitária apenas no caso peruano estudado por Cueto. Também na Colômbia, como mostra Carlos Ernesto Noguera em seu capítulo sobre a “higiene social” no altiplano, o alcoolismo era combatido por médicos e higienistas já no final do século XIX. O ataque se fazia particularmente contra o uso da bebida *chicha* – feita da fermentação do milho e a mais consumida pela população na cordilheira oriental dos Andes colombianos. Segundo Noguera, o alcoolismo era visto pelos médicos como uma “enfermidade social”, assim como a sífilis, a loucura, a lepra, a tuberculose, cujas conseqüências mais evidentes eram a degeneração física e moral do indivíduo. Neste sentido, médicos e higienistas colombianos passaram a utilizar argumentos científicos da época – dosados por fortes conotações raciais – diante dos comportamentos e hábitos da população pobre colombiana. Segundo o autor, apresentavam a bebida como um entrave à modernização do país Para a classe médica e, em particular para os higienistas, “o alcoolismo foi visto como um verdadeiro veneno racial e, por conseguinte, inimigo do progresso” (pp. 116-117). Neste sentido, a campanha contra a *chicha*, bebida ancestral indígena, foi, segundo Noguera, uma reação moderna a costumes e hábitos tradicionais. Mas, acrescenta o autor, se a luta antialcoólica pareceu acabar com um vício popular, na verdade apenas instaurou o uso “moderno” das cervejas entre as camadas populares.

No contexto do movimento pela independência de Porto Rico, ao findar do século XIX, situa-se o artigo de Benigno Trigo, “Anemia, bruxas e vampiros: figuras para governar a colônia”. Tendo como cenário os processos da precária formação do Estado porto-riquenho, Trigo promove, de um lado, uma discussão em torno da questão da identidade nacional, fragilizada pelas imagens do negro, tido como parasita e disseminador de doenças. Reformistas liberais nativos, segundo Trigo, procuravam legitimar-se diante dos europeus e retirar dos próprios ombros a premissa colonialista que atribuía aos americanos males determinados pela combinação de fatores genéticos e ambientais. A vadiagem, a preguiça e a promiscuidade – os males

então atribuídos a todo porto-riquenho – ganharam então cor e foram transferidos aos escravos recém-libertos, em 1873. A inferioridade como metáfora racial do corpo negro foi trabalhada em outro sentido, agora como decorrência da anemia, que afetava o sangue “predominantemente branco” da camponesa porto-riquenha. De acordo com o médico e literato ilhéu, Francisco Del Valle Atilés, a “camponesa anêmica” era vítima do mosquito, que se assemelhava a um vampiro. “O mosquito, (...) como os vampiros, move-se invisível de lugar a lugar”, cita Benigno Trigo (p. 140). Assim, Atilés sugere a contaminação da “raça” empregando o discurso científico sobre a anemia, que julgava “causada” por mosquitos. Dada a suposta resistência física dos africanos, Del Valle Atilés alertava em 1887 que, “se a anemia não fosse controlada, a ‘raça africana’ floresceria” em seu país (p. 141). Este triste prognóstico se fundava nos preceitos da Eugenia, “a base mais firme de nosso progresso”, asseverava o cientista anos mais tarde (p. 156). O “vampiro” idealizado pelo médico, assim como os “bruxos”, que praticavam a medicina indígena (inclusive as parteiras, pp. 144-145), constituíam-se nas metáforas que traduziu o alto grau de ideologização da ciência porto-riquenha. Inspirado em teses eugenistas, Del Valle Atilés sugeriu práticas que tinham como meta o controle de uma população rural considerada racialmente inferior. Trigo contrapõe a atuação dos “letrados” que se posicionavam contra a administração espanhola, mas aceitavam o discurso eugênico, à atuação dos médicos norte-americanos na Ilha, durante a guerra hispano-americana, quando a medicina de laboratório é interpretada por algumas correntes dos “letrados” (e por Trigo) como um discurso do colonizador (pp. 153-154)¹¹. Trigo tem razão ao afirmar que médicos como Bailey Ashford, da Comissão de Saúde do Exército que ocupou Porto Rico, em 1899, propagaram a medicalização da sociedade como uma ferramenta simbólica de superação do atraso. Parece-nos discutível, no entanto, sua interpretação de todo ato médico contra a ancilostomíase como “intensamente invasivo” (p. 150). Do mesmo modo, seu comentário sobre a “intervenção desfiguradora” (p. 149) de Ashford, quando retira a amostra de sangue de uma criança, parece-nos, este sim, um procedimento desfigurador, como se relatasse uma história de horrores.¹²

Não é outra a crítica que faz Diego Armus, companheiro de Hochman na organização do volume, aos excessos das apreciações sobre o “intervencionismo” no gesto do cuidar, que o reduzem esquematicamente a um ato de “controle”. No capítulo intitulado “Queremos a Vacina Pueyo!!”: incertezas biomédicas, enfermos que protestam e a imprensa” (Argentina, 1920/1940), Armus constrói uma análise histórico-sociológica da relação entre tuberculose, medicina e sociedade. Ao fazê-lo, o autor corta fundo no viés foucaultiano, criticando particularmente seus seguidores por construírem “um sujeito fundamentalmente passivo”, já que o processo de medicalização lhe teria negado “qualquer possibilidade de protagonismo” (pp. 396, 423). Armus mostra em seu trabalho que, mesmo em posição de subordinação ao poder médico, o tuberculoso em vários momentos tergiversou, negociou e assumiu posições de confronto. Postou-se não apenas diante do saber profissional, mas também da administração pública, cobrando a adoção de medidas sociais e médicas e atraindo o apoio da imprensa. Em trabalho anterior, Armus revelou a mobilização dos obreiros anarquistas em torno da tuberculose, na Argentina dos anos anteriores a Perón, época de intenso processo de politização das questões de saúde (Armus, 1996). Os dois trabalhos se complementam admiravelmente, pois permitem que se entenda a ebulição política que conduziu ao protesto popular. Os protestos exigiram que as autoridades sanitárias colocassem à disposição dos tuberculosos a tão contestada vacina Pueyo, produzida pelo bacteriologista Jesús de Pueyo. Armus mostra a forte resistência do *establishment* médico, do Departamento Nacional de Higiene e do Congresso Nacional a esta vacina, pela “posição marginal” que ocupava Jesús Pueyo no meio acadêmico. O debate sobre a (in)eficácia da vacina tornou-se uma questão pública na Argentina. Desta feita, assistimos ao uso da simbologia sobre o “vampiro”, mas não nos mesmos termos daquilo que se passava em Porto Rico. Em princípios de 1941,

¹¹ Na p. 154, alusão a um *paper* de W. Anderson sobre o laboratório médico como “discurso colonial”.

¹² Anos mais tarde, em 1916, Ashford integrou a segunda comissão médica enviada ao Brasil pela Fundação Rockefeller, estabelecendo contatos com os pesquisadores de Manguinhos. Nesse mesmo ano, criou serviços de dispensários rurais na ilha de Porto Rico (ver Faria, 1999).

as manchetes anunciavam uma iminente “rebelião dos tuberculosos em toda a nação” e que havia chegado a hora dos que “chupam o sangue do povo” (pp. 414-415). Os físicos se haviam mobilizado e lançado um manifesto à nação, “com Pueyo e por Pueyo [e] contra a burocracia capitalista da medicina” (p. 416). Para o movimento anarquista, burocracia e capitalismo, com efeito, eram sinônimos de vampirismo dos poderosos. Mas a análise sensível do autor não sugere que os enfermos tivessem chegado a influir de modo ponderável nos processos decisórios. O protagonismo era real, mas limitado (p. 422). Como no Brasil nessa mesma época, as políticas de saúde ainda emanavam “do alto”; não resultavam diretamente da participação ou de manifestos dos movimentos populares.

Focalizando a Bolívia entre 1935 e 1950, Ann Zulawski examina os preceitos sobre a demência e as práticas terapêuticas entre as autoridades médicas, por meio do estudo de registros clínicos e dos livros do Manicômio Pacheco – a primeira e até então a única instituição no tratamento de doentes mentais da Bolívia, fundado em 1884. Os “anos de convulsão social e política exacerbada pela Guerra do Chaco com o Paraguai” (p. 459), ressaltaram, segundo Zulawski, todas as contradições de etnia e classe no país. O clima político em transformação trouxe, segundo a autora, novas iniciativas no campo social e da saúde pública. Em menos de dois anos, foram criados dois ministérios voltados para questões de trabalho, saúde e higiene. (O segundo deles, em 1938, foi o “Ministerio de Higiene y Salubridad”). Foi um período de efervescência, também no campo acadêmico. Médicos interessados em saúde mental começaram a publicar trabalhos sobre psiquiatria e questões sociais. A autora examina a forma como os médicos entendiam os distúrbios emocionais e as capacidades intelectuais de índios, mulheres e grupos miscigenados, considerados sem voz na Bolívia nas primeiras décadas do século XX. Classe, raça, gênero e distúrbio mental estavam profundamente relacionados nos discursos médicos. Os dados estatísticos trazidos pela autora sobre cura e mortalidade dentro do Manicômio mostram as hierarquias de classe e de gênero, presentes nas diferenças de tratamento prestado aos internos. De novo, os leitores constatam, na experiência boliviana, como de resto também no Peru e na Colômbia - para citar dois dos países vizinhos, discutidos no presente volume - , a mesma idiossincrasia racial dos intelectuais e das oligarquias agrárias em relação à população indígena, considerada mentalmente incapaz (p. 457). Do mesmo modo, havia, no pós-guerra, discursos alternativos ao estigma da “declinación mental del índio”, como os do sociólogo José Antonio Arze, que representava uma corrente de ideais democráticos, avessos à discriminação e ao discurso da inferioridade racial (p. 458).

Vizinho ao Porto Rico estudado por Benigno Trigo, o pequeno Haiti é abordado, em estudo etnográfico histórico ou “processual” (p. 563), pelo antropólogo Paul Farmer. Estamos diante do único capítulo que trata de tempos recentes. A enfermidade, igualmente, é recente: o autor debruça-se sobre a evolução da Aids e as representações em torno da doença, entre 1983 e 1990, no interior do Haiti. A pesquisa retrata a mudança de significados coletivos a respeito da epidemia, lançando mão de relatos de pessoas entrevistadas (Farmer domina a idioma crioulo, de base francesa) e da narrativa sobre a dramática trajetória de alguns portadores do HIV. Do desconhecimento praticamente generalizado por volta de 1983, passando pelo registro do primeiro caso de Aids em Do Kay, em 1986 - ano que coincide com a queda da ditadura Duvalier - até os últimos anos da década, o autor constrói o imaginário coletivo da enfermidade como duas entidades, nem sempre claramente delineadas (p. 556): a “Sida” como “doença mandada”, causada por feitiçaria, e a doença “infecciosa”, associada a um certo “paradigma do sangue” ou ao “paradigma da tuberculose”, como explica o autor (p. 542). No primeiro caso, cerimônias Kongo, dirigidas por sacerdotes vodus (p. 536), podem combater uma doença “mandada”; no segundo caso, amuletos talvez nada adiantem e os postos de saúde rurais serão procurados. A imprensa norte-americana, por muito tempo, acusou os haitianos de terem propagado o vírus da Aids no continente, na conhecida tramóia de culpabilizar a vítima. Entre os haitianos, Farmer surpreendeu explicações que pagam na mesma moeda: a epidemia teria sido parte de um plano norte-americano “para escravizar o Haiti. [...] Duvalier costumava vender nosso sangue lá, para transfusões e experiências. Uma dessas experiências foi fazer uma nova doença” (p. 543). O autor coloca a questão de modo contundente: o fato é que a doença “reverbera

associações com o contexto político maior, com o imperialismo norte-americano, com a falta de solidariedade entre os pobres e com a corrupção da elite governante do Haiti” (p. 556). Estamos diante de um caso de omissão, por parte dos norte-americanos, ou da exploração da população haitiana como força de trabalho servil nos Estados Unidos? Em qualquer caso, a irresponsabilidade moral contrasta fortemente, segundo as análises feitas no presente volume, com a presença de pesquisadores, sanitaristas e enfermeiras da Rockefeller em outros países da América Latina, muitas décadas antes da Aids.

Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe é uma obra fundamental. Os autores discutiram as relações de poder, o Estado, as políticas, as instituições e os profissionais (legítimos ou “charlatães”) de saúde. No período estudado, o empenho de médicos, sanitaristas e higienistas no combate às enfermidades sociais, dentre as quais se destacavam a ancilostomíase, a lepra, a tuberculose, o alcoolismo, a doença mental e a sífilis, mostra a construção – não um simples “transplante” -- de um modelo de atenção à saúde, que ficou conhecido como “higienista-educacional”. Este modelo viria a se tornar importante nos países da América Latina, apontando para iniciativas públicas na área social. Mais do que isso, o debate em torno de questões como "raça", "miscigenação" e "cultura", discutidas pelos autores, gerou um ambiente propício às reformas preconizadas por higienistas, médicos e sanitaristas. Logo após a passagem do século, a saúde passou a ser vista como uma questão nacional, com desafios que os movimentos de mudança procuraram enfrentar. Os autores revelam, no entanto, alguns dos fortes descompassos da política em toda a América Latina, que acabariam por produzir as brutais iniquidades nos sistemas de saúde em tempos recentes – como demonstra o capítulo sobre o Haiti, que fecha o volume, como numa premonição.

Bibliografia

- ARMUS, Diego (1996). “Salud y anarquía: la tuberculosis en el discurso libertario argentino, 1870-1940”, in Marcos Cueto (org.) *Salud, cultura y sociedad em América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP/Opas.
- CASTRO SANTOS, Luiz A.(1985). “O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 28 (2), pp. 193-210.
- CASTRO SANTOS, Luiz A. e FARIA, Lina (2003). *A Reforma Sanitária no Brasil: ecos da Primeira República*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco.
- CUETO, Marcos (1989) *Excelencia científica em la periferia: actividades científicas e investigación biomédica en el Peru*. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología.
- CUNHA, Luiz Antônio (1986). *A Universidade temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SCOREL, Sarah (2000), *Saúde Pública: utopia de Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FARIA, Lina (1999). “Um americano nos trópicos”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. V (3): 705-715.
- NAGLE, Jorge (1974). *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- PRADO, Maria Lígia (1994). “Universidades e sociedade na América Colonial”. In: Philomena Gebran e Maria Teresa Torfio Lemos (Orgs.). *América Latina: cultura, estado e sociedade*. Rio de Janeiro: Anphlac.
- WEBER, Beatriz Teixeira (1998). “Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 5 (3): 583-601.

MORTE E VIDA SEVERINA...?

Resenha do livro de BETTO, Frei. *A Mosca Azul - reflexão sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, 317páginas.

Daniel Soczek¹³

¹³ Professor no Centro Universitário Campus de Andrade - UNIANDRADE e Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER, ambas em Curitiba/PR.

Nos últimos meses, as notícias de corrupção dentro dos partidos políticos tornaram-se pauta nacional. Não que as pessoas não desconfiassem de falcaturas políticas em outros tempos, pois, neste caso, a pressuposição de uma ingenuidade inata à massa populacional não prevalece. O assombro veio, em grande medida, da militância do Partido dos Trabalhadores, que se viu achincalhada pelos meios de comunicação social ante uma enxurrada de denúncias sem precedentes, muitas delas ainda em processo de investigação. Os analistas políticos se dividem quanto à procedência e pertinência de tais apontamentos, e os sensacionalistas de plantão não perdem oportunidades, por menores que sejam, para soar suas trombetas apocalípticas. O termo, aqui, não é oriundo apenas uma licença poética, mas se remete a uma idéia de “CPI do Armagedon”, como é chamada nos bastidores da política.

Com a cizânia semeada, vêm o desalento, o desânimo, a angústia e a incerteza ante os caminhos vindouros. A esperança e a ilusão bailam num ritmo alucinante, fazendo com que ora cada uma delas se apresente com mais vigor. Neste momento de incertezas, no qual a utopia fraqueja, nós, menores, precisamos galgar aos ombros dos gigantes, para que, como eles, possamos ver mais adiante e não sucumbir em nossa minoridade. A leitura de “a mosca azul”, de Frei Betto, propicia este galgar. Seu tamanho não é anabolizado por propagandas circunstanciais, mas é fruto de uma intensa atividade política em mais de quatro décadas de luta por um Brasil melhor. Uma luta que passa pela prisão, pelo exílio, por uma Pasta no governo Lula, ainda que não saibamos o porquê de sua desistência desta última. Invejável experiência de vida, convida-nos a refletir sobre a nossa existência ante um lançar-se por uma causa maior, fazer a vida e não deixar vergar a espinha ética pelos percalços da existência.

Com mais de 50 obras publicadas, no Brasil e no exterior, Frei Betto nos surpreende com uma escrita fluente, incisiva, poética. Longe de formalismos acadêmicos, trata-se de uma obra retrospectiva de sua vida, que se confunde com a história do Partido dos Trabalhadores, da Igreja e do Brasil. A preocupação está em desvelar os caminhos percorridos pelo PT, seus erros, seus acertos e perspectivas futuras. Convém rememorar a história do Brasil para entender a novidade política representada pelo PT. O que era o Brasil antes do PT, e o que foi o Brasil para o PT, até a chegada de Lula ao poder. Sua presença, não como um observador distante que olha do cimo de sua torre de marfim, mas enquanto ator militante e também partícipe do primeiro escalão do governo Lula, permite um olhar acurado dos bastidores do governo. Deslindar esta trajetória, com brilhantismo e espírito crítico, sem exceder desnecessariamente as páginas é o grande mérito do autor nesta obra.

Um de seus principais aspectos está em tentar oferecer respostas ou explicações quanto à seguinte pergunta, ao seu modo contida no título do livro: Lula e membros do PT teriam sido picados pela mosca azul? A mosca azul é apresentada ao leitor no início da obra pela poesia “Ocidentais” de Machado de Assis e explicada de forma direta por Leandro Konder na contracapa do livro. Ela representa a ambição pelo poder, um veneno que, uma vez inoculado, modifica substancialmente a ação dos que sucumbem a esta tentação. Teriam Lula e o PT abandonado suas bandeiras históricas em troca da ambição do poder? Retomando a poesia de João Cabral de Melo Neto, “Morte e Vida Severina”, seriam os partidos, inclusive o PT, igualados à morte, que, não obstante a mudança de espaços geopolíticos, continuam em sua sina a separar pobres e ricos? A resposta não é fácil, tampouco simples, para esta vereda que somos convidados a desbravar junto com autor.

O percurso do livro prossegue da seguinte forma: primeiramente, a euforia. O autor apresenta a vitória de Lula como a consequência dialética de um processo de lutas do povo mais humilde, oprimido. Lembrando momentos marcantes da história do Brasil, de Tiradentes às Ligas Camponesas, passando pela Balaiada e Prestes, elenca alguns momentos de nossa história que, a seu modo no processo histórico, ajudaram, segundo o autor, a pavimentar a chegada do PT ao poder. A idéia de um milagre, de uma prece cuja graça pedida é alcançada é o torpor que invade as massas no final do ano de 2002 e se

consolida em janeiro de 2003. Enfim, um presidente operário, do povo. A partir deste momento do texto, a reflexão começa a ganhar um fôlego cada vez maior, que vai ser mantido durante todo o seu percurso.

Na página 30, começam a ficar claros alguns elementos importantes para a compreensão do percurso reflexivo do autor, através de uma referência às considerações de Galeano, para quem as utopias são horizontes que, quanto mais próximos pensamos estarem, mais se afastam de nós. Esta citação, não posta ali ao acaso, traça e estabelece um percurso que apela para a reflexão filosófica no que diz respeito a uma revisão da (velha) ordem social.

Ao rememorar o primeiro encontro com Lula ou com João Paulo em sua passagem pela JOC - cuja sigla significa Juventude Operária Católica, movimento juvenil desta denominação religiosa – vão-se ajuntando as memórias de um passado marcado pela repressão, no qual o sentido e o sentimento de estar encarcerado fazem brotar o primeiro livro do autor, “Cartas da Prisão”: o convívio como prisioneiros (e com eles), - uma dura realidade. Começa também aí a desconfiança em relação às teorias de esquerda, que pregam a vanguarda da revolução centrada no papel que os intelectuais podem e devem exercer na sociedade. Dessa forma, seu marxismo enquanto postulado de análise do processo histórico está muito mais próximo de uma preocupação do cotidiano simples da população. Assim, comunga com as reflexões trazidas por Carlos Mesters, nas quais a figura divina apresenta-se como questionadora da realidade social, tornando mais palatável a teoria revolucionária.

Em linguajar sincero, simples e humilde, ele conta suas viagens pelo País e como participou na articulação de centenas, milhares de Comunidades Eclesiais de Base, organizações voltadas à crítica social sob o prisma religioso. Se isso foi importante para ajudar na organização dos Movimentos Populares no Brasil, também aguçou o sentido e a cobiça dos setores contrários a tal projeto, e duros foram os golpes que sofreu, pela sedução e tentativas de cooptação que se materializaram em propostas realizadas pelos mais diversos porta-vozes do liberalismo, entre eles, Fernando Henrique Cardoso. Na visão do autor, a tentação do poder, mesmo esvoaçando como a mosca azul de Drummond, não conseguiu, naquele momento, dobrar-lhe a espinha ética, seu compromisso com o social.

O diálogo continua seu percurso apontando para a fundação do PT, na sua proposta de ser um partido dos trabalhadores, autônomo em relação ao Sindicato e ao Movimento Social, mas em constante diálogo e afinidade ideológica com os mesmos, nos quais se fundamenta e dos quais se alimenta, permitindo-se uma ampla liberdade de ação, apoiada pelo compromisso histórico assumido. Assim, o projeto partidário do PT não é apenas marketing, mas, sim, uma história de mais de 40 anos, que, em 2002 chega ao seu ápice. Nesse momento, atinge em parte alguns de seus principais objetivos de luta: chegar ao poder para poder transformar a realidade. Esta chegada foi possível por uma mudança radical da postura de Lula: não à luta armada, sim à política de alianças, revisão de conceitos como o termo "burguês". Esta análise é refletida sobre o olhar que resgata Robert Michels, lembrando, na página 87, que, para este pensador, “todo partido de esquerda que insiste em disputar espaço na institucionalidade burguesa termina por ser cooptado por ela, em vez de transformá-la”. A bonita história de fundação do PT, continuada nos 80, faz com que o mesmo caia na ilusão, chamada por Frei Betto de “síndrome do espelho meu”, ou seja, de que “não há nenhum partido mais combativo e ético do que o meu” (p.73). Foi este o caso de Lula e o PT? O autor acha que não. Diante disso, destaca Frei Betto a ideologia norteadora do partido, fundada no socialismo (p.95), ainda que seja explícita a preocupação com o caráter carismático de Lula, na medida em que a mente e o coração do povo "tornam-se a extensão de sua liderança" (p.100).

Publicidade, consumismo, cooptação da esquerda, eleitoralismo. Palavras que calam fundo em quem fez e faz parte da militância do PT. Teria sido isso a origem de uma possível derrocada do sentido socialista do PT? Frei Betto constata: “a classe operária, com a eleição de Lula, não chegou ao paraíso” (p.110). A “crise do mensalão” é apresentada aqui com o olhar negado pela mídia. Diferente do que foi amplamente divulgado, ante a crise política, Lula tomou várias atitudes na tentativa de solucionar a crise instaurada: demite ministro chefe da casa civil, insiste e consegue que o PT reveja sua posição perante a

CPI, destitui os dirigentes envolvidos na crise, declara-se apunhalado pelas costas e desloca ministros para as principais funções do partido no intuito de reaproximar os partidos aos movimentos sociais. (p. 115). Sua análise das relações entre partidos políticos e democracia, com especial destaque para o PT, é taxativa: salvar a democracia no Brasil é salvar o PT, já que ele é o maior contraponto ao sistema vigente, com maior capilaridade social, a ponto de contrabalançar as relações de poder existentes. Lutar pelo PT não é carregar a pedra de Sísifo, mas acalentar a esperança.

Talvez uma das mais interessantes reflexões desenvolvidas seja a tentativa de responder a pergunta: o que é ser militante de esquerda? (p.147). Nestas considerações, três vias são apresentadas para pensar a esquerda no Brasil, hoje: rigor ético, o trabalho de base, elaboração de um projeto socialista.(p.156), sem perder, como elemento norteador das atividades desenvolvidas, a concepção e um projeto que resgate o direito dos pobres (p. 161).

A tensão existente entre um projeto socialista e condições históricas necessárias para se chegar ao poder fazem o autor refletir sobre a idéia de Estado, desde o sonho platônico de um Estado ideal, até a revisão da teoria democrática a partir de autores como Maquiavel e Hobbes. A experiência histórica da queda do muro de Berlim ajuda a pensar o conceito de socialismo como um processo em construção e não como um modelo estático a ser seguido. Não temos um modelo de socialismo, mas temos o dever histórico de construí-lo, parece ser a conclusão do autor.

Nas páginas finais de seu texto, somos convidados a refletir sobre as relações entre fé e política. Não a fé dogmática, mas enquanto esperança em dias melhores. Daí o resgate do conceito de “mística”. Este conceito significa, para o autor, resgatar o amor aos outros. Citando Guevara, afirma que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor (p. 215).

Como a mística se reflete na política e quais caminhos devemos tomar em face dos acontecimentos relacionados ao PT no contexto democrático nacional? A poesia “morte e vida severina” é o reflexo do desalento quanto à condição humana do sertanejo, extensiva a toda a sociedade brasileira. Contra este pessimismo é que se deve lutar. Amparar a crença de um projeto político num idealismo que não considera possíveis erros dos humanos que exercem funções institucionais nas mais diversas esferas do poder é algo perigoso. A utopia de um projeto socialista pode ser reafirmada no cotidiano de cada um. Esta esperança da possibilidade da solidariedade é a mística de que fala Frei Betto ao terminar seu texto e nos permite pensar que nossa ação política não é uma morte *em* vida Severina..

Em resumo, uma mensagem de alento e esperanças nestes plúmbeos meses que insistem em não terminar. Para terminar esta breve apresentação das reflexões sobre este texto de Frei Betto, destaco, na página 66, a relembração do autor de que Lula, ao sair da prisão, teve como uma de suas primeiras atitudes abrir as portas das gaiolas e soltar seus pássaros. Na iminência de um segundo mandato não se descarta a possibilidade de rever o processo histórico e abrir as portas para uma nova dimensão da realidade, não de quem apenas criticou o poder vigente durante décadas, mas de quem viveu no seu interior, exerceu esse poder e cometeu erros e acertos. Para Frei Betto, a mosca azul picou parte do PT. O antídoto contra este veneno está em reafirmar as origens partidárias junto aos Movimentos Populares, inoculando a vontade popular nas veias (há muito tempo abertas) deste país.

A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

Resenha do livro de FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed., São Paulo: Globo, 2006, 504 páginas.

A reedição de *A Revolução burguesa no Brasil* (a partir de agora *RBB*), de Florestan Fernandes, faz-se bastante oportuna no momento político atual da sociedade brasileira, no qual forças históricas antes empenhadas na sua transformação estrutural e na revolução democrática, tornam-se agentes de estancamento da mudança e de manutenção da ordem. Florestan procurou, na *RBB*, fazer seu acerto de contas com a ditadura *civil*-militar instaurada em 31 de março de 1964 (25) e, ao mesmo tempo, tentou contribuir para a transformação socialista da sociedade brasileira. Por isso, o ângulo mais produtivo para questionar seu livro seria o de saber em que medida suas idéias contribuem para seu objetivo principal, mesmo que, aqui ou ali, sua interpretação global da emergência do capitalismo no Brasil careça de consistência empírica. O próprio Florestan admitia que sua interpretação sintética da revolução burguesa poderia conter “alguma margem de erro” (29) e manifestou, em outra ocasião, que gostaria de ver seu “ensaio de interpretação sociológica” avaliado politicamente pelos seus prováveis ganhos para o esclarecimento da consciência das forças de esquerda. Seria este ponto de vista o mais frutífero, talvez, para analisar a explicação sociológica de Florestan sobre o capitalismo brasileiro.

Tendo sido dada a lume originalmente em 1975 (portanto, há 31 anos da presente reedição), a *RBB* teve, contudo, uma trajetória acidentada, com sua redação iniciada dez anos antes, em 1966, quando foram elaboradas suas duas primeiras partes, sendo retomada a escrita da terceira parte apenas em 1974. O longo intervalo entre uma data e outra reflete não só as vicissitudes e dilemas da história política brasileira, caracterizados pelo endurecimento da ditadura e fechamento de seu espaço institucional, mas também transformações profundas na própria vida e no pensamento de Florestan. Em decorrência da aplicação do AI-5 à Universidade de São Paulo, sua aposentadoria compulsória é decretada em 1969, partindo ele, nesse mesmo ano, para lecionar na Universidade de Toronto e só retornando para o Brasil em 1972. Em termos teóricos e metodológicos, este acontecimento representa uma inflexão, clivagem e nova modulação, sem destoar do teor geral da interpretação anterior. Se na primeira e segunda partes, a tônica está posta na caracterização estrutural-funcional e na utilização de esquemas típico-ideais para focalização e compreensão dos móveis de conduta e aspirações ideais dos agentes históricos da “modernização” capitalista no Brasil, a terceira e última parte está eivada de categorias marxistas (sobressaindo-se a influência das leituras de Lênin, Rosa Luxemburgo, Paul Baran e Paul Sweezy, Harry Magdoff e outros), tais como padrão de acumulação e imperialismo, passando-se a explicar a dinâmica interna do capitalismo brasileiro em sua vinculação estrutural e histórica (ou seja, dialética) com os influxos externos da economia internacional. Seria de se perguntar não tanto como se dá a passagem de marcos teóricos e metodológicos distintos no próprio andamento da análise presente na *RBB*, mas como tais marcos são entre si compatibilizados, articulados e integrados, pois nem as noções fundamentais das duas primeiras partes são abandonadas completamente na terceira, e muito menos conceitos de extração respectivamente weberiana e marxista, como *classificação pelo mercado* e *estratificação à base do sistema de produção*, são tidos como incompatíveis. Em suma, um interessante e frutífero esforço de reconstrução metodológica se apresentaria esta tentativa de mostrar como na *RBB* a caracterização estrutural-funcional mais ampla da sociedade brasileira teria sido reelaborada interpretativamente em termos de abordagem dialética, com os fins de se obter uma visão da especificidade da sociedade de classes no Brasil. O Florestan Fernandes que se torna mais radicalizado politicamente na terceira parte da *RBB* não estaria, portanto, em contradição com o Florestan que se utiliza do método estrutural-funcionalista e de categorias retiradas da sociologia compreensiva weberiana, de modo que se possam entender de forma integrativa os nexos teóricos, lógicos e metodológicos entre aquelas três partes e não como momentos superpostos e desarticulados de reflexão sobre a formação do capitalismo brasileiro.

¹⁴ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

O livro, como já foi dito, está dividido em três grandes partes, cada uma delas sendo subdividida em capítulos. Apenas a segunda parte, tomada por Florestan como um fragmento, é composta por um único capítulo. Por razões de espaço, não caberia aqui um resumo detalhado dos pontos essenciais desses capítulos, por isso a exposição ficará forçosamente limitada a algumas teses defendidas por Florestan ao longo das três partes que compõem sua *magnum opus*.

As duas primeiras partes do livro se dedicam a explicar os fatores responsáveis pela emergência da sociedade de classes no Brasil. No final do *primeiro capítulo*, esses fatores são identificados: a Independência, focalizada a partir de suas “implicações socioeconômicas seculares”; dois tipos humanos (o fazendeiro de café e o imigrante) encarados como os agentes históricos centrais das grandes transformações; mudanças nas relações dos capitais internacionais com a economia nacional; emergência, expansão e universalização de uma ordem social competitiva internamente (48). O *segundo capítulo* se volta para a análise dos efeitos da Independência sobre a formação de uma sociedade e Estado nacionais, sendo de grande relevância o exame aí feito sobre as inconsistências entre a assimilação da ideologia e utopia liberais pelas elites nativas e seu comportamento paternalista, mandonista e escravagista real. No *terceiro capítulo*, último da primeira parte, os papéis do fazendeiro do café – ao dissociar a produção da riqueza, na fazenda da acumulação estamental e do *status* senhorial, transferindo-a para setores situados além da grande lavoura – e o imigrante – ao introduzir aqui uma nova mentalidade econômica, baseada no cálculo racional entre meios e fins – na emergência da revolução burguesa são exaustivamente esmiuçados em sua rede pluridimensional de causas e efeitos, bem como tendo sido analisado detalhadamente o comportamento das economias centrais diante das transformações estruturais do desenvolvimento econômico interno – comportamento este sempre caracterizado por concorrer para fortalecer a situação heteronômica e dependente da economia brasileira. O *quarto capítulo*, o único da segunda parte e detendo um caráter incompleto, fragmentário ou de esboço, pois apenas a primeira das três questões a ele destinadas foi efetivamente examinada (conforme as págs. 181-2), revela as inconsistências estruturais e funcionais da antiga ordem social, escravocrata e senhorial, que penetraram no âmago mesmo da moderna “ordem social competitiva” de uma sociedade capitalista dependente, tornando, já em suas origens, esse capitalismo uma realidade profundamente conservadora e reacionária. Na *terceira parte*, a longa digressão histórica anterior, que converge para demonstrar as raízes do reacionarismo burguês no passado da sociedade brasileira, é retomada sob um novo prisma analítico, associado à questão do imperialismo para definir a estrutura do poder burguês num país de capitalismo dependente. Os três capítulos desta parte, formando um conjunto compacto, revelam como a “revolução burguesa no Brasil” alcança o seu ponto máximo na passagem do capitalismo competitivo ao monopolista, caracterizando-se propriamente, não como uma autêntica revolução, mas como um processo contra-revolucionário preventivo, em que o fator político da dominação burguesa se intensifica para que a aceleração do desenvolvimento capitalista interno, por ser um desenvolvimento “dependente, subdesenvolvido e imperializado” (340), possa garantir a expropriação dual do excedente econômico nacional (pelas burguesias interna e externa). Assim, o nível político passa a receber um lugar preponderante na análise para demonstrar como os setores interno e externo da burguesia, nacional e estrangeiro, participam da estrutura do poder burguês, profundamente *autocrático*, por impedir a participação nas vias institucionais de tomada das decisões políticas de outras classes ou frações de classes, representantes de interesses contestatórios *dentro* ou *contra* a ordem. Nesses termos também, Florestan designa como “selvagem” o capitalismo dependente (341), pois este tipo de capitalismo se coloca contra toda e qualquer força social que deseje reformas estruturais, ainda que estas estejam situadas *dentro* da ordem. Por isso, desde o início, a classe trabalhadora é eleita como seu inimigo público número um, e suas reivindicações são tratadas sempre como “caso de polícia”. Dada a atual era monopolista do capitalismo, o “capitalismo dependente e selvagem” da periferia passa a ser visto por Florestan, não como a exceção, mas como a regra, podendo-se prever que suas características seriam estendidas às economias centrais.

Além das três grandes partes acima sucintamente abordadas, a presente reedição da *RBB* conta com um elucidativo prefácio de José de Souza Martins, que procura situar a obra em seu contexto intelectual e político. Em pelo menos um ponto, esse prefácio seria passível de ser fortemente criticado: José de Souza Martins perfilha uma separação rígida entre sociologia e socialismo em Florestan Fernandes, argumentando que sua militância resulta unilateralmente da objetividade e exatidão de seu conhecimento sociológico. Certo que Florestan não costuma confundir sociologia e socialismo, mesmo afirmando que ambos possuíam as mesmas condições históricas de origem. Martins, entretanto, não se pergunta se, por ser socialista, o que implica uma certa maneira de ver o mundo, Florestan não faria sociologia de uma determinada perspectiva, capaz de guiá-lo em certas direções e de levá-lo a descobrir aspectos da realidade, não acessíveis àqueles que não partilham de suas mesmas convicções. Trata-se de um problema de sociologia do conhecimento: Florestan poderia ter escrito a *RBB* do modo como escreveu, diante de circunstâncias históricas adversas, sem que tivesse sido ao mesmo tempo sociólogo e socialista? Esta questão passa despercebida por Martins, por isso é uma pena que nesta nova publicação da *RBB* não tenha sido reproduzido o prefácio de Florestan à segunda edição do livro, capaz de esclarecer estes e outros assuntos, em especial as controvérsias suscitadas em torno da segunda parte do livro, devido a seu caráter de fragmento e o modo como seu autor gostaria de ver compreendida e praticada o que chamava de *sociologia diferencial ou histórica*, por ele derivada das contribuições de Marx às ciências sociais. “[...] uma sociologia destituída de quadros históricos e desinteressada da interpretação do contexto histórico nada tem a ver com o que poderia chamar de minha ‘prática sociológica’. Se *A revolução burguesa no Brasil* tem algum mérito, ele está aí, pois o livro traduz o que entendo por sociologia diferencial e como gostaria de vê-la cultivada por outros sociólogos” (Florestan Fernandes, prefácio à segunda edição da *RBB*). Infelizmente, o novo leitor da *RBB* deverá recorrer a edições anteriores a fim de que possa consultar o insubstituível prefácio de Florestan, percebendo o modo como o próprio sociólogo paulista situava o livro no conjunto de sua produção.

Representando uma reviravolta política no pensamento de Florestan Fernandes, a *RBB* ensina muito atualmente sobre os caminhos para a superação do capitalismo dependente e selvagem da periferia, pela luta das classes subalternas da sociedade civil. Pode-se dizer que todo o trabalho intelectual posterior de Florestan está ancorado na perspectiva teórica seminal deste seu livro de acentuada perspicácia explicativa, sendo um mérito inquestionável esta reedição, pela editora Globo, de uma obra que logo se revelou um grande clássico da sociologia brasileira.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Resenha do livro de GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito e Discriminação*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2004, 155 páginas.

Fabrcio Mendes Fialho¹⁵

No ano de 1998, *Preconceito e Discriminação*, com o subtítulo *Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*, é publicado pela editora soteropolitana Novos Toques com uma modesta tiragem de 300 exemplares. Quase a totalidade dos exemplares é doada para bibliotecas nacionais e estrangeiras, resultando em restrito acesso à obra por parte do público leitor. Recentemente, em 2004, a obra recebe, pela Editora 34, nova edição, dando-lhe uma acessibilidade até então desconhecida – sendo, inclusive, a versão da obra a que tivemos acesso, cuja resenha aqui apresentamos. A reedição dessa obra ocorre em momento bastante propício, quando a discussão em torno da questão racial no Brasil é impulsionada sobretudo pela grande controvérsia em torno da adoção de políticas de cotas para negros. Trata-se, pois, de obra cuja contribuição para o

¹⁵ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

debate é importante, uma vez que trata de assunto caro a muitos daqueles preocupados com a superação da desigualdade e dos preconceitos raciais no País: a tipificação do preconceito e da discriminação racial enquanto crimes.

Preconceito e Discriminação traz resultados de estudos realizados por Antonio Sérgio Guimarães sobre ocorrências de discriminação racial publicadas em diversos jornais impressos do Brasil, entre os anos de 1988 e 1997 e também queixas registradas em delegacias, entre os anos de 1993 e 1997, nas cidades de São Paulo e Salvador. O livro pretende discutir a natureza do “racismo à brasileira”, suas manifestações e as dificuldades de enquadramento de atos de discriminação como crime de racismo. E a obra parece oferecer, de fato, importante contribuição para a compreensão dos três fenômenos.

A publicação é composta de seis capítulos. No primeiro deles, o autor realiza interessante e necessária distinção entre preconceito e discriminação, discute as leis brasileiras relacionadas com a tipificação do preconceito racial enquanto crime e apresenta a sociedade brasileira como uma *sociedade de status*. Os capítulos dois e três tratam das queixas de discriminação registradas, respectivamente, nas cidades de Salvador e São Paulo, além de analisar o tratamento e interpretação dados pelo Judiciário brasileiro ao racismo. Nos capítulos subsequentes, quatro e cinco, são analisadas matérias relacionadas à prática de racismo, publicadas em jornais brasileiros. Por fim, o autor conclui o livro com uma breve nota na qual discute a maneira como diferentes grupos sociais recorrem a jornais (para publicização) ou delegacias (para registro formal de queixa) como formas de denúncia de atos discriminatórios.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 5º, Inciso XLII, a prática de racismo constitui crime imprescritível e inalienável, sujeito a pena nos termos da lei. Existem, na legislação brasileira vigente, leis contra o racismo, como as Leis nº 7.716, nº 8.081 e nº 9.459. Tais dispositivos legais procuram coibir doutrinas racistas e a discriminação, ou seja, a manifestação, verbal ou comportamental, de preconceitos raciais. Cabe apontar que, em sua interpretação, o autor realiza uma clara distinção entre discriminação e preconceito, de forma a definir com mais precisão aqueles comportamentos ou atitudes passíveis de serem enquadrados nas leis. Preconceito é definido pelo autor como a crença nas qualidades morais, físicas, psíquicas, intelectuais ou estéticas de um indivíduo com base na idéia de raça, ao passo que discriminação seria o tratamento diferencial de pessoas, baseado também na idéia de raça, podendo levar à desigualdade e à segregação.

Como o autor tenta demonstrar, a interpretação dada pelo Poder Judiciário à Lei 7.716 acaba por considerar como prática de racismo apenas atos de exclusão e segregação, dificultando o enquadramento de agressões verbais como uma das variedades de tal crime. Guimarães aponta que tais práticas são apenas residuais nos dias atuais e, quando exercidas, acabam camuflando os motivos raciais com razões outras, mais sutis como, por exemplo, “boa aparência”. Juízes de direito, na grande maioria dos casos, interpretariam a quebra de certa “etiqueta social” não como movida por motivações raciais, mas como crime contra a honra. Insultos pessoais, xingamentos, por serem caracterizados pela vocalização de uma ofensa, acabam considerados “crime contra a honra”, fugindo, assim, ao enquadramento de crime de racismo.

Alguns dados explorados por Guimarães corroboram as idéias do autor. Por exemplo, na cidade de São Paulo, entre janeiro de 1993 e maio de 1997, foram registradas 275 queixas na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo. Destas, apenas 77 casos são enquadrados como crime de racismo – o que configura 28% dos casos. Os 72% restantes das queixas, 198 casos, acabariam por ser considerados pelas autoridades policiais como crime contra a honra.

Assim, Guimarães propõe que tal interpretação da lei acaba por torná-la inaplicável ao racismo brasileiro realmente existente, cuja manifestação ocorreria, sempre, em contextos de desigualdade hierárquica e de relações sociais marcadas pela informalidade, nos quais a ofensa atuaria na direção do restabelecimento da hierarquia rompida pelo comportamento daquele que a sofre.

Entre as diversas hipóteses levantadas por Guimarães a respeito do problema de enquadramento de ofensas como crime de racismo, ressaltamos duas que se mostram bastante pertinentes: 1) a própria redação da Lei 7.716 seria a maior responsável pela dificuldade de enquadramento do racismo existente no Brasil como crime; e 2) a explicitação dos motivos raciais tem sido utilizada para desqualificar o ato enquanto crime de racismo, considerando o delito como pertencente à esfera do direito penal privado.

Não bastassem tais dificuldades no combate legal ao racismo, o autor aponta ainda a possibilidade de certo viés na tipificação das queixas, influenciado pela posição social do reclamante. A análise estatística de alguns dados indica que provavelmente haveria uma maior propensão de indivíduos com menor *status* a registrarem queixa em delegacias, quando comparados com outros de maior *status*. Entretanto também aparece a possibilidade de que as autoridades tendessem a tratar a queixa como injúria e não como discriminação quando se tratasse de reclamantes mais pobres.

Se a análise das queixas realizadas em delegacias mostra as dificuldades impostas tanto pela letra da lei como pela interpretação da mesma pelas autoridades policiais e jurídicas para o enquadramento de atos discriminatórios como crimes de racismo, a análise das notícias veiculadas em diversos jornais brasileiros ajuda a compreender a natureza do “racismo à brasileira”. Para Guimarães, discriminação racial consistiria no ato de “invocar a raça para fazer prevalecer uma hierarquia de *status* preexistente, ou de usar a raça para desequilibrar uma situação simétrica de *status* de classe” (p. 62), ou seja, a “utilização do racismo para manter uma hierarquia entre brancos e negros (de classe e *status* social) já dada e aceita como natural” (p. 68).

O autor defende que a principal característica do “racismo à brasileira” é que ele é “confundido, justificado e legitimado como uma discriminação de posições sociais” (p. 75), o que lhe dá certa invisibilidade. E tal assertiva encontra suporte quando se verifica qual tipo relativamente comum de discriminação é praticado quando negros são alvos de violência policial, sob a alegação de que, por exemplo, “ele tinha cara de bandido”, como na justificativa de um policial para o uso de violência contra um dos indivíduos que noticiaram a agressão sofrida em jornal. O fator imediato para a confusão da posição social de uma pessoa é a sua cor. Episódios semelhantes acontecem quando negros são impedidos de entrarem, ou mesmo são expulsos, em bares, hotéis, clubes e restaurantes, em decorrência de estereótipos atribuídos a eles como portadores de comportamento inadequado ou de prováveis inadimplentes. Tal comportamento, tanto por parte dos policiais, quanto por parte dos funcionários de estabelecimentos, se dá pela imediata atribuição de comportamento suspeito a uma pessoa em decorrência de sua cor de pele.

O autor ainda nos alerta para o fato de que o racismo brasileiro se torna mais visível à medida que a estrutura da sociedade brasileira deixa de ser tomada como uma sociedade de classes e passa a ser encarada como uma sociedade hierárquica. Segundo Guimarães, o *status* social ainda é o grande fator impeditivo para a igualdade racial: discriminação e racismo estariam fortemente associados a relações hierárquicas, típicas de sociedades de *status*.

Por fim, o autor faz duas conclusões gerais e, em seguida, lança uma hipótese interpretativa. Primeiro, a discriminação racial andaria lado a lado com o abuso de autoridade e com a arbitrariedade dos agentes sociais. Segundo, a discriminação, ou pelo menos sua publicização, é maior em regiões onde a renda é maior, e menor o analfabetismo. A hipótese que propõe é a de que ali estariam sendo desfeitas as bases de conformidade aos padrões tradicionais de hierarquia e discriminação sociais, fenômeno impulsionado por fatores como aumento da renda e educação.

Embora uma breve obra, com pouco mais de 150 páginas, este livro de Antônio Sérgio Guimarães, antes de difícil acesso e agora disponível ao público, de forma mais ampla, mostra-se como rica leitura tanto ao estudioso voltado para o tema das relações raciais como para o leitor sem pretensões acadêmicas. De leitura leve e argumento bem-estruturado, trata-se de

texto que contribui para o entendimento do fenômeno da discriminação racial, fato, infelizmente, ainda tão presente na sociedade brasileira.

AS RAZÕES DA SOLIDÃO QUE A SOCIOLOGIA NÃO DESCONHECE

Resenha do livro de PAIS, José Machado. *Nos Rastros da Solidão, Deambulações Sociológicas*. Porto, Lisboa: Editora Âmbar, 2006, 373 páginas.

Irllys Alencar Firmo Barreira¹⁶

O desafio da proposta de refletir sociologicamente sobre a solidão reside na própria configuração do tema. De fato, trata-se de uma matéria difícil de ser trabalhada com o arcabouço da sociologia suscitando, à primeira vista, uma compreensão que estaria no terreno mais evidente da psicologia. As dificuldades que rondam a abordagem do assunto iniciam-se pela definição do que se entende por solidão e quais os informantes dispostos a falar sobre este sentimento. É importante lembrar que a solidão é um sentimento em torno do qual existem muitos preconceitos, estando associado ao abandono, à rejeição e à exclusão, entre outros. Contornar as dificuldades metodológicas e buscar formas criativas de pensar sobre a solidão foi a tarefa enfrentada na pesquisa que dá origem ao livro *Nos rastros da solidão, deambulações sociológicas*, de José Machado Pais

O mérito da investigação que dá subsídios à obra caracteriza-se pela dimensão original e inovadora que transborda as formas convencionais de uso da teoria e da pesquisa. Esta resenha pretende explorar a riqueza e complexidade do livro, enfatizando aspectos teóricos e metodológicos capazes de fornecerem pistas para o desdobramento de novas pesquisas.

O livro de José Machado Pais não trabalha apenas com representações sobre a solidão, incorporando também as vivências e códigos que envolvem as práticas existenciais, tampouco com a busca apenas em espaços onde institucionalmente ela se encontraria: nos conventos, nas prisões, nos hospitais, nos asilos, etc. A solidão que ilumina os rastros do observador é encontrada na rua, no cotidiano, na expressividade dos transeuntes anônimos que aparecem invisíveis ao olhar comum. O livro toma o conceito de solidão como um significante passível de ser associado a distintos significados, delineando uma construção em aberto – as deambulações, estas capazes de agregar, pela flexibilidade e abertura, as diferentes semânticas e práticas sociais que compõem o universo das vivências e das falas. A proposta do livro distancia-se, desse modo, de uma ontologia da solidão para penetrar no universo das vivências. A solidão é, portanto um sentimento, um modo de viver, de estar no mundo e de sofrer as contingências da condição humana. Condição não apenas subjetiva, porque construída no universo das ações e percepções do mundo social. Eis, portanto o ponto a partir do qual a ruptura com uma abordagem puramente psicológica se faz sentir: a solidão é uma produção da vida social.

É possível afirmar que uma das questões fundamentais que perpassa todo o livro é pensar a solidão como fonte de interpretação sociológica. Sair das armadilhas de um psicologismo sem renunciar aos sentimentos e experiências individuais é a tarefa desenvolvida a cada capítulo da obra. Diria que o livro é um caminhar bem sucedido entre margens. As margens da interdisciplinaridade, as margens tênues da relação entre observador e observado, as margens da interação entre indivíduo e sociedade. São margens fortemente amparadas por substrato sociológico. O anteparo teórico da solidão bebe nas fontes de Durkheim quando este propõe a abordagem social do suicídio; nas reflexões de Schultz sobre as interações entre indivíduo, cultura e sociedade; nas análises de Goffmann sobre as performances da vida cotidiana; nas observações de Turner sobre as

¹⁶ Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará - UFC

dimensões da liminaridade; nas considerações de Simmel sobre as formas de sociabilidade; nas pesquisas de Elias sobre os processos civilizadores e nas formulações teóricas de Bourdieu sobre as expressões do *habitus*.

A este mosaico abrangente de construção da temática agrega-se o método da deambulação, que consiste em se deixar levar pela fina intuição e pela sensibilidade da observação acurada, presentes na significação das palavras, dos gestos, dos odores e dos sons. A recorrência a um paradigma indiciário (Ginzburg), faz do observador uma espécie de detetive no encalço de indícios - pistas para entender um mundo solitário e pouco solidário, nem sempre decifrado por aqueles que o vivem sob condições adversas. O *detetive-observador* recorre também à argúcia do psicanalista que faz os sujeitos falarem, confessarem dramas íntimos e transformarem seus sentimentos em palavras. Os depoimentos dos informantes José, Kinkas e dona Rosalina, entre outros, são espécies de discursos confessionais feitos com base na confiança depositada no pesquisador.

Chama atenção, em várias passagens do livro, a situação de permuta entre observador e observado, rompendo as fronteiras metodológicas rígidas da pesquisa sociológica. As tentativas de vivenciar a experiência do *outro*, tornando-se *quase um deles*, bem sucedida na pesquisa sobre a busca de resolver as situações de solidão através da Internet, revela-se impossível na condição dos sem-abrigo. As diferenças de classe emergem de modo mais evidente no momento em que José Machado Pais tenta, mas não consegue provar a experiência de passar a noite na rua. O ensaio mal-sucedido da identificação com o objeto oferece pistas interessantes para se pensar sobre os impasses e as possibilidades do conhecimento produzido pela experiência.

O trânsito de lugares entre pesquisador e pesquisado, com suas possibilidades e impasses, revela-se constante em outros momentos, dando calor à pesquisa e extrapolando as recomendações do “bom manual”. Ressalta-se, na investigação, o uso da experiência de quem sabe que o saber tem muitos caminhos, alguns dos quais inusitados. No decurso da tentativa de aprofundar as conexões com o objeto de pesquisa, a ajuda da etnografia é fundamental, permitindo afinação da teoria com a vivência dos diferentes sujeitos sociais. A teoria como próprio ato de escuta da solidão.

Por outro lado, se o sujeito sociológico da investigação transita de lugares com o observado, normalmente designado como *objeto*, não perde o nexo da distância que separa o olhar sociológico do olhar naturalizado. Busca permanentemente, o pesquisador, os processos culturais e lingüísticos subjacentes aos protagonistas da solidão.

Os depoimentos contidos no livro são, muitas vezes, comoventes, às vezes ingênuos ou hilários. No mesmo ritmo, o leitor comove-se, ri ou se identifica, incorporando sensações só usualmente experimentadas no contexto de obras literárias. As falas dos sujeitos que vivenciam a solidão, carregadas de emotividade e editadas na íntegra, tornam os informantes espécies de personagens retiradas de um romance da vida moderna.

As narrativas presentes no livro têm como principal referente a vida urbana. O conceito de solidão só é possível em um contexto social produtor de individualidades e presente em um mundo no qual a vida pública se encontra em estado de erosão, induzindo ao refúgio no privado, tal como comprovou Sennett em seu belo livro sobre o declínio do espaço público. De fato, a solidão não poderia ser pensada em épocas históricas nas quais a condição vivencial coletiva sobrepunha-se à individualidade. Como produto da vida moderna, a solidão apresenta-se no anonimato, sobretudo em situações de densidade urbana, tão bem figuradas no pedinte que ocupa as calçadas. Através dele, avesso do ritmo citadino e dos passos apressados dos transeuntes, é possível ver os que parecem haver perdido o comboio da vida.

O observador da vida social pode também ser percebido como um personagem do avesso ao contrafluxo - o *flâneur* que exercita o olhar por entre as brechas densas do burburinho urbano. É o que faz Machado Pais quando persegue seus personagens emblemáticos, buscando compreender seus sinais, indagando-se permanentemente sobre as lógicas racionais e fechadas dos paradigmas sociológicos, as quais, sob a óptica dos conceitos rígidos, terminam reproduzindo classificações e exclusões. Serão loucos os loucos? – indaga Machado Pais em suas incursões sobre o universo dos internos em hospitais psiquiátricos.

Os *sem-qualquer-coisa*, terra, teto, salário ou abrigo são também sem lugar na lógica de investigações que os nivelam no interior de uma mesma rubrica homogênea, outrora nomeada de marginalidade.

São estas tramitações entre a vida e o conceito, em ruptura com a vida sem conceito ou com o conceito sem a vida (Lefebvre), que Machado Pais se propõe exitosamente a redefinir em sua pesquisa, percorrendo também a liminaridade da sociologia em seus caminhos deambulatórios. Lá, nas malhas nas quais a sociologia parece ter feito sua ruptura com a subjetividade, pela ênfase emprestada ao coletivo e às formas dedutivas de interpretação, é possível encontrar meios de entender a problemática da solidão.

O método hermenêutico que ilumina as investigações do autor faz com que atos aparentemente banais ou cômicos passem a ter sentido: a performance do interno em hospital psiquiátrico, que pede cigarro com o gesto dos dedos em posição de fumante (cap.2) do José, o sem-abrigo que tira o chapéu em reverência aos santos da igreja (cap.6), a mão que tecla o rato na busca do correspondente anônimo (cap.5). O que há de comum entre gestos vindo de lugares tão diferentes é a busca do vínculo social e do reconhecimento, seja pelo lado do desejo existencial de afirmação da identidade, seja pelo lado mais premente da luta pela sobrevivência.

E quais são os personagens da solidão? A mulher que vive na rua, a que faz do seu corpo a própria casa, os residentes em hospitais psiquiátricos a zombar da *normalidade* dos outros, os freqüentadores assíduos das tabernas, os internautas correspondentes assíduos de salas de *chats*, os que perambulam sem lugar, buscando cemitérios ou igrejas, os migrantes, os velhos, enfim os que vivem o mundo às avessas, tornando-se narradores emblemáticos da solidão. A solidão, no entanto, não é vazia, tem conteúdos precisos, porta uma linguagem. Está nas lápides dos cemitérios, nas rezas, nos gestos e nas formas inusitadas de expressão, sinalizando recriações do mundo social. Os próprios rostos designam situações representativas tal como fotografias que constituem, na expressão do antropólogo brasileiro Carlos Rodrigues Brandão, "o lugar mais belo, solitário e misterioso disto a que damos o nome de cultura".

Uma sucinta explanação da organização do livro revela-se importante para o futuro leitor. O texto inicia por uma incursão teórica sobre as possibilidades de abordagem do tema, dando sentido às divisões internas subseqüentes, que podem ser designadas por capítulos. O primeiro capítulo apresenta a situação dos que vivem sem abrigo, rastreando os percursos da sobrevivência e dos relacionamentos desses nômades citadinos. O segundo capítulo adentra as múltiplas faces do que é designado por loucura, verificando as sutilezas das classificações e os percalços do investigador na tentativa de apreender o *objeto*, literalmente fugidio. Nesse momento, o consumo nos espaços de *shopping* representa a outra face menos evidente da loucura legitimada no mundo moderno. O capítulo seguinte verifica a solidão dos freqüentadores de tabernas, lugar masculino no qual supõe-se ser possível "afogar as mágoas". A solidão é tratada a seguir com ênfase nas sociabilidades familiares perdidas e nas recordações que povoam o universo dos velhos. A reflexão sobre os afetos virtuais analisa, no capítulo seqüente, as formas contemporâneas de comunicação, verificando as buscas e idealizações compensatórias. É nesse capítulo que o autor ultrapassa a posição de observador distante, para experimentar a condição anônima dos internautas de uma comunidade virtual. A dimensão religiosa daqueles que buscam a companhia de Deus e dos mortos solidifica o capítulo sobre a solidão fantasmática. Kinkas, "o homem das almas", que cultua a memória dos mortos. As projeções da solidão no trato com os animais é analisada no texto seguinte, no qual se observam as formas compensatórias dos afetos transferenciais. Finalmente, a situação apresentada sobre os imigrantes do Leste complementa a série de situações emblemáticas veiculadas no livro. Os distúrbios dos migrantes e a necessidade de inserir-se em outro país corporificam a condição de solidão como lugar de transição e perda.

Como é possível observar, a solidão é múltipla e diferenciada. Nas várias expressões apresentadas nos capítulos do livro não anda sozinha, acompanha-se da tristeza, da morte, das interdições do mundo social e das constantes demandas de comunicação. Trata-se, de fato, de formas múltiplas de explicitação de um mesmo objeto.

A conclusão do livro retoma as discussões iniciais, deixando em aberto o circuito da solidão, apreendido através de uma tipologia. Esta rede de sentimentos diversificados deixa margem para se pensar nas formas culturais de aparecimento da solidão. Ela existe em pequenas aldeias? Como aparece no Brasil?

O livro *Nos rastros da solidão* dá seqüência a outras reflexões do autor, iniciadas na abordagem da sociologia do cotidiano e continuadas em outras pesquisas sobre jovens e as diferentes formas de sociabilidade¹⁷. Uma permanente evocação à sensibilidade, retoma experiências muitas vezes esquecidas na prática sociológica que se alimenta apenas de questionários e critérios amostrais.

A investigação que se nutre de observações sobre o cotidiano presente neste livro tem assumida autoria, fato que parece perdido nas operações convencionais da observação sociológica. O sujeito que deambula tropeça, ri, questiona o artefato da observação e desconfia de si próprio. Há uma hermenêutica da desconfiança também influenciada por um viés oriundo da psicanálise freudiana voltada para encarar os lapsos, as faltas e incompletudes que se escondem por trás desta malha protetora que designamos ciência.

O livro *Nos rastros da solidão* pode ser considerado uma socioantropologia do cotidiano urbano, equilibrando beleza, sensibilidade e sentimento. Às vezes, um quadro impressionista formado de pequenos pontos de adensamento, outras vezes, uma tela neo-realista marcada pela dureza de vidas que pulsam na agonia da liminaridade.

Não se trata, entretanto de uma obra pessimista. A solidão é também espaço criativo, mesmo para aqueles que não optaram por formas alternativas de vida e sofrem as contingências da exclusão social. O Kinkas enamorou-se de sua fantasia, dando vida ao fantasma; José cultua seus santos; Mota faz fotografias e Dona Rosalina faz poemas.

A capa do livro buscou retratar a solidão sem o peso da imagem trágica, misturando a ingenuidade da figura feminina que segura o balão com a placidez das águas - o limite e ponto de fuga. A própria escrita do livro pode ser considerada uma ruptura com este encontro indesejado: a inscrição de palavras e sentimentos sobre a solidão da página em branco.

EXPERIÊNCIA E CULTURADE CLASSE NO SUL DO BRASIL

José Ricardo Ramalho¹⁸

Resenha do livro de FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 459 páginas.

O livro de Alexandre Fortes tem a marca dos bons estudos históricos ao aliar o trabalho de pesquisa com a coragem de propor uma revisão de posições consagradas na historiografia sobre a formação da classe trabalhadora brasileira. Além da novidade de se dedicar ao estudo dos operários de Porto Alegre-RS, o autor aborda a relação entre trabalho e cidadania e contesta tanto “as infundáveis lamúrias sobre a ‘inexistência’ da cidadania” quanto a visão que “atribui ao projeto trabalhista engendrado a partir da segunda metade do Estado Novo, a capacidade de apresentar-se como expressão única da classe trabalhadora no período”.

¹⁷ Ver, por exemplo, PAIS, José Machado *Ganchos, tachos e biscates*, Ambar, Porto, 2001.

¹⁸ Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ.

Seu posicionamento é claro desde o início quando sugere pensar os processos econômicos e políticos desencadeados na era Vargas em termos de experiência e cultura de classe. Ou seja, de pensar a classe trabalhadora como um espaço de mudanças, ligado à fábrica e à arena política, evitando concebê-la “como uma totalidade cultural fechada”, ou “sua cultura como um dado pré-estabelecido”.

Em termos de inspiração teórico-metodológica, este trabalho se inscreve na melhor escola da história social, liderada por E.P. Thompson. É mais uma confirmação da grande influência desse historiador inglês no estilo e no modo de interpretar de gerações de historiadores e cientistas sociais brasileiros nos últimos trinta anos, o que resultou em uma releitura da história dos trabalhadores no País, atribuindo importância às experiências de classe, tanto no cotidiano como na construção de formas diferenciadas de resistência política.

O fato de a pesquisa ter tido como alvo um conjunto de bairros operários no 4º Distrito da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, por si só já é motivo de grande curiosidade, tendo em vista que, segundo o autor, esses bairros são fruto da “combinação entre industrialização e urbanização aceleradas, que marcou a cidade na primeira metade do século XX e que pode ser tomado como expressão material da nova configuração da classe trabalhadora local.” A concentração de textos sobre a classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro torna ainda mais atraente o estudo sobre Porto Alegre, que se tornou nessa época, o terceiro parque industrial do país.

A primeira parte do livro é dedicada a contar a constituição do 4º Distrito, em especial os bairros de Navegantes e São João, os que mais cresceram em termos populacionais e que significaram um “novo momento na configuração da classe trabalhadora na cidade”, com o desenvolvimento de formas distintas de sociabilidade operária e estratégias socioeconômicas familiares. Outra característica importante e peculiar foi a da multiétnica. A integração do desenvolvimento econômico das “regiões coloniais” com Porto Alegre, implicou um “novo fluxo migratório dirigido a atividades urbanas”, com destaque para a vinda de alemães, italianos e cidadãos do Leste europeu, assim como de gente do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Na segunda parte, Fortes descreve a grande diversidade de origens e trajetórias na experiência dos migrantes internacionais e nacionais nos bairros operários. Sobre esta base socioespacial e diferentes culturas, “floresceram formas de convivência e lazer, assim como uma grande diversidade de associações voltadas a múltiplas finalidades, contribuindo para estabelecer e redefinir vínculos e identidades que, tomadas em conjunto, definiam as particularidades do tecido social destes bairros”. No entanto, diz Fortes, embora houvesse espaço para toda a diversidade étnico-racial, havia uma condição posta para a convivência pacífica – a de que cada um mantivesse o seu lugar. É neste contexto que se associa a origem estrangeira e a qualificação do trabalhador, particularmente no que diz respeito aos alemães, situação que se inverte com a opção do Brasil pelos aliados durante a IIª Guerra, e a com perseguição que se seguiu aos trabalhadores dessa nacionalidade.

Duas empresas se destacaram no 4º Distrito – a indústria de vestuário Renner e a Varig, cuja similaridade “poderia ser traçada pela origem da sua mão de obra”. No caso da Renner, mais do que uma propriedade privada, a empresa foi vista pela comunidade “como uma grande instituição provedora de emprego, de oportunidades socioeconômicas, derivadas do seu impacto sobre o crescimento local e do atendimento de demandas sociais dos seus trabalhadores e das respectivas famílias”. Durante muito tempo, isso foi motivo para que essas indústrias fossem consideradas “uma fortaleza inexpugnável” para o movimento operário organizado.

Trabalhar na Varig era trabalhar em um ambiente mais politizado, pelo próprio peso estratégico do ramo e o ativo envolvimento do Estado na sua estruturação e regulamentação. “Além disso, a rádio-telegrafia, que lhe servia de suporte, constituiu-se por muito tempo no maior circuito de informações em tempo real existente no país”.

A terceira parte do livro centra suas preocupações no sindicalismo e na participação política. Entre os anos 1920 e 1950, o movimento sindical neste parque fabril confrontou-se com um novo cenário de atuação, gerado pela combinação de fatores tão distintos quanto a transformação na composição da classe trabalhadora, o desenvolvimento de políticas de “capitalismo de bem-estar” e um novo contexto político-institucional marcado pela regulamentação legal das relações de trabalho (a partir de 1930). Para a luta operária, segundo o autor, “a questão passa a ser, cada vez mais, a apropriação do ‘discurso da lei’, estabelecendo a autonomia como uma condição para a efetivação de direitos que, de outro modo, permaneceriam como virtualidades normativas distantes da realidade social”.

Nesse contexto, uma das questões teóricas tratadas por Alexandre Fortes diz respeito a uma releitura das diversas interpretações sobre o mutualismo no movimento sindical, a começar pela acusação de que as organizações mutualistas são nocivas para o desenvolvimento de uma consciência de classe. A estrutura assistencial no interior dos sindicatos oficiais tornou-se também objeto de crítica das políticas sindicais de comunistas e outros setores da esquerda, particularmente a partir dos anos 1950. O “novo sindicalismo” e a CUT também criticaram a inclusão da prestação de assistência médica como parte das tarefas sindicais.

Segundo o autor, a experiência do movimento operário gaúcho em relação à questão da relação entre mutualidade e luta reivindicativa no período estudado traz importantes elementos de reflexão no que diz respeito aos processos de formação de classe, criação de formas organizativas e desenvolvimento de estratégias coletivas.

Nesse ponto, Fortes se aproveita da formulação clássica de E. P. Thompson, quando diz que a classe se forma à medida que “os homens identificam seus interesses entre si e em oposição a outros”. Na avaliação dele, um dos grandes problemas da história do movimento operário tem sido a articulação entre o primeiro elemento “identificação de interesses entre si”, e o segundo, “identificação de interesses em oposição a outros”. Para ele, é largamente difundida a idéia de que o nível de conflito com “os outros”, particularmente com a burguesia, seria o único indicador de consciência de classe. Por outro lado, esforços de crítica a esta identificação unilateral entre conflito e consciência de classe tendem a permanecer presos à dicotomização entre estratégias conflitivas e estratégias não conflitivas”.

Por fim, o autor não se furta a também colocar em debate as interpretações sobre os trabalhadores e o sistema político populista, à luz de sua análise do caso dos trabalhadores de Porto Alegre. Discorda de formulações clássicas na teoria do populismo e defende a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de balizar a análise do período pós-1930. Identifica em outros autores (principalmente Ângela Castro Gomes) uma refutação mais explícita do próprio conceito de populismo e da noção correlata de manipulação política, que anulariam *a priori* a possibilidade de conceber os trabalhadores exercendo “um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades”. A alternativa proposta seria substituí-los pela idéia de “pacto trabalhista”.

De acordo com Alexandre Fortes, deslocado de cena o populismo, por pejorativo, impreciso e ideologicamente contaminado, estaríamos diante de um fenômeno extraordinariamente totalizador: o trabalhismo. Este, por sua vez, seria ao mesmo tempo um pacto entre trabalhadores e Estado, que “expressa a constituição da classe” e, portanto, uma forma particular da sua consciência, mas também uma “tradição” que articularia estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social (assim como sua contenção e repressão). Acima de tudo, porém, o trabalhismo envolveria líderes carismáticos, capazes de “expressar” os interesses, crenças e valores de suas bases. Substituído o conceito em nome da valorização da agência histórica dos trabalhadores, caberia perguntar que papel estaria a eles reservado no novo paradigma.

Fortes então argumenta que seria o caso de lembrar que originalmente, *A invenção do trabalhismo* (livro de Ângela Castro Gomes) não se apresentava como uma história “da constituição da classe trabalhadora brasileira”, mas sim, da sua “incorporação ao cenário político”, através da qual ela “ganhou o *status* de ator político relevante na vida institucional do país”. Mas por sua ênfase na disputa entre discursos e no papel do Estado como “enunciador” do lugar da classe trabalhadora no pós-30, *A invenção do trabalhismo* estaria dando pouca atenção às greves ocorridas ao longo dos 50 anos analisados, e em conjunturas decisivas para demonstrar como, no pós-1930, *não* estavam descartados os “processos de constituição da classe trabalhadora a partir dos próprios trabalhadores”. E, mais, lembra que, para um trabalho que reivindica inspiração thompsoniana, a luta de classes em geral faz nele apenas uma pálida figuração, com os capitalistas estando completamente ausentes. Já o Estado, ao invés de uma estrutura político-institucional que serve de cenário a uma forma particular de exercício de hegemonia de classe, estaria comparando nas conclusões como um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com uma classe operária cujos contornos eram por ele mesmo definidos.

Neste ponto, a posição de Fortes é clara: além do risco de substituir o estigma pela apologia, ao se trocar o “populismo” pelo “trabalhismo”, pode-se estar mantendo, ou até mesmo aprofundando o equívoco de tentar explicar elementos diferentes de um mesmo momento histórico por um único termo.

E prossegue dizendo que por mais que a crítica à gênese elitista, à carga de preconceito e às limitações do conceito de populismo sejam pertinentes, o trabalhismo não ofereceria uma alternativa para analisar sequer o conjunto das mudanças na relação entre sociedade e política que ocorriam no período no País.

Citando o historiador John French como exemplo, Fortes argumenta que compreender essas relações entre sociedade e política no período exigiria a adoção de um modelo interativo de classe social. Isso significaria, acima de tudo, articular a análise das mudanças na composição interna da classe operária com as transformações vividas por outros segmentos sociais (como a classe média), que criaram a possibilidade do estabelecimento de alianças entre eles, sem implicar necessariamente em passividade e subordinação dos trabalhadores a líderes carismáticos. A configuração dessas alianças, assim como os mecanismos institucionais e práticas sociais que estabeleciam suas condições de existência, seriam o que French denomina “sistema político populista” que, apesar das desigualdades existentes, “influenciou o comportamento de todos os participantes”.

O autor também entende que esse “sistema político populista” definiria o enquadramento geral através do qual “as mediações institucionais, a lei, o direito, a justiça, as encenações e as retóricas públicas traçavam, muitas vezes, os limites do que poderia ser politicamente possível” e não anulava a existência de diversos projetos políticos que se digladiavam no período nem substituíam a ação das classes sociais cuja interação conflitiva “impunha limites à exploração política e econômica”, não obstante a eventual realização de alianças. Para o bem ou para o mal, segundo Fortes, não se tratava de uma “adesão cega e ativa”, mas antes, de “um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis”.

Alexandre Fortes conclui que, embora o sindicalismo assegurasse aos trabalhadores instrumentos para lutar pela efetivação de seus direitos, estava muito aquém de representar plenamente a dimensão e os potenciais colocados na nova configuração de classe. No entanto, afirma, sem estarem imunes às tensões e contradições apontadas, outras cadeias de representação e canalização de demandas, de maior ou menor organicidade, articulavam-se também no universo da participação partidária e eleitoral. Em ambas as frentes, diz o autor, e por meio de uma infinidade de outros canais inventados no cotidiano, os trabalhadores lutaram para ampliar os limites do “politicamente possível” e construíram, por suas próprias mãos, seu lugar na Era Vargas.

QUEM MORRE PELO FUTEBOL? FUTEBOL, POLÍTICA E CULTURA NO TRABALHO DE GILBERTO AGOSTINO

Resenha do livro de AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad, 2002.

Josiane Maria de Castro Ribeiro¹⁹

Chico Buarque, admirador e praticante do futebol, descreve a pelada com tanta beleza, que quase se podem ver moleques suados correndo atrás da bola, comemorando gols, como gente grande. Assim diz ele:

Livremente inspirado no Football Association, a pelada é a matriz do futebol Sul Americano e, hoje em dia, mais nitidamente, do africano. É praticada, como se sabe, por moleques de pés descalços, no meio da rua, em pirambeira, na linha de trem, dentro do ônibus, no mangue, na areia fofa, em qualquer terreno pouco confiável... Em suma: pelada é uma espécie de futebol que se joga apesar do chão.

O trecho é indicador de como o processo de socialização de meninos e meninas se constrói, também, pelo jogo de futebol. As crianças crescem como torcedores, sendo a opção clubística um elemento mesmo de afirmação de individualidades e elaboração de vínculos identitários, que acionam simpatias, amizades ou grandes aversões.

A relação com o futebol faz parte da memória dos torcedores e se recoloca no cotidiano de um contingente bastante considerável da população mundial, sendo uma vivência tão constante e, digamos, “natural”, que ela própria se apresenta como um dado. Felizmente, historiadores, sociólogos e antropólogos, entre outros profissionais, vêm se voltando para o futebol, buscando justamente inverter esta noção de suposta naturalidade e uniformidade vinculada ao esporte.

O trabalho de Gilberto Agostino enquadra-se neste esforço de desvelamento e problematização da prática do futebol, focando a relação entre o futebol, a política e a cultura, uma vez que as formas políticas são pensadas, construídas, experimentadas e expressadas culturalmente. Com uma linguagem leve e um talento narrativo que conduz o leitor de volta ao cenário de grandes partidas disputadas pelos gramados do mundo, Agostino situa o futebol no interior do campo de negociações, tensionamentos e conflitos entre grupos distintos.

Movendo-se entre estratégias de disciplinamento e a construção de redes de anti-disciplina, o futebol é apresentado, ora como instrumento para fortalecer o Estado, notadamente estados totalitários, sedimentando o imaginário da nação e da coesão nacional, ora expressando e/ou articulando resistências e experiências insurgentes. Para tanto, a obra percorre contextos bastante distintos, partindo do processo de constituição do futebol moderno, cujo recorte temporal, segundo o autor, remonta ao século XIX.

Agostino inicia a sua discussão com a frase do duque de Wellington sobre a batalha de 1815: “*A vitória de Waterloo foi vencida nos campos de futebol de Eton*”. A expressão utilizada é uma alusão ao processo educacional do estudante inglês,

¹⁹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

nas *Public Schools*, ao longo da primeira metade do século XIX, no qual o jogo, não ainda o futebol atualmente praticado, propiciava aos praticantes a garantia da honra e o aperfeiçoamento do caráter, bem como o controle da própria violência e sua utilização no momento oportuno.

O duque referia-se, de fato, à continuidade de qualidades e valores desenvolvidos pelos jovens esportistas e aqueles necessários ao combatente de guerra: cultivo da frieza, determinação e autocontrole como suportes da vitória sem piedade ou compaixão pelo inimigo. Por outro lado, foi no interior dessas instituições de ensino que se elaborou a noção de *fair play*, o que revela a função dos jogos como exercício capaz de reorientar a violência espontânea para formas lúdicas e organizadas de disputa e diversão.

Marco importante na consolidação do futebol como esporte moderno foi o encontro no ano de 1863, em Londres, na Taverna dos Maçons Livres, que contou com a participação de representantes de onze escolas, com o intuito de se estabelecerem regras comuns para o futebol, abolindo a particularidade de cada escola na regulamentação do jogo. Neste sentido, também merece destaque o surgimento do árbitro, posto que o juiz determinava o tempo de jogo e julgava as faltas dos jogadores, controlando, assim, o nível de tensão e de violência das partidas, tarefa anteriormente desempenhada pelos capitães das próprias equipes.

Rapidamente o futebol adquiriu popularidade, transpondo os muros das escolas para se tornar o esporte mais popular da Inglaterra. Tanto que a final da *Challenge Cup* de 1887 contou com um público de 27.000 pessoas, público que, em 1901, foi estimado em 110.000 pessoas, sendo a grande maioria composta por operários. Não à toa, *Hobsbaw* definiu o futebol como “uma religião profana do universo do proletariado”.

Após a sistematização das regras do futebol, o esporte se expandiu em direção ao restante da Europa e do mundo, percorrendo os caminhos abertos pelos agentes do capitalismo inglês. Comerciantes, funcionários de estradas de ferro, diplomatas, instaladores de telégrafos, marinheiros e soldados difundiram o jogo mundo afora, em virtude do gosto pelo esporte e da própria necessidade de lazer. Os estudantes formados na Inglaterra também agiram como agentes de difusão do jogo, praticado sempre à inglesa, desde o tipo de uniforme, os termos utilizados e as regras.

Daí a aversão dos círculos socialistas e anarquistas da Europa e da América do Sul ao futebol. O esporte, para esses grupos, reforçava a manipulação burguesa sobre a classe trabalhadora, estimulando o consumismo e o individualismo, desviando os trabalhadores das necessidades e tarefas do movimento. Em contrapartida, vários times com motivações operárias foram articulados neste período, sem nenhuma interferência do patronato, o que coloca o futebol no interior dos tensionamentos e negociações de classe. Veja-se, a exemplo, o caso do *Argentino Juniors*, fundado em 1905, a partir da fusão de dois clubes pequenos: o *Mártires de Chicago* e o *Primeiro de Maio*, referências evidentes ao movimento dos trabalhadores contra a ordem capitalista.

O autor prossegue seu trabalho com a análise da Europa da primeira grande guerra, avançando até o universo nazifascista, tematizando a sua relação com o esporte e, particularmente, com o futebol. Note-se que o título do livro “Vencer ou Morrer” foi retirado de uma mensagem de Benito Mussolini aos jogadores italianos na véspera da final da copa de 1938. Na Inglaterra, a despeito da centralidade adquirida pelo futebol na cultura e na(s) sociabilidade(s) dos ingleses, uma vez endurecido o conflito, o esporte passou a ser alvo de críticas dos conservadores. Alegava-se, então, a ausência de sentimento nacionalista e a covardia dos atletas que não haviam partido para *o front*.

Logo se ouviram vozes contrárias, que denunciavam a insanidade de se enviar ao inimigo os “melhores homens” da Inglaterra. As medidas adotadas diante do impasse acerca do esporte se voltaram para a integração do mesmo nos esforços de guerra. A partir de então, assistiu-se ao estabelecimento de postos de alistamento dentro dos estádios, no sentido de capitalizar

o furor e a paixão despertada pelos jogos. Organizaram-se várias partidas com times formados pelos batalhões, como o batalhão dos Extremados, cujo time percorreu o país inteiro em turnês esportivas de demonstração.

Não menos interessante e, por que não dizer, fascinante, foi a prática originada no 1º Batalhão do 18º Regimento, e daí disseminada, de atacar o inimigo alemão chutando uma bola em direção à trincheira inimiga. Independentemente da eficácia desta tática, parece-me surpreendente o imbricamento entre a batalha e o futebol, na medida em que, como ressalta Agostino, a trincheira inimiga foi convertida numa espécie de gol simbólico, espécie de ritualização da batalha como um jogo.

Do Brasil estadonovista, passando pela Argentina durante os anos duros da ditadura, Agostino percorre vários países do mundo, apresentando inúmeras situações nas quais o futebol serviu a diversos governos para o estabelecimento de relações diplomáticas, bem como para a construção da ordem e unidade nacional, articulação esta semelhante à descrita no capítulo “*Futebol e política no ‘socialismo real’*”, no qual o autor salienta o papel do futebol enquanto artifício para o estabelecimento de relações amistosas entre o governo bolchevique e os países próximos, através de partidas disputadas por equipes dos *soviets*.

Na verdade, o futebol esteve associado ao calendário de festas e feriados nacionais, e cada partida disputada pelas seleções, nas nações sob hegemonia da União Soviética, assumia lugar de serviço prestado ao Estado e à causa socialista, diante do inimigo capitalista. Note-se o caso da Hungria, favorita para o mundial de 1954 disputado na Suíça, que perdeu a final para a Alemanha pelo placar de 3x2. A hostilidade contra os jogadores, até então tidos como heróis nacionais, foi contundente, posto que cerca de quinze mil torcedores foram às ruas exigir das autoridades punição exemplar para alguns dos integrantes da seleção, considerados relapsos ou vendidos.

O futebol também foi levado ao campo de conflitos que marcaram a luta pela emancipação da Argélia. Neste período, os atletas argelinos atuantes na França passaram a sofrer uma série de investidas racistas dos setores conservadores da sociedade francesa. Não à toa, muitos decidiram abandonar a França e aderir à causa rebelde, destacando-se neste momento Ben Tifour e, sobretudo, Mekhloufi. Esses jogadores direcionaram sua militância, principalmente para a participação em partidas voltadas para a divulgação da causa argelina, conseguindo inverter o sentimento de repulsa e antipatia de milhares de pessoas pela guerra de independência da Argélia.

Agostino prossegue a sua exposição, empenhado em apresentar a importância do futebol para a construção de um sentimento de unidade e fidelidade nacional nas jovens nações africanas, crivadas pelas marcas e divisões de poderes tradicionais de grupos familiares.

Merece atenção o enfoque sobre o *hooliganismo*, fenômeno urbano e recente, originado na Inglaterra, o qual se tem apresentado de forma marcante na história do futebol, na segunda metade do século XX. Entre 1946 e 1959 ocorreram, aproximadamente, 138 conflitos graves em estádios ingleses, situação que evoluiria, nas décadas seguintes, para um problema social no país. Nesse período – o que não me parece um dado fortuito – o futebol inglês vivia um processo acelerado de modernização, marcado pelos contratos com a televisão, negociações milionárias e burocratização dos clubes.

Paralelamente à marginalização dos torcedores do campo de decisões relativas aos clubes, o momento assinalou a construção da cultura dos *Ends*, expressão oriunda do *FC Liverpool*, que designa uma parte do estádio reservada aos torcedores exaltados, passando a representar territórios resguardados ou mesmo conquistados pelas torcidas. A doença inglesa, termo que se refere aos torcedores exaltados, desde então vem deixando marcas graves numa espiral de xenofobia, racismo e anti-semitismo. Cabe enfatizar que o *hooliganismo* não se restringe à Inglaterra. Ao contrário, encontra-se também na Itália, França, Alemanha, Turquia, Polônia, Argentina, entre outros países.

Agostino finaliza o seu trabalho com uma reflexão sobre a crescente interação da mídia com o futebol, relação intensificada a partir da copa da Suíça em 1954. Em tempos de espetacularização do futebol, assiste-se hoje à transformação do esporte em produto de propaganda, de modo a atender aos interesses de patrocinadores e empresas de comunicação. Agostino

alerta para o risco de o futebol perder-se em meio à lógica de alienação e consumo, característica do mundo globalizado. Retomando a expressão utilizada no título do livro, “vencer ou morrer”, resta a pergunta: que batalhas estão sendo travadas e quem morre hoje pelo futebol?

O MISTÉRIO DO MINISTÉRIO: PIERRE BOURDIEU E A POLÍTICA DEMOCRÁTICA

Resenha do livro de WACQUANT, Loïc (Org.). *O Mistério do Ministério: Pierre Bourdieu e a Política Democrática*. Rio De Janeiro: Revan, 2005, 232 páginas.

Kaciano Gadelha²⁰

Esta coletânea de artigos organizada por Loïc Wacquant trabalha a dimensão política do pensamento de Pierre Bourdieu, buscando não apenas discutir os conceitos de política presentes em sua obra, mas fazer do pensamento de Bourdieu uma “caixa de ferramentas”. É preciso que a teoria funcione, isso já apontavam Michel Foucault e Gilles Deleuze em uma conversa. Neste sentido, articulam-se o pensamento político, a ação política e o saber neste jogo das relações objetivas entre a cultura e o poder. Os nove artigos, três assinados pelo próprio Bourdieu, formam a maquinaria dessa obra que nos indica a atualidade de uma teoria quando a levamos a um limiar para pensar o presente.

Loïc Wacquant escreve o primeiro artigo, “Indicadores sobre Pierre Bourdieu e a política democrática”. Nele o autor ressalta três eixos para pensar relação “atormentada” de Bourdieu com a política democrática. Primeiro, as opiniões políticas de Bourdieu enquanto cidadão; segundo, a política conceitualmente problematizada em seus trabalhos e terceiro, aquilo que o autor chama de “política das obras de Bourdieu” (:20), ou seja, as interferências no campo político a partir dos efeitos da sua produção científica, configurando a obra como uma ação política do intelectual. A contribuição de Bourdieu está em demonstrar que a crítica política não deve restringir-se ao que está instituído, mas pensar “uma política de *habitus*” segundo Wacquant. Por este termo, devem-se entender os nossos esquemas cognitivos e perceptivos de fazer e pensar a política. Desta forma, busca-se compreender de que maneira se tem acesso à expressão política e como, dentro deste campo, exercemos a democracia.

O segundo artigo vem assinado por Pierre Bourdieu, “Da casa do Rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático”. Nesse texto o autor desnaturaliza o que passou a se denominar Estado moderno. Para ele, a formação do Estado burocrático não seguiu uma linha evolutiva onde caminharíamos de um Estado dinástico centrado no poder pessoal do rei ao Estado burocrático com seu quadro administrativo racional caracterizado por um poder despersonalizado. Bourdieu busca compreender o processo mais amplo de constituição histórica do Estado dinástico e do Estado burocrático, encontrando elementos, dentro dessa lógica, à primeira vista paradoxais, mas que nos fazem perceber a *illusio* do Estado.

Primeiramente há uma análise detalhada do Estado dinástico não a partir de um etnologismo, como ele se refere, muitas vezes responsável por uma visão fragmentada não permitindo uma objetivação para uma compreensão do processo mais geral. Fazendo o que eu chamaria de uma etnologia histórica, Bourdieu encontra as ambigüidades desse Estado dinástico na divisão do trabalho de dominação e nas estratégias de sua sucessão. O poder é personalizado na figura do rei, mas as estratégias de sucessão passam a criar um quadro transcendente de sua figura: “a idéia de coroa é a idéia de uma instância autônoma, independente da pessoa do rei” (:50). Assim, o jogo personalidade-impessoalidade na economia simbólica das

²⁰ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Bolsista CNPq.

relações de poder no campo do Estado aparece na sua gênese não como um problema que evoluiria para uma superação, mas esse jogo faz operar uma tensão constante redistribuindo e formando novos arranjos a partir das transformações históricas. Logo, a invenção do Estado-nação implica a emergência de novos discursos e práticas visando a separação entre o público e o privado. O campo burocrático se consolida, mas não impede a apropriação privada do capital público. Os discursos, seja dos juristas, filósofos e, atualmente, dos cientistas políticos, aparecem mais como dispositivos produtores do Estado do que uma problematização do mesmo. Dentro desse campo, eles formam a ortodoxia do Estado-nação. A grandeza desse artigo está em apontar, nos discursos e práticas sobre Estado e democracia, a manutenção dos esquemas cognitivos e perceptivos que não nos deixam descolar desta *illusio* que é o Estado-nação. Uma política democrática seria possível a partir do momento em que houvesse uma mudança no nosso *habitus* político.

Já em “O mistério do ministério: das vontades particulares à ‘vontade geral’”, terceiro artigo também escrito por Pierre Bourdieu, temos um exame de um ato emblemático da democracia: o ato de votar. Qual a lógica do voto no que chamamos de democracia? O discurso liberal trata o voto como o ato de maior expressão da democracia. Mas em que sentido o voto expressa uma vontade coletiva? De que forma um ato isolado e atomizado como o voto, em nossa sociedade, tem esta propriedade mágica de fazer a transmutação da vontade particular em vontade geral? Partindo da crítica de Durkheim ao sufrágio nos moldes do liberalismo, Bourdieu questiona os modos de produção da opinião. Primeiramente não há a construção de uma opinião coletiva e sim, uma agregação estatística das vontades individuais no voto. Segundo Bourdieu, esta lógica mantém a hierarquia social, pois os dominados não têm chance de transformar essa estrutura, ficando atomizados, o que torna impossível construir um sentido do coletivo, fazendo do voto um ato alienante. O autor não dirige sua análise a uma suposta “direita” ou “esquerda”, porém mostra a falência desta idéia tão cara de representação na política, tornando estéril a própria resistência, que fica reduzida ou à abdicação ou ao protesto. Essa idéia de representação também está presente nas pesquisas de opinião, na mídia, etc. Ao sociólogo cabe compreender a genealogia dos modos de produção da sociedade (usando esta expressão num sentido mais amplo e não somente econômico). Bourdieu conclui que somente uma mudança nas condições de possibilidade para uma vontade geral seria capaz de nos apontar uma política democrática.

Em “Erudição e Compromisso: sobre os comprometimentos políticos de Pierre Bourdieu”, Thierry Discepolo e Franck Poupeau fazem um apanhado das intervenções políticas de Bourdieu ao longo de sua carreira, apesar dos riscos de fazer do sociólogo o modelo de intelectual engajado. Só podemos compreender as intervenções políticas de Bourdieu a partir dos contextos e dos problemas levantados por sua obra. Assim como Sartre foi um homem de um tempo em que ainda era possível pensar-se em humanismo universal, ou Foucault que redimensionou as relações entre ciência e militância ao defender uma posição mais específica do intelectual, escapando da idéia de uma onipotência acadêmica, Bourdieu teve sua singularidade conjugando o rigor científico com o engajamento político, fugindo ao espontaneísmo fácil da opinião pública do intelectual. Seus primeiros estudos etnológicos da Argélia já demonstram isso, quando Pierre Bourdieu faz uma análise da guerra e da situação colonial daquela sociedade. Os autores fazem esse percurso da carreira do sociólogo de uma maneira inteligente e articulada. O ponto de destaque está em como Bourdieu teve um papel forte intervindo na política acadêmica, questionando, em seus estudos sobre educação, a lógica de manutenção da dominação e atuando como produtor de uma outra política acadêmica, seja nas suas petições, na criação de seus grupos de pesquisa e nas estratégias de divulgação científica. O momento em que Bourdieu começa a aparecer cada vez mais na mídia é justamente o momento em que ele pensa sobre o papel destes produtores de opinião cada vez mais a serviço do mercado. Os autores concluem apontando que a própria sociologia epistemologicamente se constitui a partir do momento em que há uma ruptura com os problemas políticos e sociais banalizados.

Em “De que adiantava votar nos séculos XVI-XVIII? Pesquisas no antigo Regime: uma dupla historicização das práticas eleitorais”, quinto artigo desse livro, Olivier Christin historiciza o ato de votar, mostrando que o mesmo está articulado às condições sociais de sua possibilidade. Inspirado em Bourdieu, o autor aponta o caráter fundamental desse trabalho de historicização para uma desessencialização das práticas, indo contra a naturalização das mesmas. Seu recorte é o “Antigo Regime”, e a abertura de seu texto não poderia ser mais emblemática: a eleição para reitor na Universidade de Paris nos anos 1740. O acadêmico, o político e o tradicional se imiscuem nesse fato, fazendo do voto não um instrumento de legitimização, mas uma mera constatação das diferenças sociais. O ato da eleição não se esgota em si, ele está enredado na trama social das disputas, poderes e hierarquias. O principal objetivo do artigo consiste em mostrar que “as práticas eleitorais serviram e ainda servem a muitas outras coisas que não a seleção livre e equitativa de representantes políticos” (:113). E, ainda, em desfazer a idéia de uma constância histórica do ato de votar. O autor mostra essa construção da vontade geral no Antigo Regime ligada aos interesses de um corpo coletivo (clero, profissões, comunidades), contrariando uma visão estatística (o melhor exemplo é sua análise da disputa entre boticários e herboristas). Enfim, no Antigo Regime, o voto ligava-se ao modo de como a sociedade se organizava. O discurso liberal e as mudanças sociais nas práticas e discursos jurídicos darão ao voto essa característica atomizada, individual da qual somos herdeiros.

No capítulo 6, “Fazendo o povo falar: sobre os usos sociais das pesquisas de opinião pública e as reações a elas”, Patrick Champagne destaca a crítica política de Pierre Bourdieu ao mostrar a insuficiência epistemológica e a manipulação interessada das pesquisas de opinião, tanto pelos segmentos partidários quanto pela imprensa. Foi no contexto histórico da primeira eleição para presidente da França por sufrágio universal, em 1965, que essa tecnologia das pesquisas de opinião ganhou força e se tornou uma ferramenta eficaz de intervenção política. O autor questiona o que seria então “opinião pública”, a partir da seleção de amostras compostas de indivíduos isolados, que pressupõe uma “igualdade” entre atores sociais que, na verdade, possuem diferenças de origem e capital cultural. Champagne conclui apontando uma articulação entre a crítica científica e a crítica política em uma era como a nossa, na qual as pesquisas de opinião se tornaram um mercado em extensão, com forte poder de influência nas decisões dos agentes ante a eleição.

Em “O poder simbólico na dominação da ‘Nobreza de Estado’” Loïc Wacquant analisa a obra *La Noblesse d’Etat et Esprit de Corps* lançada na França em 1989, ano do bicentenário da Revolução Francesa. Fruto de vasta pesquisa empírica de Bourdieu sobre o alto sistema educacional francês, Wacquant faz uma análise dessa obra que aponta como funciona o mecanismo dentro do sistema educacional francês que mantém as hierarquias sociais a partir do monopólio do capital cultural. Wacquant parte da premissa de que, nessa obra bem como em outras de Pierre Bourdieu, está presente a proposta de fazer “uma antropologia da geração do poder nas suas mais variadas manifestações” (:157). Assim, interligam-se a ordem acadêmica e a ordem social, mostrando a importância do monopólio do capital econômico e político para a manutenção do poder pelos agentes dominantes. Analisando trajetórias educacionais, Bourdieu demonstra que, no campo do poder, a manutenção de seu exercício não é garantida de forma espontânea nem intencional, mas sim pela incorporação do *habitus*. Neste sentido, Wacquant aponta as semelhanças entre as concepções de poder de Foucault e Bourdieu. Na análise dos campos de poder, ao triângulo poder-direito-verdade tratado por Foucault, segundo Wacquant, Bourdieu contrapõe o triângulo poder-corpo-crença. Não sendo estranho, então, seu retorno a Durkheim e Mauss para compreender a crença a partir dos sistemas de classificação nas práticas acadêmicas de julgamento e consagração. Ao desmistificar o campo de poder que sustenta o espaço social acadêmico francês, Bourdieu, segundo Wacquant, trabalha para a dissolução desta hegemonia.

No capítulo 8, Gil Eyal utiliza o conceito de campo político de Pierre Bourdieu para compreender os rearranjos das forças na esfera política após a dissolução do bloco comunista na década de 90. Seu campo de investigação é a Tchecoslováquia. Em “A criação e a ruptura do campo político na Tchecoslováquia” percebemos como o campo político pode

reverter e até subverter, como bem assinala o autor, as divisões sociais que fazem funcionar a dimensão da representação política. Analisando a colisão de forças após a queda do sistema comunista, o autor mostra como um país foi levado à sua separação, mesmo sendo isso contra a vontade da maioria da população.

Para fechar, o último, mas não menos intrigante artigo assinado por Loïc Wacquant e Pierre Bourdieu mostra a força de sua atualidade na construção da política democrática contemporânea. Em “A astúcia da razão imperialista” os autores discutem de que forma uma racionalidade específica tenta impor-se e se manter como universal. A análise do jogo astuto desta razão imperialista nos leva a problematizar as relações entre as práticas de saber e poder que consolidam o imperialismo cultural estadunidense. Os autores não caem no erro freqüente de uma visão ingênua da imposição ativa e assimilação passiva de uma visão de mundo, mas como uma trama complexa em um campo simbólico, onde jogam agentes e instituições no trabalho de consolidar uma racionalidade/modo de visão do mundo como universal. Para isso, todo um trabalho de des-historicização que retira dessa razão seu caráter específico, construindo sua *illusio* e consolidando seu *habitus*. Não apenas os conceitos, mas todo um *habitus* epistemológico, ou seja, todo um mecanismo de esquemas de pensamento consciente e inconsciente faz funcionar como eficazes para todo o planeta teorias elaboradas em uma sociedade específica. Para isso, trabalham alguns Centros e as Fundações de Pesquisa, mas também a mídia e a política editorial na exportação de visões de mundo. O que acontece quando um modo de pensar tenta impor-se a outros? Esta pergunta que insiste no texto nos remeteria a refletir sobre o próprio lugar que ocupamos enquanto intelectuais, quando somos convidados a discutir questões e categorias conceituais como, por exemplo, globalização, multiculturalismo, racismo, exclusão social, etc. E o texto dos autores ainda nos leva a fazer uma indagação crítica sobre a origem dessas categorias e em quais circunstâncias somos convidados a pensá-las. Da epistemologia à política, o que estamos vivenciando atualmente no plano acadêmico é uma espécie de propagação e consumo de um *habitus* político-cognitivo.

O ponto fundamental desse último artigo, talvez para nós brasileiros, resida no momento em que os autores discutem a imposição do modo de pensar estadunidense na discussão sobre o racismo no Brasil. Modo que não chega a problematizar as dificuldades e os sintomas sociais do racismo brasileiro, inclusive vendo de que forma somos outra sociedade que precisaria de uma outra política democrática étnico-racial, desvinculada da importação do modelo americano de pensar e fazer funcionar o racismo a partir da dicotomia excludente preto-branco. Cabe a nós fazer uma gênese das idéias e práticas quando nos fazem crer em uma flexibilização das fronteiras cognitivas entre sociedades. E também reencontrar a reflexão histórica da compreensão do mundo social: não estaria hoje havendo justamente uma monopolização na produção da visão de mundo social como falam Bourdieu e Wacquant? Não seria nesses campos do saber e da mídia nos quais atualmente se concentram os vetores mais eficientes de produção de interpretações da realidade, quando não da própria realidade, e não apenas interpretação, onde deveria haver a montagem de uma estratégia para a construção de uma outra política democrática?

OUTROS DESTINOS

ENSAIOS DE ANTROPOLOGIA E CIDADANIA

Resenha do livro de VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Outros Destinos. Ensaios de antropologia e cidadania*. Porto: Campo das Letras, 2004, 319 páginas.

Outros Destinos. Ensaios de Antropologia e Cidadania é uma coletânea de artigos que Miguel Vale de Almeida apresenta como capítulos, agrupados em quatro partes que formam conjuntos temáticos, em um todo original e articulado. Como o próprio autor ressalta na introdução da obra, os capítulos se apresentam ora como textos acadêmicos convencionais, que procuram esclarecer e repensar conceitos anteriormente formulados, ora como escritos do acadêmico militante que discute a relação entre produção de conhecimento e responsabilidade cívica, reflexo de sua prática acadêmica e atuação política. Na primeira parte, ainda que o autor reflita sobre a atuação do antropólogo como profissional e cidadão, os temas e as questões discutidas podem ser estendidas às ciências sociais como um todo. Na segunda parte, o autor retoma questões desenvolvidas em outro livro de sua autoria, *Um mar da cor da terra*, publicado em 2000, cujos temas – classe, gênero, raça e as possíveis articulações entre essas categorias - são centrais às abordagens sobre processos sociais contemporâneos. Na terceira parte, desenvolve uma releitura das teorias de gênero a partir de dados e conceitos formulados anteriormente no livro *Senhores de o Si*, publicado em 1995, referência obrigatória a quem se dedica aos estudos de gênero, em especial às construções sociais sobre masculinidades. Na quarta parte, o autor apresenta seus interesses atuais de pesquisa que representam, ao mesmo tempo, uma retomada de temas estudados no início de sua carreira acadêmica: o colonialismo português e as formulações ideológicas em torno do conceito de identidade nacional.

Os textos de Miguel Vale de Almeida, pelo estilo ousado e pela estrutura narrativa peculiar, não usual nos meios acadêmicos, expressam um movimento no fluxo narrativo e argumentativo de cada capítulo, e deles entre si, que ora desestabiliza o leitor pela ausência de linearidade descritiva e argumentativa, ora o tranqüiliza pela descoberta do fio condutor que paulatinamente encadeia eventos, interpretação, argumentos e densidade teórica. Os quatro primeiros capítulos são relatos biográficos, crítica epistemológica e metodológica, reflexão sobre a prática antropológica, sobre as particularidades da antropologia portuguesa bem como sobre o sistema de ensino superior em Portugal, e, ao mesmo tempo, constroem-se na referência a contextos políticos e socioculturais específicos que se mostram na narrativa de sua trajetória de vida e acadêmica. Uma opção que, do ponto de vista metodológico, instiga e atualiza o debate contemporâneo nas ciências sociais que toma narrativas biográficas e autobiográficas sempre articuladas a contextos. Tal opção, por outro lado, problematiza certas dicotomias, como aquela entre indivíduo/sociedade, já anunciada por Bourdieu em *“A ilusão biográfica”*, quando formula uma noção de trajetória que questiona a idéia de que uma vida possa ser compreendida como uma cadeia de acontecimentos referida unicamente ao sujeito.

O “tom” de um relato biográfico está especialmente presente no primeiro capítulo, por meio do qual o autor reconstrói a trajetória de uma disciplina acadêmica em seu país. Retoma autores, obras e questões que, em 1969 dominavam o debate antropológico, chamando a atenção do leitor para a “extraordinária semelhança” com as principais questões colocadas pelo debate pós-moderno e suas implicações sobre a prática antropológica contemporânea, como o questionamento à noção de totalidade. Considera o autor que, embora o debate tenha sido tratado ora como uma questão de definição do objeto de estudo antropológico, ora como a recomposição desse objeto e, a partir dele, a redefinição das fronteiras entre antropologia e sociologia, o que está em causa é a própria noção de sociedade e cultura, não mais restritas a contornos geográficos.

Para Vale de Almeida, a antropologia não pode deixar de ser política ou ética, pois ser um antropólogo neutro é ser passivo e a favor das estruturas de dominação. Reivindicação, que, a meu ver, não se deve restringir à antropologia, já que os debates sobre princípios éticos, cidadania e participação dizem respeito a toda a Academia. O autor mostra como certas

²¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará - UFC

questões se tornam relevantes em razão de mudanças socioeconômicas e geopolíticas - como os processos de descolonização e o surgimento de novas identidades nacionais no período pós-colonial - bem como da expansão dos movimentos reivindicatórios em torno a temas como cidadania, pacifismo, feminismo, etnicidade, homossexualidade. Se a esses temas agregarmos outros como a biodiversidade e preservação ambiental e implicações dos avanços em biotecnologias, veremos que as questões contemporâneas convocam não apenas a sociologia e a antropologia a se pronunciarem publicamente, mas também a biologia, a geografia, a psicologia, o direito, dentre outras disciplinas acadêmicas, e o fazem justamente porque ciência e mundo vivido não mais podem ser considerados como entidades autônomas.

Já o capítulo dois inicia-se também com a referência à experiência de vida do autor, mais precisamente a reconstrução mitológica do seu encontro com a antropologia - a leitura de uma obra de Margaret Mead - para extrair desse primeiro contato aquilo que em sua experiência existencial já indicava uma postura antropológica. A partir de sua trajetória e experiências pessoais, o autor nos diz sobre a especificidade da antropologia portuguesa. A trajetória da disciplina, do período colonial ao contemporâneo, vão-se mostrando no texto biográfico pela descrição de sua experiência como estudante e aluno de um curso de antropologia em Portugal, no ano de 1979. Ao dizer que “A tomada de consciência desse facto significou também a tomada de consciência de que a entrada numa disciplina científica é também a entrada numa história particular de instituições, políticas, ideologias e discursos marcados por clivagens de poder e conflitos”, o autor articula experiência pessoal a trajetórias institucionais, ambas referidas a contextos específicos. O relato da ida para os Estados Unidos, ainda na década de 1970, - a passagem de uma universidade marcada pela revolução a outra, preocupada com o universal - e o regresso a Portugal, já no período democrático e com o país inserido na União Européia, delineia seu perfil acadêmico e pessoal: os interesses temáticos, as preocupações científicas e políticas. Discorre especialmente sobre a antropologia portuguesa, mas ao narrar sua pesquisa de campo no Brasil, capítulo da coletânea *Uma mar da cor da terra*, de 2000, o autor revela como o contato com essa nova realidade, a história do Brasil e a antropologia que se faz neste país, o fez refletir sobre o colonialismo português e a forma como certas noções e conceitos acionados por pensadores brasileiros (Gilberto Freyre em especial) construíram mitos como o da “democracia racial” e justificaram o colonialismo português do séc. XX.

Para o autor, como fica expresso no terceiro capítulo, o envolvimento do antropólogo deveria ser visto como uma parte constituinte de sua prática. Mas tomar essa posição significa trazer para o centro da reflexão disciplinar questões de ordem epistemológica (distanciamento, objetividade, postura analítica e teórica) e também metodológica, ética e política. Vale de Almeida afirma que tal postura leva a uma percepção do conhecimento como “prática social de partilha e debate que ocorre, histórica e culturalmente, no seio de instituições, entre diferentes agentes, e no seio de relações sociais com outros atores e instituições sociais marcadas pelo poder”.

Finalizando a primeira parte, no quarto capítulo, o autor narra e interpreta um episódio ocorrido em Portugal, em 1995, envolvendo um antropólogo, a mídia portuguesa e iraniana, as autoridades religiosas católicas e iranianas; portuguesas e iranianas; autoridades governamentais (embaixadores de ambos os países); instituições públicas e associações empresariais (agências turísticas). Após a publicação de um livro polêmico de Moisés Espírito Santo, antropólogo português de grande sucesso junto ao público leigo, e da divulgação midiática de suas teses: a de que o Santuário de Fátima e a crença nas aparições correspondiam (eram repetições ou havia conexões) a narrativas islâmicas sobre o misticismo fatimida (veneração a Fátima Zahara, filha de Maomé) instala-se uma situação em que os eventos formam uma cadeia sucessiva que instaura uma crise religiosa e política. A partir desse episódio o autor reflete sobre as mudanças na antropologia portuguesa ao longo das últimas décadas, uma antropologia que hoje ele considera mais cosmopolita e “sintonizada com teorias e metodologias hegemônicas a nível internacional”. Este capítulo, em especial, chama a atenção pela originalidade da composição textual: a forma como o autor apresenta as diferentes interpretações e versões dadas ao conteúdo do livro e aos episódios que desencadeiam a crise.

Os temas e estudos empíricos que compõem a parte dois explicitam com mais clareza as razões que levam o autor a postular o envolvimento do pesquisador com as questões políticas a ele colocadas no trato dos fenômenos sociais. Inicialmente, num breve capítulo intitulado *Estado-nação e multiculturalismo*, o autor avalia as possibilidades e limites do multiculturalismo como instrumento teórico de ação política, tendo como suporte teórico as formulações de Stuart Hall, autor com quem dialoga ao longo de uma breve exposição das idéias e questões que nortearão os demais capítulos da segunda parte do livro. A princípio, desnaturaliza a idéia de Estado-nação como forma ideal de organização política social e cultural. Considera o surgimento do Estado-Nação e das idéias e ideais que o sustentam como fruto de um processo contemporâneo, uma experiência recente, um empreendimento levado a cabo por meio de violências reais e simbólicas, de invenção do eu e exclusão do outro. Suporte da empreitada colonialista européia dos séc. XIX-XX à idéia de Estado-Nação se associaria a formulação de noções como as de “povo”, “etnia” e “raça”, que dariam suporte tanto aos esforços de afirmação do nacional como de justificativa ao empreendimento colonial.

No capítulo seguinte apresenta um caso, uma situação social recortada por clivagens, que permite ao autor discutir as noções de diferença e desigualdade dadas na forma como operam e são manipulados sistemas de classificação em situações particulares como a que analisa, sobre o movimento afro-cultural em Ilhéus, sul da Bahia. Os dados apresentados permitem ao autor abordar as articulações entre movimentos sociais e poder político local; as teias de sociabilidade, de vizinhança, reciprocidade, parentesco consanguíneo e religioso (parentesco de santo) e os discursos primordialistas que se formulam no interior dos movimentos de reivindicação étnica.

O capítulo sete aborda o mesmo conjunto de questões, tomando como foco narrativo a intensa repercussão da primeira telenovela brasileira transmitida em Portugal: *Gabriela*, em 1977, início do período de democratização de Portugal e, ao mesmo tempo, de descolonização. Diz o autor que, por meio da novela, realizavam-se todas as projeções identitárias de um Portugal que agora recriaria por meio da lusofonia um arremedo do colonial. A figura da mulata Gabriela ocuparia o vazio presente nas representações de alteridade, a reafirmar a positividade do discurso ideológico da mestiçagem uma vez que, nas palavras do autor, apresenta-se “triplamente subalterna, triplamente desejável para o olhar hegemônico; porque mulher, porque não-branca, porque das classes populares”. Gabriela, dessa forma, encarnaria a configuração das relações sociais no Brasil e das representações construídas pela figura da mulata. Esse episódio é também o mote para, a partir da leitura de Gabriela, abordar as articulações e, no caso, a sobreposição entre classe, gênero e raça num claro diálogo com as premissas contemporâneas de negação de uma suposta homogeneidade dessas categorias. Se, nas duas últimas décadas, a diferenciação social passou a ser considerada em seus múltiplos aspectos, o autor reivindica ainda maior atenção ainda às categorias de idade e à sexualidade como fatores de diferenciação social. Finalmente, ao considerar Gabriela como uma figura desestabilizadora das rígidas classificações hierárquicas e assimétricas de gênero, classe e raça, ressalta que para além dessas categorias, ela é adorada porque é a representação do feminino desejável em uma pessoa/corpo, o que leva à temática do próximo capítulo: *Corpos marginais*, um conjunto de reflexões, relatos de reportagens veiculadas nos principais periódicos de Itabuna e Ilhéus, coletadas durante o seu trabalho de campo naquela região, que ele apresenta ao leitor como motivo para reflexão sobre sexualidade e violência.

O tema da sexualidade que finaliza a parte dois faz a passagem do leitor para o conjunto de capítulos que compõem a terceira parte do livro, voltada às reflexões sobre gênero e sexualidade. Vale de Almeida retoma as formulações desenvolvidas na etnografia *Senhores de Si*, trabalho original e referência obrigatória aos estudos sobre masculinidades. Retoma, em especial, o conceito de “masculinidade hegemônica” que aqui ele aprofunda e esclarece. Para o autor, masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis a homens e mulheres de forma direta e única. Ao contrário, são categorias passíveis de serem acionadas por ambos os sexos. Já masculinidade hegemônica refere-se a um modelo cultural idealizado que não é acessível da mesma forma

a todos os homens – para o autor, o ideal de masculinidade, na verdade, não é atingido de forma consistente e inalterada por nenhum homem – e que, por isto mesmo, exerce um efeito controlador sobre homens e mulheres gerando “lutas semânticas” na disputa pelo monopólio dessas categorias para referenciar diferentes tipos de usos e atributos sociais. É uma abordagem de gênero, politizada, coerente com sua trajetória pessoal e, portanto, ao atualizar as discussões sobre gênero, num diálogo com Connel e Butler, no sentido de considerar gênero mais do que uma elaboração cultural sobre a diferença sexual (como conceituado em recentes revisões de uma certa tendência dentre as intelectuais feministas) enfatiza as relações de poder que permeiam a disputa por essas categorias no plano das elaborações culturais, considerando as assimetrias e hierarquias na formulação das próprias categorias na referência, por exemplo, à sexualidade. Masculinidade (e eu perguntaria: por que não feminilidade?) revela assimetrias quando referida à sexualidade (hetero/homossexualidade). Além do mais, essas assimetrias serão ainda mais acentuadas quando à sexualidade o autor agrega as diferenças sociais étnicas e de classe.

Seguindo a mesma temática, o capítulo seguinte *Marialvismo, Fado, touros e saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional*, constrói-se sobre dados coletados pelo autor quando dos estudos efetuados na Aldeia do Alentejo para a elaboração de sua tese de doutorado (*Senhores de si*, 1995). Volta-se ao estudo da discursividade e práticas da masculinidade, bem como sobre as elaborações teóricas ali tecidas. Essas formulações teóricas o autor retoma elegendo o tema do marialvismo e a figura do Marialva (do fadista, do rei providencial, do cavaleiro) como portadora de protótipos de masculinidade, e o que revelam os discursos sobre Marialva e Marialvismo quando formulados por seus informantes. Fado, touradas e saudade são temas por ele explorados porque, para o autor, na sua articulação revelam “contradições dinâmicas da masculinidade ideal: entre a valentia e o deboche, entre a nobreza e a pulsão dos instintos”.

No capítulo seguinte, num movimento cíclico, retoma sua tese de licenciatura (1983) sobre as Festas dos Rapazes e de Santo Estevão em Trás-os-Montes, que ele analisou do ponto de vista da performance e das seqüências rituais. Neste artigo ele, após ter-se dedicado ao estudo da construção social da masculinidade, debruça-se sobre um fato ocorrido nos finais do séc XX e início do XXI, em que a festa de São Estevão em Ouzilhão foi apropriada por um grupo de moças que assumiram, inclusive, o papel de mascaradas. Os mascarados ocupam lugar central na seqüência ritual da festa e tradicionalmente são rapazes. A partir desse caso de apropriação dos papéis masculinos por mulheres, o autor repensa a teoria de gênero, abordando questões não contempladas no estudo anterior sobre masculinidades. O episódio leva o autor a se deparar com um problema de gênero criado pela invisibilidade do gênero de quem enverga a máscara. Pois, mesmo se entendermos gênero como o resultado de performances repetidas e habituais que criam corpos e pessoas codificados como masculinos e femininos, portanto não reduzidos ao dado biológico, perceberemos o quanto se torna perturbador o uso de uma máscara que oculta esse código.

Em seguida, no capítulo doze, o autor faz uma abordagem sobre os anos 60 considerando-os como mito do tempo presente. Isto porque seus símbolos são reapropriados para dizerem algo sobre os dias de hoje. A localização de uma revolução sexual nos anos 60, para ele, só faz sentido se interpretada à luz do que se passa nos anos 90, sobretudo as transformações vividas nas últimas décadas em resposta à AIDS, que arrefecem o discurso radical da permissividade sexual dos anos 60. Como diz o autor, “em tempos de AIDS isto já não é possível”. O capítulo se encadeia ao último desta terceira parte: uma seqüência de textos escritos pelo autor para apresentação e debate na arena pública, a respeito de sexualidade e dos “fantasmas culturais” recolocados pela AIDS.

Finalizando o livro, na parte quatro, o autor, seguindo a estratégia narrativa dos demais capítulos, elege uma obra publicada em 1957 pela Junta de investigações de Ultramar, em especial dois artigos que lhe permitem expor a posição de pesquisadores e intelectuais que, à época, fizeram parte de uma missão de estudos do governo português que ambicionava definir a identidade caboverdiana, a partir de argumentos biológicos: estudos sorológicos para verificação de composição sanguínea. Em seguida o autor expõe os debates ocorridos por ocasião da realização de duas mesas-redondas que se

propuseram a discutir sobre o homem cabo-verdiano. O conteúdo dos debates coloca com clareza a forma como as idéias de miscigenação e mestiçagem foram acionadas, usadas e incorporadas em Cabo-Verde, durante o período colonial, para compor um discurso sobre identidade nacional, da mesma forma que ocorrera no Brasil. Mais importante, diz o autor que a interpretação de Gilberto Freyre sobre a identidade brasileira foi usada pelo regime ditatorial no período colonial mais recente, como forma de afirmar a positividade da expansão portuguesa, apresentada como humanista e hibridizante, justificando assim o enfrentamento às lutas de independência que eclodiram na década de 70.

Se uma apresentação é, além de uma explanação sobre uma obra, um convite à sua leitura, almejo que o leitor seja instigado, como o foi a autora desta resenha, a se embrenhar nas obras anteriores publicadas pelo autor e a encontrar nesse percurso uma forma de refletir sobre o Brasil, pelos olhos de um antropólogo português - já que grande parte dos textos e das reflexões ali contidas têm como contraponto sua experiência de pesquisa neste país - e, do estranhamento por ele revelado, construir um novo olhar sobre o Brasil e sobre um Portugal já quase desconhecido, que então se nos revelará em diferentes aspectos de proximidade e distância.

Bibliografia

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.M. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VALE DE ALMEIDA, M. *Uma mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*, Oeiras: Celta Editora, 2000.

VALE DE ALMEIDA, M. *Crioulização e Fantasmagoria*. Brasília: Série Antropologia, Unb, 2004.

UM BEATO LÍDER

NARRATIVAS MEMORÁVEIS DO CALDEIRÃO

Resenha do livro de CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. *Um Beato Líder. Narrativas Memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Imprensa Universitária, Universidade Federal do Ceará, 2004, 236 páginas.

Marco Antonio Teixeira Gonçalves²²

Os chamados movimentos messiânicos ou milenaristas nos trazem à mente homens barbados, vestidos de branco, que pregam o fim do mundo, seguidos por uma legião de 'fanáticos' que os entronizam quase como deus-homem, estando dispostos a cometer atos de violência para sustentar sua própria crença. A imagem de Antonio Conselheiro é arquetípica na construção desses personagens e na impressão imagética de uma região, o Nordeste. Parece que esta evocação do milenarismo, dos milagres, dos beatos, dos homens-santos, das comunidades formadas em torno de um profeta, da utopia da igualdade, ameaçam, em um determinado contexto social (o Nordeste) e, especialmente, entre o final do século XIX e até meados da década de 30, uma concepção de nação que se construía baseada em outras formas de 'racionalidade'. As experiências de 'comunidades religiosas' talvez assustassem naquela época, pelos mesmos motivos que ainda assustam hoje: por enfatizarem uma relação estreita entre religião e formas societárias de organização. 'Fundamentalistas', *avant la lettre*, os movimentos

²² Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

messiânicos não propunham apenas uma contemplação do mundo a partir de princípios religiosos, mas uma atuação no mundo, uma intervenção em termos do que se produz, da forma que se produz e da apropriação do que é produzido, gerando assim, um 'modo de produção' religioso-comunitário. Neste sentido, esses pequenos núcleos comunitários formados em torno de líderes religiosos eram rebeldes à constituição de uma nação que se erigia justamente a contrapelo da imagem de um Canudos retratado pela pena euclidiana. Essas formas de religiosidade, de formação de comunidades, de líderes profetas, produziam um rico imaginário sobre transgressões religiosas, morais e políticas às quais se contrapunha uma concepção de nação que apostava na homogeneidade, na estabilidade das relações hierárquicas, via projeto democrático do ser e do estar em um mundo que não dependia de crença em religião, mas sim de uma crença no Estado. A seriedade com que o Estado brasileiro decretou a 'morte moral', invadiu e produziu uma chacina nestas comunidades, revela a força da carga simbólica do que essas formações societárias representavam em termos de ameaça a uma idéia, a um princípio, a um *ethos* que se pretendia hegemônico naquele contexto social. O triste destino e o desfecho final que resultaram na aniquilação dessas formações sociais messiânicas, somados à violência empreendida pelo Estado em dissolvê-las, encerra, em si mesmo, uma espécie de choque de racionalidades, guerras de diferentes pontos de vista, criando aqui no Brasil, no distante Nordeste, o imaginário de nossa 'revolução francesa' mal sucedida.

Esta 'terra do irracional', do excesso, do não-domesticado, das contradições em que o herético é o mais convicto ortodoxo que segue os ensinamentos de *outrem*, propuliona a criação de um imaginário cujo maior referente é o Nordeste, ao apresentar estas formações sociais religiosas como anti-sociedade que, por definição, colocam em cheque o que deveria ser uma sociedade e sua correta forma de organização social. Ao mesmo tempo em que o Estado atribui uma negatividade a essas formações sociais ao combatê-las, estes mesmos movimentos inspiraram uma literatura e uma cinematografia que apontam para a positividade dessas organizações religioso-comunitárias erigindo um universo imaginário ao representá-las enquanto formas de revolta popular ou revolução. A constituição da comunidade seria, por assim dizer, resultado de seu próprio meio social, sua criação seria, antes de mais nada, uma forma de lidar com a realidade da expulsão das terras, do mandonismo local, da opressão e da miséria. Nascidas desta condição social, inventam-se a si mesmas a partir da adoção de novas regras de sociabilidade que desafiam as regras da sociedade. Seguindo esta acepção, a própria constituição dessas comunidades nada mais seria que um grito de liberdade contra a opressão e a miséria impostas por uma sociedade injusta cujas bases de desigualdade proporcionavam uma formação social apoiada em fortes valores de moral religiosa, criando uma sociedade fechada sobre si mesma, que se inventava no cotidiano, com suas regras e práticas do viver em sociedade, acentuando um forte apelo ao comunitário. Vemos, assim, que sobre fatos empíricos, grupos que se formam em torno de determinadas formas de pensar e agir no mundo, constroem-se universos imaginários díspares e contraditórios: são anti-sociais, heréticos, perigosos, mas, também, formas genuínas, simples e puras de resistência à opressão social e à marginalização.

Estas referências imagéticas postas em operação pelas figuras destes líderes religiosos e de seus 'fanáticos' seguidores, ao se localizarem em uma região não cessam de construir imagens icônicas que revelam uma forma de representar o Nordeste através de processos de metonimização, em que se privilegia a parte para expressar o todo, gerando diferentes pontos de vista de se pensar e de agir no mundo.

O livro "Um beato Líder" trata justamente desses universos imaginários tomados enquanto tais: constructos, representações, imagens. Desta forma, buscando 'verdades parciais', reveladas por distintos pontos de vista, chega a *uma* verdade etnográfica que, ao não se esquivar da contradição, constrói interpretações a partir de interpretações, produzindo, através da multiplicidade, um retrato vívido do beato líder e da formação social da comunidade do Caldeirão. Seu texto não faz concessão a beatos e fanáticos genéricos, comunidades e líderes imaginados, ao fatalismo geográfico da região na sua

expressão da seca, à miséria, ao excesso de religiosidade. É exatamente daí que emerge a força de seu texto e sua inventividade discursiva. Ao invés de entender a questão do messianismo como apenas uma forma de organização social e religiosa, entenda-a como um modo de originar poderosas imagens que compõem um cenário em que se encena *um* Nordeste. “Um beato líder” resgata, primeiramente, uma imagem de um Nordeste possível, do Caldeirão, construído a partir de imaginários aderidos a narrativas memoráveis, proferidas por atores que constroem imaginários específicos vividos e experienciados no Caldeirão. Essa opção pelas narrativas possíveis e concretas, entenda-se aqui o que a memória expressa e silencia, produz um texto de rica densidade etnográfica, que se afasta de uma imagem agigantada, distorcida, imaginada, sobre um evento do passado cujas interpretações derivam mais de modelos preconcebidos, parasitados em apelos ao sensacionalismo e à exotização de uma representação do Nordeste. É deste viés que “Um beato Líder” procura manter distância para construir sua intervenção interpretativa na valorização do singular, do particular, do caso da construção do personagem José Lourenço. A própria imagem de José Lourenço está longe dos ‘barbados de túnica branca’ e ‘enlouquecidos’: ele era negro, perfumado, vestia um terno de linho branco, era sociável, ‘era de sociedade”.

O texto é construído a partir da experiência de um grupo de interlocutores que mantiveram relações com o beato José Lourenço ou que compartilharam e testemunharam os eventos que se passaram no Caldeirão. Neste sentido, a virtude de sua narrativa é a de justamente não nos devolver uma imagem preconcebida do que seria *uma história* enriquecida de fatos e detalhes, contada por aqueles sobreviventes do Caldeirão. A narrativa-etnografia, pelo contrário, é construída literalmente pela interlocução e não pela simples informação. Produz, desta interação entre pesquisador e pesquisados, uma nova interpretação sobre o fenômeno, que ganha novos contornos a partir das memórias narradas dos que viveram os acontecimentos. Este saber situar-se conscientemente em um lugar de locução confere ao autor de “Um beato Líder” um ponto de partida e uma tomada de posição diante do imaginário e do imaginado. Sávio Cordeiro é natural da Região do Cariri, e, desde pequeno, as estórias do beato povoavam seu próprio imaginário: estórias sobre o boi milagreiro chamado mansinho; o túnel subterrâneo que havia para eventuais fugas do Caldeirão; um segundo piso de tábuas espaçadas sob o qual o beato ficava, ‘brechando as meninas desfilarem sem calcinha’; seu harém formado por jovens mulheres e seus momentos de penitência em que dilacerava o corpo a navalhadas. Esta composição do excesso que retrata um beato ‘amalucado’ e extravagante, Sávio Cordeiro já conhecia desde menino e está incorporada ao senso comum do Cariri. Assim, esse imaginário era um ponto de partida e não um lugar de chegada. O modo como conduz sua pesquisa o leva para outras formas de se entender o fenômeno, deixando para trás o senso comum e a exotização tão a gosto daqueles que são prisioneiros ou reféns de uma imagética especulativa sobre o Nordeste.

O texto de Sávio Cordeiro aposta na construção de um personagem sociológico, o beato José Lourenço, por onde as narrativas fluem, engendrando um beato mito ou líder. Os narradores, não menos personagens sociológicos, são os chamados ‘remanescentes’, aqueles que expressam uma visão de dentro, daquilo que foi, de algum modo, vivenciado na experiência direta com o beato, e com os ‘contemporâneos’ que expressam uma visão externa, pessoas que viveram no tempo dos acontecimentos ocorridos no Caldeirão.

José Lourenço nasceu em 1870 ou 1872, na Paraíba ou em Alagoas. Saiu de casa muito cedo, reencontrando seus pais em Juazeiro do Norte em 1890, um ano depois do ‘milagre da hóstia’ (a hóstia dada pelo Padre Cícero Romão Batista a uma beata se transformara em sangue). Após este episódio, Juazeiro torna-se um centro permanente de romarias. José Lourenço radica-se em Juazeiro, torna-se discípulo de Padre Cícero, entra para uma ordem de penitentes que praticavam a autoflagelação em rituais de purificação do espírito. Ao transformar-se em beato, abraça a causa do que significava ser beato naquele tempo: casto, caridoso, com desprezo aos bens materiais. Por cultivar de forma imperiosa os atributos mais complexos do ser beato, quais sejam, a castidade e a divisão de tudo o que cultivava com os pobres, desenha-se a figura do líder.

O mito de origem do beato Líder surge a partir da estória do boi milagreiro, o mansinho, um boi que Padre Cícero ganhou de Delmiro Gouveia e deixou no seu sítio, ao cuidado de José Lourenço. O boi mansinho tornou-se um boi santo, que era adorado pelos que seguiam o beato. Este é um bom exemplo para se observar como o texto de Sávio Cordeiro se constrói privilegiando a complexidade proveniente do contraste de interpretações: o boi santo era uma visão dos contemporâneos, para os remanescentes, o boi era apenas um boi estimado pelo Padre Cícero, e ninguém havia tomado de sua urina para curar qualquer doença. A terceira interpretação era a de que o boi foi objeto de uso político numa disputa entre Floro Bartolomeu e Padre Cícero, disputa por liderança local, o que levou a imprensa a construir um imaginário enfatizando o aspecto do boi santo. Floro Bartolomeu mandou sacrificar o boi e prender o beato José Lourenço.

Naquele mesmo ano, o sítio em que habitava foi vendido, e o beato Lourenço foi com seu povo para o pé da chapada do Araripe, um local denominado Caldeirão dos jesuítas. Era uma terra que pertencia ao Padre Cícero. O Caldeirão existiu durante dez anos, e nele habitaram aproximadamente 1700 pessoas. Era uma ‘comunidade’ camponesa, em regime de autogestão, trabalho comunitário, onde ‘tudo era de todos’. Construído sob a égide do trabalho, da moral religiosa, da penitência e da fartura, o Caldeirão tornou-se uma utopia sobre o modo de viver em sociedade. Padre Cícero mandava regularmente trabalhadores agrícolas que chegavam a Juazeiro, para engrossar as fileiras do Caldeirão, sob a liderança do beato e agora plenamente líder, José Lourenço.

Padre Cícero morre em 1934, suas terras passam para a propriedade dos salesianos e, em 1936, o Caldeirão foi destruído pelas forças militares. A comunidade foi invadida e destruída, parte da população foi presa e levada para Fortaleza. Outros fugiram para a mata, e José Lourenço consegue escapar para um lugar chamado “mata cavalos”, onde reúne parte dos ex-moradores do Caldeirão, passando a viver na clandestinidade. Um incidente precipitaria os acontecimentos quando um dos seguidores do beato, sem o seu conhecimento, organiza uma emboscada contra soldados. Este incidente deflagra uma guerra promovida pela imprensa aos ‘fanáticos’, associando-os aos anti-republicanos a favor da monarquia. Em seguida, as forças policiais destroem completamente o sítio ‘mata cavalos’. Passada a fase da repressão, José Lourenço retorna ao Caldeirão e tenta reerguer a comunidade, porém, após dois anos, em 1940, todos são definitivamente expulsos por ordem judicial. O beato vai para Pernambuco, compra um terreno e, neste novo local, faz o Sítio União, vivendo lá por seis anos, até 1946, quando morre de peste bubônica. Após sua morte, o movimento dissolve-se. Esta última experiência foi bastante diferente das realizadas no Ceará, pois, em Pernambuco, era proprietário de terra, recebia com mesa farta os ricos das fazendas vizinhas e as autoridades locais, dando sinais de ser um *bon vivant*.

Este seria um resumo de uma cronologia dos acontecimentos que se sucederam no Caldeirão, em torno do personagem José Lourenço. Cada uma destas passagens está permeada por universos imaginários, sejam os propostos pelos remanescentes, sejam os construídos pelos contemporâneos. Um ponto importante que deve ser ressaltado é que o texto de “Um beato Líder” não procura uma homogeneidade nas interpretações sobre o beato. Seu método é eficiente em desconstruir os estereótipos e nos devolver uma outra imagem sobre o beato e o fenômeno estudado. Ao se apoiar na heterogeneidade das interpretações, que não deixam de ser contraditórias, o texto revela mesmo sua riqueza ao nos conduzir a problematizações, relativizações de interpretações sobre o beato e o Caldeirão. Ao invés de tomar as interpretações, sejam lá quais forem, como falsas ou verdadeiras, o texto parte do pressuposto de que são, antes de tudo, interpretações, e este estatuto, o de serem interpretações memoráveis sobre um fenômeno, é que permite desvendar um *ethos* e visões de mundo específicos, referidos a esses imaginários. Ao acentuar as distintas perspectivas sobre o que o beato é ou não é, sobre o que o Caldeirão foi ou não foi, a partir do dito e do não dito, do discurso pleno e do ‘discurso do silêncio’, constrói-se um beato complexo e multifacetado. Reside aí a riqueza da imaginação sociológica de “Um beato Líder”, que, não querendo revelar verdades ou mentiras sobre o

messianismo, constrói um texto vívido a partir do cotejamento das perspectivas, das visões, das interpretações, no mosaico das memórias, nos pedaços da história.

SIGNIFICADOS DA POLÍTICA

Resenha do livro de PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César (org.). *Política no Brasil. Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume Dumará, 2006, 449 páginas.

Marcos Otavio Bezerra²³

O quadro de investigações da antropologia social, nos últimos anos, exhibe um interesse renovado pelo estudo da política²⁴. Amparadas em diferentes perspectivas teóricas, mas essencialmente fundadas na etnografia e atentas à dimensão cultural da política, essas investigações aportam contribuições para uma área de estudos tradicionalmente associada à sociologia e à ciência política. Distingue-se destas, porém, entre outros aspectos, pela preocupação em refletir sobre a política em termos outros que não os fixados pelas formulações e contornos oficiais que, no contexto dos estados-nação, têm no Estado o seu principal articulador.

Como lembra J. Lagroye ressaltando o caráter arbitrário das atividades políticas, “la politique n’a pas toujours existé, ni partout, ni sous la même forme. Ses acteurs et ses règles, voire ses objets, ne sont ni les mêmes, ni également légitimes en tout lieu”²⁵. Assim, formas políticas como o Estado moderno e a democracia, apesar dos rótulos comuns, constituem realidades sociológicas diversas²⁶. À percepção da dimensão histórica e social da política segue, portanto, a interrogação a respeito das instituições, relações, práticas, concepções, grupos e agentes a ela associada num determinado contexto. Tendo em mente estas considerações, constituem preocupações comuns dos artigos reunidos em *Política no Brasil* descrever e analisar os significados das ações empreendidas em nome da política e o modo como essas ações se ligam a destinos individuais e coletivos.

As pesquisas que se encontram na origem dos artigos estão referidas a um mesmo projeto : « Uma Antropologia da Política : Rituais, Representações e Violência ». Aprovado em dezembro de 1997 pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) do Ministério de Ciências e Tecnologia, o projeto foi encerrado formalmente em fevereiro de 2002²⁷. Nesse período, agregou, em torno do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), pesquisadores de distintas universidades e etapas de formação profissional. *Política no Brasil* constitui o 24º volume da « Coleção Antropologia da Política », criado para divulgar os trabalhos do grupo e constitui, pela diversidade das abordagens e temas examinados, um bom panorama das questões discutidas e resultados alcançados pelo projeto. Referidos sobretudo ao Brasil, um texto elabora uma comparação com o Canadá, e outro examina um evento na Argentina, os artigos analisam instituições que ocupam um lugar central na

²³ Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense e Pesquisador do CNPq.

²⁴ A título de exemplo remeto, entre outros, aos seguintes trabalhos de revisão: Abélès, Marc. « Political Anthropology : new challenges, new aims ». *International Social Science Journal*, 153, sep. 1997; Rivière, Claude. *Anthropologie politique*. Paris, Armand Colin, 2000, J. Gledhill. *Power and its disguises : anthropological perspectives on politics*. London, Pluto Press, 2000, Journal des Anthropologues. « Actualité politique dans l’ étude des sociétés contemporaines », n.92-93, 2003.

²⁵ Em Jacques Lagroye. *La Politisation*, Paris, Belin, 2003, p.4.

²⁶ Ver, por exemplo, Julia. Paley « Toward an anthropology of democracy ». *Annual Review Anthropology*, 31, 2002.

²⁷ Núcleo de Antropologia da Política. *Uma Antropologia da Política : Rituais, Representações e Violência*. RJ, NAU, 1998. (Cadernos do NUAP, 1).

sociedade (Estado, democracia, voto, justiça, família e imprensa). Ao avançar na leitura e percorrer diferentes universos e situações, o leitor se aproxima, não sem surpresa, de diferentes apropriações e significados da política.

A desnaturalização da noção de política e das atividades e conceitos que engloba é um dos efeitos principais do livro. Isso é proporcionado por uma perspectiva não substantivada da política, mas que valoriza a apreensão do modo como os próprios grupos e agentes sociais pensam e recortam as atividades políticas. Os organizadores resumem a proposta do livro do seguinte modo: “[...] *trata-se menos de discutir em abstrato as relações entre o domínio político e o Estado do que de interrogar a política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita por outros*” (p.9). Não é o caso, porém, de se substituir uma definição legal de política por uma definição nativa, ou de simplesmente opor as normas às práticas sociais. As reinterpretações mútuas, a coexistência, a concorrência entre concepções é uma das questões em jogo. O ponto é compreender o modo como relações, instituições e símbolos são percebidos como políticos.

Este movimento analítico deve conduzir a um refinamento dos conceitos e teorias utilizados para pensar a política. Um sobrevôo no vocabulário utilizado revela que este ainda se encontra fortemente colado à herança do movimento iluminista europeu do século XVIII. Isto pode ser observado no uso sem a devida crítica que se faz nas análises contemporâneas de termos como Estado, comunidade, sociedade civil, sistema, cosmopolitismo e valores como o da modernidade.

Fenômenos descritos pelos termos como os mencionados acima são examinados de diferentes pontos de vista. Se a antropologia política distingue-se em seus primórdios por construir-se fora dos marcos do Estado, os artigos mobilizam o conhecimento acumulado pela disciplina para pensar a política no contexto no qual o Estado tem a pretensão de impor a representação dominante da política. Por isso mesmo, o próprio Estado (seus dispositivos e concepções) é pensado simultaneamente como produto de uma configuração de relações sociais e como construtor de realidades sociais. Alguns artigos podem ser lidos nessa direção. A partir da análise de eventos reveladores de sentidos atribuídos a documentos oficiais (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, CPF, Título Eleitoral, etc.) e de um programa governamental de desburocratização, Mariza Peirano ressalta o modo como se inscrevem no cotidiano noções como nação, Estado, cidadania e democracia. Destaca, assim, modelos alternativos de cidadania e de relações entre o Estado e os cidadãos. A questão da cidadania está igualmente no centro da discussão efetuada por Luís Roberto C. de Oliveira. Ao examinar os direitos republicanos no Brasil e as demandas de reconhecimento no Quebec, o autor chama atenção sobretudo para a dimensão moral da cidadania, que se define em sua articulação com direitos, valores e identidades coletivas. A intervenção do Estado através de seu aparato legal no cotidiano das relações sociais é o aspecto privilegiado por Domingos Abreu ao analisar historicamente as leis adotivas no Brasil. Este demonstra a mudança ocorrida na legislação em favor do reconhecimento do “direito da criança” em detrimento do “direito dos adotantes”, mas observa que esta mudança não é incorporada pelos operadores do direito cujas práticas permanecem referidas à antiga legislação. As representações e práticas dos responsáveis pela rotinização do direito são também o tema de Rosemary de Oliveira Almeida. Ela foca a relação entre o Poder Judiciário e mulheres que cometem assassinatos e traz à luz as representações produzidas pelo Judiciário e pelas mulheres sobre seus crimes. As visões produzidas sobre as mulheres, nas quais têm destaque noções como honra, liberdade e vingança, estão na origem de um tratamento jurídico específico concedido às autoras dos crimes (distinto, por exemplo, do concedido aos homens que cometem o mesmo tipo de crime). Relações entre o Judiciário e as noções de honra e liberdade estão presentes também na análise que Carla C. Teixeira faz dos debates no Congresso Nacional sobre a criação da nova lei de imprensa no Brasil. Aqui a tensão entre o que se concebe como o “interesse público”, a privacidade e a honra é reveladora dos investimentos efetuados na delimitação do campo político e sua relação com a imprensa.

A atenção aos processos nos quais estão em jogo a definição dos limites do que seja ou não político, dos temas e agentes políticos, ao invés de pensar o político como um domínio reificado, permite refletir sobre os processos de politização e despolitização das atividades e relações sociais tais como elaborados pelos grupos sociais. A questão da imposição de uma noção específica da boa política é abordada por César Barreira ao examinar casos de fraude e corrupção eleitoral. O autor demonstra que, se do ponto de vista oficial, estas são práticas que contaminam a boa política, do ponto de vista das populações, elas podem constituir uma dimensão legítima da relação entre políticos e eleitores, ou seja, ser um aspecto central do trabalho de representação política. José Sérgio L. Lopes, Diana Antonaz, Gláucia O da Silva e Rosane M. Prado analisam a primeira audiência pública organizada para que setores do Estado e segmentos da sociedade discutam a concessão de licenciamento para funcionamento da usina nuclear Angra 2. A politização de um novo tema (a energia nuclear), o surgimento de novos atores políticos (como lideranças comunitárias) e a inventividade de novos dispositivos políticos (como a participação popular) são alguns dos aspectos que ganham visibilidade na análise desse evento. A produção de novos especialistas e saberes a respeito da política é o tema explorado por Gabriela Scotto ao discutir o espaço do marketing político. A análise das práticas e concepções que definem essa atividade revela que os “marketeiros” vendem especialmente a crença de que eles próprios são agentes imprescindíveis para o sucesso político.

O modo como a atividade política estabelece fronteiras, incorpora, exclui e define pertencimentos é observável de modo especial quando se considera a relação entre política e família. Irllys Barreira, a partir da análise de uma disputa eleitoral entre “facções familiares” tendo, de um lado, a viúva de um ex-prefeito assassinado e, de outro, um parente acusado de ser o responsável pelo crime, mostra como valores e sentimentos do mundo privado como honra e luto ganham o mundo público, ao ocuparem o centro de uma campanha eleitoral. Assim, são problematizadas oposições como família/privado ou família/intimo e político/público. O limite heurístico destas e outras dicotomias, como local/nacional, quando tomadas como categorias analíticas predefinidas, ao invés de se estar atento para o sentido que fazem para os agentes sociais, é também destacado por Federico Neiburg. A partir de eventos que tiveram lugar sobretudo na cidade de Salta (Argentina) e do exame do entrelaçamento de disputas familiares, jurídicas e políticas, o autor propõe uma análise sobre a configuração de conflitos e a produção social dos inimigos. As “brigas de famílias”, através das quais se podem acompanhar o surgimento e a regulação do convívio de inimigos, constituem o tema do artigo de Ana Claudia Marques. Além de identificar alguns princípios comuns a esta modalidade de conflito, a autora demonstra como eles definem, sempre situacionalmente, as unidades sociais oponentes a partir da mobilização de laços sociais (sangue, vizinhança, amizade, políticos, etc.) e institucionais (administrativos, jurídicos, etc.).

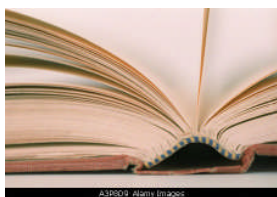
O uso de laços e símbolos associados às atividades sociais percebidas como não políticas para fins políticos pode ser identificado na trajetória política de candidatos. Como apontam alguns dos trabalhos, o momento eleitoral é particularmente propício para examinar como esses elementos integram os recursos sociais e o capital político dos candidatos. Júlia Miranda toma o caso da candidatura do governador Mão Santa no Estado do Piauí. A análise dos imaginários sociais, uma vez que se apresenta como um “reservatório potencial de significações” com uma dinâmica própria, é apresentada como uma via para o entendimento do modo como é construída e legitimada a liderança do governador. As formas de legitimação de uma liderança política tradicional em Juazeiro do Norte (CE) constitui a questão examinada por Maria Auxiliadora Lemenhe. Tratando-se de uma liderança originariamente de fora do município, a autora mostra como um certo modo de exercer a medicina, a mobilização adequada de valores locais e atributos pessoais como a boa retórica viabilizam sua ascensão e reprodução política. A relação entre profissões e carreiras políticas é explorada por Odaci L. Coradini. Tomando o Rio Grande do Sul como referencial empírico, o autor argumenta que a conversão de laços estabelecidos no âmbito profissional em capital político ou

eleitoral é restrito e ocorre em situações particulares: pressupõe que a profissão facilite o vínculo com “um conjunto de ‘consumidores’ relativamente amplo” e a “inserção em formas de representação mais corporadas”.

Se a disputa eleitoral se apresenta para a população como o momento de maior visibilidade da política, a ponto de ser concebida como o “tempo da política”, ela é feita também de relações menos públicas e extraordinárias. Este é o caso, como analisa Beatriz M. Alasia de Heredia das disputas entre candidatos de uma mesma facção política que tem nas campanhas eleitorais apenas um de seus momentos. Se, como argumenta a autora, o exercício da política implica a eliminação do adversário, as disputas mais acirradas ocorrem entre os “iguais”: candidatos do mesmo partido, que concorrem aos mesmos cargos, possuem bases sociais semelhantes e trabalham em territórios próximos. As relações entre políticos fora do período eleitoral é examinada por Marcos O Bezerra. Ao focalizar as relações entre parlamentares e lideranças municipais, este chama atenção para o modo como apoios, recursos, favores e serviços circulam entre os membros de redes políticas e remetem a uma concepção específica da representação política.

Como sugerem os artigos referidos acima, formulações oficiais coexistem com concepções distintas de política. Além disso, em oposição aos modos estabelecidos de fazer política e aos agentes políticos estabelecidos, faz parte da dinâmica política de certos contextos a presença de novas forças políticas e novas propostas de exercício da política. É o que se pode depreender, por exemplo, do artigo de Marcio Goldman que analisa as concepções e as ações políticas do movimento negro de Ilhéus, dividido em duas vertentes. Ao analisar as discussões e a participação do movimento em disputas eleitorais nos anos 90, o autor argumenta que se podem identificar aí diferentes concepções de política e lógicas distintas, alternativas e assimétricas de ação coexistindo e interpenetrando. A presença simultânea de lógicas distintas de entendimento e ação política pode ser encontrada também no artigo de Moacir Palmeira. A partir de pesquisas realizadas em municípios do interior de Pernambuco a respeito de eleições e voto, o autor observa, entre outros aspectos, que há uma identificação da política e do político como aquele que realiza obras, concede favores e assistência. No entanto, nestas mesmas localidades, e operando a partir da lógica tradicional, encontram-se experiências administrativas preocupadas em romper com esquemas tradicionais de exercício do poder.

Os fenômenos tidos como políticos têm mobilizado interesses, paixões, aversões e indiferença. Apesar de não ser uma exclusividade da política, esta tem constituído uma atividade privilegiada a partir da qual coletividades têm sido produzidas, redefinidas e dissolvidas a partir de processos de agregação e separação. Longe de fundar-se somente em princípios oficialmente tidos como propriamente políticos (como os ideológicos), esses processos se fazem a partir da interconexão, não sem efeitos para ambos, com relações familiares, étnicas, econômicas e religiosas e através da mobilização de relações que podem ser ao mesmo tempo locais, nacionais e internacionais. A inventividade política, para o bem ou para o mal, tem-se mostrado ilimitada. É necessário, portanto, associar criatividade e objetividade na análise da política, e este é o desafio que enfrentam os artigos reunidos em *Política no Brasil*.



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Processador de texto: Word for Windows

Espaçamento do texto: 1.5

Papel: formato A4

Fonte: Times New Roman, tamanho 12

Número de páginas: até 6 páginas

Apresentação da página de rosto

lo da resenha (dado pelo autor da resenha);

lo da obra a ser resenhada;

los do autor da resenha e da obra a ser resenhada;

ação científica do(s) autor(es) da resenha, mencionando

instituição/Departamento/Seção;

ereço completo, endereço eletrônico (E-mail), quando possível, e telefone para contato

As resenhas devem conter uma descrição significativa do conteúdo do livro, evitando opiniões pessoais ou posicionamentos que impeçam que o leitor tenha conhecimento objetivo da edição.

Perfil -> um periódico patrocinado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o objetivo de tornar mais visível especialmente a produção científica brasileira na área de Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia;

Formato -> a publicação tem como característica principal a apresentação de resenhas de livros ou de um conjunto de artigos recentes (de preferência nos últimos dois anos); o objetivo é informar o leitor de forma sucinta sobre o que de principal tem sido publicado na nossa área (não se confunde portanto com o BIB);

Quem vai fazer as resenhas -> principalmente doutorandos das nossas Pós-graduações, mas também sócios da SBS; acho importante que em cada número haja um resenha inicial (que pode ser maior que as outras) feita por qualquer um de nós (ex e atuais membros da diretoria e comitê científico); boas resenhas feitas no exterior e publicadas em bons periódicos podem também ser traduzidas;

Período de envio e seleção das propostas -> As propostas devem ser enviadas em dois momentos: até 20 de abril (para publicação em maio) e até 31 de agosto (para publicação em outubro). A seleção das propostas será feita tendo por base a clareza e profundidade da apresentação do texto, considerando-se também os requisitos apontados nas normas para a publicação. As obras a serem resumidas deverão ser atuais, podendo ter no máximo um ano de edição.